



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

143^a Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
28 de Agosto de 2024.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **Manhã:**

2 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Buenos dias, senhoras e senhores. Marçal, a
4 gente pode começar, Marçal? Marçal, a gente pode começar, não? Bom dia a todos, bom
5 dia a todos. Eu estou sem o meu material aqui. Isso aqui é reunião do CONAMA, não é,
6 Marçal? Bom dia a todos, vamos dar início, então, à 143ª Reunião Ordinária do CONAMA.
7 Todas as vezes que eu leio esse número acima de cem, eu lembro do doutor Paulo
8 Nogueira Neto. Incrível, essa história, longa história do CONAMA. Bom dia a todos, queria
9 agradecer a presença de todos. Já temos quórum para dar início, correto, Marcela?

10 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
11 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Temos quórum.

12 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
13 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito, então, de imediato, passo a palavra
14 para a nossa Ministra, Marina Silva, para darmos início à reunião. Muito obrigado.

15 **A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
16 **Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a todos, a todas. Primeiro, quero agradecer a
17 Deus por estarmos aqui. E antes de iniciarmos essa reunião, eu gostaria de fazer uma
18 menção ao nosso brigadista Wellington Lopes dos Santos, de 39 anos, que já trabalhou
19 no IBAMA, no IBRAM, que já trabalhou no ICMBio, no IBRAM, que agora estava conosco
20 no IBAMA, que perdeu a vida em combate no Pantanal, ali naquela, desculpa, na região
21 do Parque do Xingu. E, infelizmente, nós tivemos essa perda, já havia acontecido uma
22 perda de um brigadista em uma fazenda, e agora tivemos essa perda dos nossos quadros
23 de brigadistas. E eu gostaria de pedir um minuto de silêncio, em memória, antes de
24 começarmos a reunião. Obrigada. Gostaria, em primeiro lugar, também de agradecer
25 todo o esforço que vem sendo feito pelos nossos servidores do IBAMA, do ICMBio, nas
26 ações de combate aos incêndios, que acontecem em várias regiões do nosso país, mas,
27 mais particularmente, no caso do Pantanal, no caso da Amazônia, os senhores estão
28 acompanhando. Hoje, nós, inclusive, vamos ter uma apresentação que será feita pelo
29 secretário André Lima, sobre os dados do DT. Com certeza, irá fazer menção aos

30 esforços que estão sendo feitos nessa frente de atuação, em que o Governo Federal tem
31 envidado todos os esforços em parceria com os governos estaduais. Vocês acompanham
32 também o que está acontecendo, o que aconteceu em São Paulo, onde tivemos ali uma
33 ação bastante atípica, em que praticamente no mesmo dia, em um horário muito próximo,
34 em vários municípios, tivemos uma série de ignições que levaram a incêndios de
35 proporção assustadora. Houve uma ação coordenada por parte do Governo do Estado,
36 mobilizando todo o seu efetivo, e também o Governo Federal, de pronto, se dispôs a
37 ajudar, inclusive mandando o KC 390. Infelizmente, no começo, não foi possível operar
38 em função do fato de que as nuvens não deixavam. Depois, acho que tivemos ali a
39 possibilidade de atuar conjuntamente. Esses esforços todos, a maior prova de tudo isso
40 é essa nuvem de fumaça que temos sobre Brasília, que vem do Pantanal, da Bolívia e
41 daqui do entorno de Brasília. Eu gostaria de dizer que a pauta que temos hoje é uma
42 pauta, enfim, que vai tratar de ações importantes, inclusive, esses dados que serão
43 apresentados pelo secretário André Lima, mas eu gostaria de fazer uma rápida menção,
44 um conjunto de esforços que temos pela frente, para os quais eu gostaria de pedir aos
45 conselheiros e conselheiras, que já são totalmente engajados, mas aí é uma dose de
46 engajamento duplo. Na Conferência Nacional de Meio Ambiente, que já está em curso a
47 todo vapor, é claro que aqui todo mundo tem filho, tem filha e neto, na Conferência
48 Infanto-Juvenil, que em parceria com o MEC, através do nosso Departamento de
49 Educação Ambiental aqui do Ministério, também está em andamento todo esse processo.
50 O Plano Clima, que está sendo feito em dois trilhos, o trilho dentro do Comitê
51 Interministerial de Mudança do Clima, que é o CIM, e tem um aspecto técnico que envolve
52 vários ministérios, e também temos aí um esforço que está sendo feito para que a gente
53 consiga fazer com que o Plano Clima aconteça até a COP29. Nós gostaríamos muito de
54 chegar no Azerbaijão com as nossas NDCs. O Plano Clima, além das metas setoriais
55 que serão estabelecidas para todos os setores, transporte, energia, agricultura, a questão
56 de desmatamento, indústria, todos os setores, nós temos uma forte agenda também
57 voltada para adaptação. Mitigação são cerca de sete propostas, adaptação são 16
58 propostas, envolvendo diferentes setores, inclusive, comunidades indígenas, agricultura
59 familiar, vários setores de governo. É uma metodologia complexa, mas o que nós
60 queremos são NDCs que estejam a altura, aqui a secretária ANA Toni, da Secretaria de

61 Mudança do Clima, que tem coordenado no Ministério esse esforço em parceria com
62 vários setores do governo, o que nós queremos é ter NDCs suficientemente ambiciosas
63 para que o Brasil possa liderar, pelo exemplo, encorajando e articulando outros países
64 para que possamos chegar na COP 30, alinhados com a missão 1.5, que é de não
65 permitir que ultrapasse o meio de temperatura da terra, porque nós já estamos vivendo
66 sobre os efeitos da mudança do clima, como estamos vendo acontecer em várias regiões
67 do mundo e particularmente no nosso país, seca na Amazônia, no Pantanal e cheias em
68 outras regiões, como no Rio Grande do Sul, mas agora vai ser assolado também por
69 seca. Para isso nós estamos trabalhando as ações de adaptação, como disse, são cerca
70 de 16 propostas que estão sendo trabalhadas. Além disso, foi entregue à Casa Civil um
71 plano de enfrentamento à emergência climática. Esse plano busca sair da lógica da
72 gestão do desastre para a lógica da gestão do risco. E nesse momento nós estamos
73 trabalhando com essa lógica, desde o ano passado, de janeiro do ano passado, que nós
74 estamos trabalhando, olhando para os dados que a ciência nos aporta e sabendo que
75 teríamos pela frente o que está acontecendo, foram sendo tomadas providências,
76 inclusive, todo o processo de retomada das ações de combate aos incêndios. E isso já
77 aconteceu em fevereiro. De lá para cá, uma série de medidas que culminaram com a
78 possibilidade de termos uma ação coordenada, mesmo esses incêndios tendo se
79 antecipado dois meses e meio no Pantanal, do que era o esperado. Esse trabalho vem
80 sendo coordenado pela Casa Civil, com a coordenação executiva do Ministério do Meio
81 Ambiente, da integração regional, da defesa e da justiça, com a participação de mais de
82 20 ministérios. Nos reunimos toda semana, conseguimos já fazer um crédito
83 extraordinário para o Pantanal de R\$170 milhões de reais, um crédito extraordinário para
84 a Amazônia está já em encaminhamento, além das ações que já vêm sendo feitas. Nesse
85 momento temos cerca de 900 pessoas do Governo Federal no Pantanal, uma série de
86 equipamentos que estão ali em operação, para poder dar conta desse esforço entre
87 aeronaves, embarcações, equipamentos de abordagem direta de fogo, além do corpo de
88 bombeiro e todos os meios que os governos estaduais estão dispondo. A mesma coisa
89 na Amazônia, são cerca de 1.400 brigadistas distribuídos em mais de 80 frentes de
90 combate ao fogo. No Pantanal, esse esforço tem nos levado a, pelo menos, empatar o
91 jogo, porque tem uma química de evento climático extremo, com umidade que chega até

92 12% de umidade relativa do ar, alta temperatura, ventos que chegam às vezes a 70 km
93 por hora. Se não fosse o trabalho combinado de brigadistas com as aeronaves que vão
94 fazendo o resfriamento para que eles possam avançar, seria praticamente impossível.
95 Eu estou falando isso porque eu sei que esse Conselho acompanha com toda a atenção
96 o que está acontecendo, mas nós sabemos que está fortemente relacionada a mudança
97 do clima em uma ação que desconsidera esse fenômeno. E as pessoas continuam
98 colocando fogo, mesmo após a proibição feita pelo Governo Federal e pelos Estados. E,
99 nesse momento, é fundamental que a gente trabalhe conjuntamente. Nós estamos todos
100 aqui muito imbuídos desses esforços, e sabemos que o resultado só é possível numa
101 ação coordenada e integrada com os governos estaduais e a orientação do Presidente
102 Lula é de que trabalhemos conjuntamente. Além do plano clima, das conferências, todo
103 o processo de articulação que vem sendo feito, nós devemos dar também conhecimento
104 que está em curso toda a parte do G20 participativo, também com a participação da
105 sociedade, debatendo temas como enfrentamento da mudança climática, questão das
106 desigualdades sociais, inclusive levantando o tema de taxação de super-ricos, que o
107 ministra Fernando Haddad tem liderado. No nosso caso, a discussão sobre oceanos, a
108 discussão sobre reconhecimento e, ao mesmo tempo, preservação e valorização dos
109 serviços ecossistêmicos, além da criação de um fundo global para a preservação e
110 manutenção de florestas, dos 80 países detentores de floresta tropical. Sendo que esse
111 mecanismo nós lançamos na COP28 e esperamos que ele esteja operacional na COP30.
112 É uma articulação que envolve o Brasil, a Colômbia e os países todos do Tratado de
113 Cooperação da Amazônia, bem como a Indonésia, a Malásia, o Congo, a República
114 Democrática do Congo e também Gana, além de Alemanha e Noruega, que tem se
115 disposto a ajudar nesse esforço, e agora também o Reino Unido. É só para dizer que a
116 abordagem do enfrentamento do que está acontecendo tem várias dimensões. A
117 dimensão da mitigação, a dimensão da adaptação e da transformação do modelo de
118 desenvolvimento sustentável que está nos trazendo até aqui. Eu agradeço a todos e a
119 todas. Eu sei que, inclusive, vão ter algumas moções que serão aqui aprovadas e eu
120 queria dar um destaque para a moção que está sendo apresentada pelo Instituto Alana,
121 que trata do futuro das crianças, percebendo uma lacuna na legislação e na nossa própria
122 Constituição, que não coloca muito claramente relacionado os problemas ambientais aos

123 direitos das crianças. Obviamente que isso está diretamente incluso quando o artigo 225
124 estabelece que o meio ambiente saudável é um direito de todos e uma obrigação do
125 Estado fazer esse provimento. E o artigo 227, quando diz que as crianças têm o direito
126 ao cuidado adequado por parte do Estado e das famílias, e considerando que os
127 problemas ambientais são vetores de muita dificuldade para a saúde emocional e para a
128 saúde física e até mesmo cognitiva das nossas crianças, é fundamental que a gente
129 possa fazer a reparação dessa lacuna. E aqui já quero parabenizar pela iniciativa da
130 moção. Muito obrigada a todos e a todas. E o secretário João Paulo Capobianco que tem
131 conduzido junto com a nossa querida Marcela também esses trabalhos, vão dar
132 continuidade. Gostaria também de fazer uma menção aqui, o aniversário do ICMBio,
133 agradecendo e parabenizando. Esse foi um dos legados da gestão do governo anterior
134 do presidente Lula, onde o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBio se constituem num
135 ganho de uma instituição que é potente, como é o caso do IBAMA, e que já gerou frutos,
136 galhos, flores e filhos. E um deles é o ICMBio. Portanto, acho que vai ter até um vídeo
137 institucional que vai ser aqui colocado, são 18 anos de ICMBio, 17 ou 18? 17, eu estava
138 doído para chegar à maioridade. Quando a gente é jovem, a gente quer chegar logo à
139 maioridade, depois a gente fica meio confuso a cada aniversário. Mas, enfim, eu fico feliz,
140 estou doída para chegar nos 70. Mas, enfim, o Mauro está aqui, muito obrigada a todos
141 e a todas. É um momento engraçado como é a vida. A gente está vivendo o luto do nosso
142 brigadista e, ao mesmo tempo, a gente vai falar da celebração de uma instituição que é
143 muito importante para a proteção das nossas unidades de conservação, para o uso
144 sustentável das nossas unidades de conservação e para o combate à destruição, como
145 fazem os nossos brigadistas do IBAMA e do ICMBio, posto que o Governo Federal é
146 responsável pelo cuidado de todas essas áreas. Então, muito obrigada, tenham todas
147 uma boa reunião. Parabéns a todos os conselheiros e conselheiras que estão sempre
148 dispostos a contribuir através das resoluções e de vários encaminhamentos que aqui são
149 aprovados. Essa é a beleza da democracia. A gente tem um ganho enorme pela
150 participação da sociedade quando ela ajuda a gente na formulação, na implementação,
151 na correção, inclusive, na cobrança em relação às políticas públicas.

152 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
153 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bom, excelente, muito obrigado, Ministra.**

154 Vamos, então, de imediato passar a palavra aqui ao Mauro Pires, que teremos o vídeo
155 e, na sequência, vamos comemorar efusivamente os 17 anos dessa instituição
156 extremamente importante, criada em 2007, durante o segundo mandato do presidente
157 Lula. Foi uma grande conquista de todos nós.

158 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
159 **Conselho – GARCO)** – Olá, bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar a todos
160 vocês, em particular a nossa Ministra Marina Silva, que, em 2007, sugeriu ao presidente
161 da República e foi acatado por ele a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação
162 da Biodiversidade. E hoje chegamos, como ela comentou, ao seu 17º aniversário,
163 exatamente na data de hoje, dia 28 de agosto, é a data que foi quando foi sancionada a
164 lei de criação do Instituto. E eu me lembro que, naquele ano de 2007, um anúncio da
165 criação do Instituto Chico Mendes foi feito, Ministra, numa reunião do CONAMA, numa
166 reunião que estava acontecendo, inclusive lá na Agência Nacional de Águas, naquele
167 momento. E foi bastante recebido, me lembro que, quando a senhora apresentou a
168 proposta, estava entre os conselheiros o professor Paulo Nogueira Neto. E ele
169 efusivamente levantou e bateu palmas e fez referência à importância de ter uma
170 instituição dedicada à criação desses espaços protegidos. As áreas protegidas aqui no
171 Brasil é um conjunto de áreas administradas de diferentes formas. Nós temos os
172 territórios quilombolas, nós temos as terras indígenas, de certa forma, nós temos as APAs
173 e as reservas legais, no âmbito do código, e temos as unidades de conservação, que o
174 sistema brasileiro, o chamado SNUC, oferta 12 categorias diferentes, a fim de permitir
175 esse leque amplo de variação de estratégia de conservação. Então, algumas unidades
176 chamadas de uso sustentável, e algumas outras unidades chamadas de proteção
177 integral, e entre elas, bastante diferente. O sistema brasileiro é muito interessante porque
178 ele, de fato, faz uso dessa variação. Nós temos, por exemplo, aqui no Distrito Federal,
179 nós temos APAs, as áreas de proteção ambiental, nós temos Parque Nacional, o Parque
180 Nacional de Brasília, temos uma reserva biológica, a do Contagem, temos uma floresta
181 nacional, remanescente daquele conceito antigo ainda de floresta nacional voltada para
182 a produção e reserva, de fato, de produção de madeira, e que depois o SNUC atualizou
183 esse conceito e trouxe um significado mais associado propriamente à conservação.
184 Então, nosso Brasil, ele tem essa diversidade. No caso federal, nós somos 340 unidades

185 de conservação. Quando a Ministra Marina assumiu, agora em janeiro de 2023, eram
186 332. São 330... não 3366. E aí nós criamos as outras unidades ao longo do tempo. E a
187 Ministra ainda disse o seguinte: olha, nós temos que ampliar o número de áreas
188 protegidas, esse é um mandato nacional, compromisso brasileiro com a conservação,
189 especialmente para gerações futuras, mas é também um compromisso internacional. Por
190 isso que o Brasil é parte, talvez, dos agentes mais importantes, mais protagonistas nas
191 negociações em torno da Convenção de Diversidade Biológica, cuja conferência das
192 partes vai acontecer agora em outubro, lá na cidade de Cali, aqui pertinho. É só
193 atravessar a Amazônia e chegar lá em Cali, uma cidade conhecida por outras razões no
194 passado, mas, por incrível que pareça, uma cidade muito interessante, porque conseguiu
195 dar a volta. Mas isso traz a responsabilidade para nós, 340 unidades de conservação,
196 mais ou menos representam 9,5% do território nacional. Isso olhando para a parte
197 continental e olhando também para a parte marítima. São só de áreas marítimas, são 90
198 milhões de hectares. Então, é uma responsabilidade muito grande fazer a gestão dessas
199 áreas. E, portanto, era necessário ter uma instituição vocacionada para essa finalidade.
200 Eu digo vocacionada, porque é importante lembrar o sentido das palavras. Vocacionada
201 quer dizer chamada, atender a um chamado. E eu acho que é isso mesmo, atender ao
202 chamado da conservação, que foi constituído o Instituto Chico Mendes, autarquia
203 vinculada ao Ministério, que, portanto, chega nos seus 17 anos com a missão de
204 consolidar esses espaços protegidos, ampliar o número de áreas protegidas e oferecer,
205 acima de tudo, benefícios à sociedade. Eu costumo dizer que o ICMBio, nós que somos
206 servidores, temos o privilégio de trabalhar com as áreas protegidas. Mas essas áreas não
207 são do ICMBio. Nós trabalhamos para elas, mas elas são do povo brasileiro. Então, é
208 importante que a sociedade conheça essas áreas protegidas, é importante que a
209 sociedade se engaje na sua conservação e é importante quando a gente vê, por exemplo,
210 Ministra, teve um incêndio no Parque Nacional do Itatiaia, a coisa de uns três meses, se
211 não me engano, e me chamou muito a atenção como o Parque Nacional do Itatiaia é o
212 mais antigo, o Parque Nacional, não a Unidade de Conservação, porque estou vendo ali
213 o João de Deus e outros colegas, lembrando que tem outras unidades que são mais
214 antigas. Toda vez que a gente fala que o Parque Nacional do Itatiaia é o primeiro, aí vem
215 alguém, mas tem a Flona lá do Tijuca, enfim. Aí, quando você vai ver, tem outras áreas

216 também. Mas, me chamou muita atenção três meses atrás, quando houve um pequeno
217 incêndio, na verdade acabou ganhando uma proporção grande, e rapidamente as
218 pessoas voluntárias se engajaram na sua conservação. E teve um depoimento de um
219 brigadista voluntário, que ele disse: olha, esse parque aqui é a minha vida, esse parque
220 aqui constitui, eu não sei viver sem esse parque, então, quando eu vi que estava
221 começando a pegar fogo, a gente já faz parte de uma brigada voluntária. Então, isso me
222 chama muita atenção, porque quando as áreas protegidas são, constituem, de fato, o
223 espaço em que as pessoas, a sociedade se engaja, porque aquilo é patrimônio público,
224 acho que o resultado é extremamente significativo. Dentro do Instituto, a gente tem a
225 oportunidade de conviver com essas experiências, nós temos unidades, como eu disse,
226 de proteção integral, temos várias reservas extrativistas, 56 reservas extrativistas, com
227 populações que residem e cuja criação da unidade é em razão do próprio meio de vida
228 delas. A nossa estimativa é de em torno de 80 mil famílias, mas esse número pode chegar
229 a 100 a 120 mil famílias, convivendo no seu dia a dia com esses espaços protegidos.
230 Então, acho que é uma grande oportunidade trazer, assim como na criação do Instituto
231 foi aqui no CONAMA, a gente comemorar esse seu aniversário. A gente tem um pequeno
232 vídeo institucional mostrando uma parcela dessas áreas protegidas. No próximo dia 30,
233 depois de amanhã, sexta-feira, faremos uma singela cerimônia lá no Instituto, ministra,
234 com alguns anúncios, inclusive, com a criação de reservas RPPNs, reservas particulares.
235 Aliás, muito importante como que vem aumentando o número de RPPNs, graças ao
236 engajamento dos proprietários, mas também de várias organizações da sociedade civil
237 que vem apoiando a criação dessas áreas. Então, acho que esse é um esforço que
238 mostra também a contribuição voluntária, uma RPPN é voluntária, das pessoas, portanto,
239 interessadas nessa conservação. Isso é fruto desses anos todos de política pública
240 consolidando as unidades de conservação. Todos os estudos que tem aí sobre
241 conservação ambiental mostram que as áreas protegidas são a melhor estratégia de
242 redução do desmatamento, de conservação dos recursos. E a gente pode ver isso no dia
243 a dia dentro dessas unidades de conservação. Os desafios são inúmeros, um país como
244 o nosso continental, com inúmeras carências, mas também tem com muitas
245 oportunidades. A gente vê coisas muito importantes e trazer esse debate aqui para o
246 CONAMA como reflexo. Lembrando que o CONAMA foi fundamental na consolidação do

247 arcabouço voltado para as áreas protegidas, se engajou bastante na aprovação do
248 SNUC, lá no fim dos anos 90, início dos anos 2000. E, portanto, é uma honra fazer parte
249 e trazer, comemorar o aniversário do Instituto aqui com vocês. Acho que tem um pequeno
250 vídeo aí, a gente pode...

251 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
252 **Mudança do Clima - MMA)** – Antes de passar o vídeo, só uma palavrinha, rapidinho,
253 vamos bater palmas aqui para o nosso presidente do ICMBio. Obrigada. Uma palavra
254 muito rápida, que o ICMBio, ele não é uma indicação política da ministra, do presidente
255 da República. Quando nós pensamos o ICMBio, ele é um comitê de busca, que faz um
256 processo rigoroso para selecionar. O primeiro deles foi o nosso querido e saudoso
257 Rômulo, e, enfim, tivemos outros presidentes do ICMBio, e agora tivemos o Mauro,
258 porque o presidente Lula resgatou essa importante forma de escolher a direção do
259 ICMBio. E eu diria que o ICMBio já tem presidentes a vos, porque o primeiro presidente
260 do ICMBio foi o João Paulo Capobianco, que fez ali um esforço de fazer a instituição do
261 ICMBio, assumindo tanto a função de secretário executivo, quanto a presidência do
262 ICMBio, até que a gente conseguisse fazer o processo para ter a instituição por meio de
263 comitê de busca como é. E agora o presidente Lula resgatou novamente. Eu pergunto ao
264 secretário Capobianco se quer dar uma palavra também, nesse momento importante,
265 pelo trabalho estratégico e por todo o esforço que fez liderando essa criação de um dos
266 institutos que eu considero que tem que ter essa função de proteger para sempre o maior
267 patrimônio que nós temos, que são as bases naturais dos nossos serviços
268 ecossistêmicos.

269 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
270 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Hoje, quando eu cheguei aqui no CONAMA,
271 tinha uma fila muito grande para entrar aqui. Eu me lembrei da época da criação do
272 ICMBio. Só que o motivo da fila não era, porque tinha muito carro chegando e tinha um
273 controle, era porque o IBAMA fechou a entrada e não queria deixar ninguém entrar,
274 porque, contrário à criação do ICMBio, foi um processo muito intenso e tenso naquele
275 momento, o IBAMA entrou em greve e interessante como esses momentos são
276 marcantes. É muito difícil dar alguns passos no sentido de aprimorar a gestão pública e,

277 ao mesmo tempo, simultaneamente, contar com a compreensão do conjunto de todos os
278 envolvidos, não só do serviço público, mas de fora também. Então, ali nós tivemos um
279 momento muito tenso. Foram muitas negociações, muitas conversas, muitos acertos. Na
280 época, quem presidia o IBAMA era o Bazileu. Tivemos um trabalho muito intenso de
281 explicar, de debater e buscar a melhor forma de conduzir esse processo e, finalmente,
282 ele deu certo. O ICMBio foi criado e, rapidamente, eu verifiquei que, após a criação, houve
283 um entendimento geral entre as equipes do antigo IBAMA, na parte da Diretoria de
284 Unidade de Conservação, que passaram pelo ICMBio, e houve um entendimento, um
285 acerto. E, hoje, eu vejo como é bonito ver, Ministra, o IBAMA e o ICMBio trabalhando
286 juntos, em vários momentos decisivos, como é o momento agora. Realmente, eu fico até
287 meio arrepiado quando eu vejo que a promessa do Presidente Lula, naquela nossa
288 reunião com ele, Ministra, onde ele autorizou o início do processo, que ele disse, vamos
289 iniciar e vamos, de fato, dar as condições para que sejam duas instituições e não apenas
290 a divisão de uma. E foi o que aconteceu. Nós temos agora, tivemos concursos,
291 aumentamos os quadros, aumentamos, e muito, a capacidade institucional do Ministério
292 do Meio Ambiente. Foi um ganha-ganha, ao contrário de que muitos diziam que seria
293 uma perda, apenas uma divisão, não foi, foi uma multiplicação dos pães, no sentido de
294 aumentar a capacidade de atuação. E a resposta vem agora, na nossa capacidade,
295 evidentemente, muito aquém do que nós desejamos, e todos aqui nesse plenário
296 desejam, em termos de capacidade do Poder Público Federal em agir, mas muito maior
297 do que nós tínhamos em 2007, quando o ICMBio foi criado. Mas acho que foi uma grande
298 conquista. E o ICMBio também inovou muito, inovou na sua forma de gestão. Foi uma
299 organização criada com uma participação ampla de especialistas na busca do melhor
300 modelo de gerenciamento de organização administrativa e institucional. Trouxe para o
301 ICMBio novidades, inclusive essa do Comitê de Busca, que foi uma conquista que nós
302 obtivemos na época. Então, foi um processo muito positivo, muito tenso inicialmente, mas
303 hoje acho que a gente pode comemorar. Certamente assistir esse vídeo aqui vai ser muito
304 importante para a gente valorizar esses esforços, não é, ministra? Eu acho que o próprio
305 Serviço Federal Brasileiro também foi mal-entendido no início, com mais uma divisão. E
306 a ministra sempre dizia, e nós repetimos, que não era uma divisão, era uma ampliação.
307 Era aumentar a capacidade do governo, aumentar a capacidade do poder público em

308 atuar. E é isso que está acontecendo. Eu acho que é realmente 17 anos de ação
309 contínua, crescente, e concurso ano que vem, aliás, já aprovado esse ano, novos
310 concursos ano que vem e mais concurso prometido para 2026 para chegarmos à
311 totalidade das vagas disponíveis. Ou seja, acho que nós estamos em um bom momento
312 para comemorar os 17 anos do ICMBio.

313 [Apresentação de vídeo]

314 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
315 **Conselho – GARCO)** – Uma rápida palavra aqui é, porque começou a mostrar o outro
316 vídeo, que é sobre o Parque Nacional Lençóis Maranhenses. E que agora, no fim de
317 julho, a Unesco, na sua reunião que ocorreu lá na Índia, acolheu a candidatura do parque
318 como patrimônio natural. Então, nós estamos aguardando, até o fim do ano deve chegar
319 já o diploma, oficializando, portanto, esse parque como um dos patrimônios mundiais
320 naturais que nós temos aqui em território nacional. Que eu acho que é também um
321 exemplo, um reconhecimento ao trabalho que as unidades de conservação prestam para
322 o nosso país. Promovendo turismo, turismo sustentável. Promovendo também a
323 conservação dessas belezas. E é um parque que realmente muito bonito para quem já
324 teve a oportunidade de andar por ele. Obrigado.

325 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
326 **Mudança do Clima - MMA)** – E eu quero aqui parabenizar as nossas equipes, a ICMBio,
327 a Secretaria de Biodiversidade Floresta, na pessoa da nossa Secretária de
328 Biodiversidade Floresta, Rita Mesquita, que está ali no fundão. Mas, nesse caso aqui, na
329 linha de frente, juntamente com a ICMBio, o Governo do Estado do Maranhão, acho que
330 merece uma salva de palmas, porque, de fato, é um lençol no qual a gente quer se
331 embrulhar.

332 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
333 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Acho que, depois desse clímax, a
334 gente podia aprovar tudo e encerrar a reunião, porque foi tão bom. Mas eu fico
335 imaginando o que seria do nosso trabalho, todos que estão aqui nesse plenário, e
336 milhares que estão fora daqui o que seria do Brasil sem as unidades de conservação.

337 Tem muitos amigos do governo aqui, difícil citar alguns, mas muitos que quase deram a
338 vida para criar muitas dessas unidades de conservação que estão sentados aqui. Eu vejo
339 vários deles aqui no Cerrado, na Mata Atlântica, na Amazônia, na Caatinga. Realmente,
340 é um trabalho de gerações e gerações, um trabalho intenso para que a gente pudesse
341 assistir esse vídeo hoje maravilhoso e comemorar 17 anos de ICMBio com alegria.
342 Realmente é um legado que todos nós juntos fizemos e estamos construindo, que não
343 tem preço. Incrível, parabéns, realmente é muito emocionante e lindo o vídeo, muito lindo
344 o vídeo. Muito bem, então, voltando aqui para a pauta do CONAMA, nós temos agora um
345 ato, ministra, muito importante, muito simbólico, para o qual eu vou chamar a nossa
346 coordenadora-geral do Departamento de Educação Ambiental, a Isis Akemi Morimoto,
347 coordenadora-geral do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania, para explicar
348 ao CONAMA, aos membros do CONAMA, o protocolo de intenções que será assinado
349 agora entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e a Associação Brasileira
350 de Câmeras Municipais, a ABRACAM. Por favor, Isis, faça a explicação desse importante
351 documento que será assinado agora.

352 **A SR^a. ISIS AKEMI MORIMOTO TOSCHI OLIVEIRA (Coordenadora Geral do**
353 **Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do MMA) -** Obrigada, secretário.
354 Cumprimento, então, a todas e todos aqui presentes e agradeço essa oportunidade de
355 contextualizar rapidamente esse processo, essa parceria que estamos firmando hoje com
356 a ABRACAM. Então, essa iniciativa faz parte das ações desenvolvidas pelo
357 Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do MMA, dirigido pelo professor
358 Marcos Sorrentino, e que tem se esforçado bastante todo o departamento em construir
359 uma proposta de arquitetura de capilaridade em enraizamento da educação ambiental no
360 Brasil. E dentro da proposta dessa arquitetura, então, é de fato articular, potencializar as
361 iniciativas de educação ambiental que ocorrem, então, desenvolvidas pela União,
362 Estados e Municípios, com vistas a chegar aos territórios, inclusive territórios de
363 convivência e de relações onde as coisas, de fato, acontecem. Então, a educação
364 ambiental se preocupa muito em chegar na totalidade das brasileiras e brasileiros, e,
365 então, dentro dessa proposta, estamos articulando sempre com o IBAMA e ICMBio, as
366 vinculadas também ao Jardim Botânico, para fortalecer a educação ambiental nessas
367 instituições e apoiamos ao máximo, agradecemos muito os esforços aqui também do

368 IBAMA, que recentemente criou o Centro Nacional de Educação Ambiental na estrutura,
369 um ganho muito grande para a área. E estamos nos Estados, no esforço de fortalecer as
370 comissões interinstitucionais de educação ambiental, as CIEAs, que possuem
371 representantes do poder público e sociedade civil, um espaço de diálogo para construção
372 dos programas estaduais de educação ambiental, que agora estão participando em todas
373 as regiões do país de uma formação para construir indicadores, que vão trabalhar a
374 questão da adaptação climática e como a educação ambiental pode fortalecer, então,
375 esse viés da adaptação às mudanças do clima. Então, é um trabalho bem importante de
376 construção de indicadores para isso. E nos municípios, então, diversas são as iniciativas,
377 e entre elas também, e aí gostaria de saudar que a colega Nadja Janke, do departamento,
378 que é a coordenadora de formação, que está retomando, então, o programa do PNC, e
379 está também conduzindo aí com a gente, junto com o departamento, essa parceria com
380 a ABRACAM, porque consideramos que as câmaras de vereadores são um espaço muito
381 importante nos municípios para que a gente consiga trabalhar as questões ambientais
382 como um todo e também fortalecer a educação ambiental. Então, quando o Rogério,
383 presidente da ABRACAM, nos procurou, falando que tinha essa intenção de trabalhar os
384 OBS junto aos vereadores, que ele percebia que havia uma necessidade de levar as
385 câmaras municipais de todos os municípios do Brasil a conhecimentos sobre os OBS,
386 nós vimos aí uma oportunidade de ir além até dos OBSs e estar trabalhando junto com
387 esses vereadores para que os municípios, de fato, desenvolvam normas favoráveis ao
388 meio ambiente como um todo e busquem fundos, enfim, todo um trabalho para
389 potencializar as ações propostas por todos vocês, todos nós aqui. Então, acho que o
390 Marcelo e o Rogério poderiam falar por uns dois minutinhos aqui para a gente, antes da
391 assinatura. Muito obrigada pela oportunidade.

392 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO – TITULAR (Representante da Região**
393 **Sudeste) –** Bom dia a todas e a todos. Um prazer enorme estar aqui nessa reunião tão
394 importante no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Cumprimentar aqui a Ministra
395 Marina Silva, o presidente do IBAMA, Rodrigo Augustinho, o João Paulo, que é secretário
396 executivo. Cumprimentar também o presidente do ICMBio e os demais componentes da
397 mesa. Dizer, Ministra Marina, que é um prazer enorme a gente estar aqui hoje
398 participando nesse momento tão importante da vida política do Brasil, na questão

399 ambiental, não só do Brasil, mas de todo o nosso universo. E a gente se sente muito
400 honrado de ver que o governo está enxergando aquele que é o político mais importante
401 desse país. Aquele que está na base, na pirâmide política da nação brasileira, que são
402 os vereadores. Nenhuma política nesse país, Ministra, tem condição de dar certo se não
403 tiver a adesão do vereador. Porque o vereador, ele é um agente de transformação social
404 na sua comunidade. Implantar, fazer com que os 17 objetivos, os OBS, as 169 metas,
405 sejam implementadas a nível de Brasil, dos 5.569 municípios brasileiros, isso
406 necessariamente tem que passar pelas câmaras municipais, pelos vereadores. E hoje,
407 muitas das vezes, quando se fala em OBS, muitos prefeitos e muitos vereadores não
408 sabem o que é, não sabem se é um shampoo de passar o cabelo, ou se é um
409 desodorante. E nós precisamos conscientizar esse povo no Brasil. É um desafio muito
410 grande, é um exército de 58 mil vereadores nesse imenso Brasil. E nós temos que
411 conscientizá-los para que, através deles, a gente possa implementar essas políticas
412 públicas a nível dos municípios, com mudanças de cultura, com mudanças de legislação,
413 sobretudo, na lei orgânica dos municípios brasileiros. Daí esse projeto nosso é um projeto
414 grandioso. Nós teremos eleições este ano, ano que vem temos a posse dos novos
415 prefeitos e os novos vereadores no Brasil, iniciando um novo mandato, por isso nós
416 estamos construindo esse projeto que chama Câmaras Educadoras e Sustentáveis.
417 Câmaras Educadoras e Sustentáveis. Que tem a ABRACAM como condutora,
418 juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, através do professor Sorrentino, do
419 Departamento de Educação Ambiental, e fomos buscar também parceiros, e estamos
420 buscando. Hoje de manhã, eram 7h da manhã, eu estava reunido com o professor
421 Sorrentino, lá no MMA, antes da sua viagem. E nós, então, buscamos a FGV, a Fundação
422 Getúlio Vargas, através do professor Wilson Nobre, buscamos a Universidade Federal
423 do Pará, nós já estamos com um projeto piloto lá no Pará, e enfim, vamos buscar todos
424 aqueles que têm interesse para que os OBSs realmente, a Agenda 30, realmente
425 aconteça no Brasil. E eu não vejo isso acontecendo. Eu não vejo. É preciso fazer isso,
426 sobretudo, a política pública é resolvida com os políticos. Então, nós temos que
427 sensibilizar os políticos brasileiros, sobretudo os vereadores, para essa causa. Então, eu
428 quero agradecer, Ministra, cumprimentar aqui, estamos acompanhando aqui os
429 vereadores lá de Indianópolis, lá na usina de Miranda, tem a usina de Miranda ao lado

430 de Indianópolis, o vereador Xavier, o Marco Tulio, e a vereadora Cristiane, lá de Minas
431 Gerais. Eu quero, Ministra, presentear a senhora. Nós criamos a ABRACAM Mulher, e
432 nós vamos ter a terceira conferência, agora em novembro, das vereadoras, terceira
433 conferência das vereadoras. Nós queremos, então, convidá-la para participar junto
434 conosco dessa conferência. Eu trago aqui, então, um agrado para a senhora, e como um
435 bom mineiro, como um bom mineiro, eu não poderia deixar de trazer um queijo, não é?
436 E o queijo está aqui. Maravilhoso o queijo. Ainda bem que não é cachaça. É o melhor
437 queijo do Brasil, viu? Pessoal, muito obrigado, um grande abraço a todos vocês. Muito
438 obrigado.

439 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
440 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nós vamos ali, quero... Doutor Rogério, vamos
441 assinar, então, o nosso protocolo ali. Muito bem. Muito obrigado, doutor Rogério, pela
442 iniciativa, pelo Departamento de Educação Ambiental, coordenado por Marcos
443 Sorrentino, muito bem representado pela Isis aqui, por essa importantíssima iniciativa
444 que acabamos de assinar. Então, dando sequência aqui, nós temos agora a
445 apresentação dos novos conselheiros, em seguida, aprovação e *ipsis verbis* da ata,
446 tribuna livre, e partimos depois, Ministra, para a segunda etapa. Então, vamos, então, por
447 favor. Marcela, você poderia apresentar os novos conselheiros?

448 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
449 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – A portaria GMMA 1135, de 21 de agosto de 2024,
450 publica as seguintes alterações. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Titular, Jean
451 Keiji Uema, e suplente, Fábio Santos Pereira Silva. Ministério do Trabalho e Emprego.
452 Titular, Leonardo Dias Moraes. Rio Grande do Norte. Titular, Werner Farkatt Tabosa, e
453 suplente, Jonielson Pereira de Oliveira. As entidades ambientalistas de cada uma das
454 regiões geográficas do país. Norte, suplente, Jaques Douglas Ferreira Barbosa Júnior.
455 Esses são os novos conselheiros.

456 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
457 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vindo, novos conselheiros e
458 conselheiras. Passamos, então, ao terceiro item. Aprovação da transcrição *ipsis verbis*
459 da 142^a reunião ordinária, realizada no dia 12 de junho de 2024, que foi disponibilizada a

460 todos. Se houver, por favor, alguma manifestação de correção, ajuste, manifestação
461 contrária, aprovação da ata, que se manifeste, por favor. Em não havendo nenhuma
462 manifestação, consideramos aprovada a ata da 142ª reunião ordinária do CONAMA.
463 Muito obrigado. Próximo item, tribuna livre. Duração máxima total de 15 minutos,
464 divididos entre os inscritos no começo da reunião. Garantindo a participação de todos os
465 segmentos representados no CONAMA. Marcela, por favor.

466 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
467 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Já está com você

468 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
469 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ah, está aqui já, desculpe. Então, iniciamos
470 com o Marçal Cavalcante, da ANAMMA, representando os municípios brasileiros, que
471 agora temos esse acordo de cooperação, esse protocolo, para, justamente, levar os OBS
472 de toda a questão ambiental para todas as câmaras de vereadores. Não é, Marçal? Um
473 grande momento esse. Por favor, Marçal.

474 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
475 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Bom dia a todos. Com muita satisfação,
476 Ministra Marina, querendo solidarizar e condolências ao nosso brigadista. Parabéns ao
477 ICMBio. Mas, o que nos traz aqui nesse momento, Ministra, é uma questão ímpar. O país
478 está pegando fogo, a fumaça atingiu ao ápice os estados e os municípios. Nós estamos
479 precisando, efetivamente, que seja decretado estado de calamidade pública nesses
480 estados e nesses municípios, para que nós possamos receber ajuda financeira, como foi
481 feito na enchente no Rio Grande do Sul. É um momento ímpar. Os estados estão
482 sufocados. Vim de Porto Velho, semana passada, está insuportável a questão do ar. As
483 crianças tendo dificuldade de ir nas escolas. Então, é um pedido para que nós possamos
484 decretar estado de calamidade e isso precisa chegar no presidente Lula com muita e
485 muita força. Outro item que nos traz aqui, também, é um pedido aos estados e aos
486 municípios para que nós possamos, efetivamente, votar essa moção que vai tirar dos
487 cofres públicos dos estados e dos municípios R\$600 milhões de reais. E do IBAMA,
488 R\$400 milhões. Tem que ser levado ao ministro Haddad que isso terá que ser achado
489 uma forma de substituição se a Câmara Federal continuar trabalhando essas pautas

490 bombas que têm causado muitos problemas a esse país nas questões ambientais. Então,
491 essa moção precisa chegar. Que os governadores, os prefeitos, os vereadores que estão
492 aqui cheguem na base dos seus deputados federais para que nós possamos mudar esse
493 PL que vai acabar com a TCFA. A Taxa de Controlo e Fiscalização. ABEMA, a ANAMMA,
494 está conjuntamente com o IBAMA com uma proposta nova para que a gente possa
495 repactuar antes que seja votado. Já está na mesa do presidente Arthur Lira para que seja
496 botado em pauta. Então, nós temos que fazer um esforço concentrado de todos os
497 estados, de todos os entes para chegar nos deputados federais. Esse é o pedido da
498 ANAMMA. E aqui fazer um agradecimento especial querido Alice Hagge, que deixou a
499 ANAMMA e vai concorrer à Câmara de Vereadores e Três Rios, Forte abraço, boa sorte,
500 muito obrigado e fiquem todos com Deus.

501 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
502 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Marcel. Sandra Paula Bonetti da
503 CONTAG, por favor [ininteligível] Sociedade Civil.

504 **A SR^a. SANDRA PAULA – TITULAR (Representante dos Trabalhadores da Área**
505 **Rural)** – Bom dia a todos e a todas. Nós, como os representantes aqui da Sociedade
506 Civil a gente vai dividir aqui a fala. Mas eu gostaria de, antes de a gente começar a fala
507 propriamente dita, me apresentar, como estamos tendo aqui a tradução eu acho que é
508 importante a alta apresentação. Eu sou uma mulher branca de 1,67m, gorda, peso em
509 torno de 100 quilos, tenho a pele branca, o cabelo levemente ondulado de cor clara
510 também.

511 **O SR. FABIANO LOPES DA SILVA (FVA)** – Bom dia a todos. Ministra, secretário,
512 conselheiras e conselheiros. Meu nome é Fabiano Silva coordenador da Fundação Vitória
513 Amazônica uma ONG baseada em Manaus. Vou dividir minha fala aqui com a colega
514 Sandra. O CONAMA é uma instância fundamental para a governança ambiental, segundo
515 suas atribuições legais o que pressupõe? A observância dos limites e atributos dos
516 processos ecológicos, o direito humano como direito ao meio ambiente saudável e
517 íntegro, a transparência, o acesso à informação, a participação como elemento
518 fundamental da democracia brasileira, a eficiência e a eficácia das políticas públicas para
519 a integridade ambiental. Cabe ao CONAMA buscar abordagem integradora das várias

520 políticas ambientais como águas, biodiversidade e poluição e a sinergia do cumprimento
521 dos acordos multilaterais ambientais, em especial as ações visando ao enfrentamento
522 dos desafios socioambientais dos nossos tempos. Em dias recentes o país acompanhou
523 o estarrecido mais um reflexo do agravamento da crise climática testemunhando
524 incêndios florestais e queimadas em vários estados o que trouxe à população a
525 percepção de que o país estava queimando. Fogo em áreas privadas, mas com um custo
526 para todo o público, revelando falhas no sistema de manejo das grandes propriedades
527 incapazes de impedir o alastramento do fogo. Disso decorre a perda da biodiversidade,
528 além da degradação de outros ambientes não queimados, inclusive, de ambientes
529 aquáticos e enormes impactos à saúde humana e ao direito ao meio ambiente saudável
530 e equilibrado. Queremos aqui manifestar nossa solidariedade aos familiares e amigos do
531 brigadista Wellington que perdeu sua vida no combate ao fogo. Neste contexto
532 consideramos importante o fortalecimento das estruturas de combate, inclusive, das
533 brigadas voluntárias, com mais recursos financeiros, maiores equipamentos, e servidores
534 e brigadistas e mais e melhores equipamentos de combate ao fogo. E precisamos cobrar
535 rápida investigação dos fatos e a justa punição dos responsáveis. Gostaríamos de
536 reforçar o apoio à nota técnica apresentada ontem pela Frente Ambientalista do
537 Congresso Nacional.

538 **A SR^a. SANDRA PAULA – TITULAR (Representante dos Trabalhadores da Área**
539 **Rural) –** Reiteramos também que é crucial o enfrentamento da emergência climática
540 mediante a moratória da expansão da exploração do petróleo, carvão, gás e ainda que
541 seja reconhecida a necessidade de manter as discussões sobre o uso. É crucial a
542 redução rápida ao desmatamento, a recuperação da cobertura vegetal em nossos biomas
543 e precisamos que os grandes proprietários e empresários do agronegócio, é urgente que
544 cobramos maior proteção da vegetação, inclusive, nas suas propriedades e ao seu
545 entorno. A proteção das suas APPs, das suas florestas e ao entorno de suas
546 propriedades. É importante cobrar das autoridades o apoio e formas mais impactantes
547 de uso do solo. Precisamos ter práticas agroecológicas, fortalecer a agroecologia, a
548 agricultura familiar, a reforma agrária sustentável, a integridade das áreas protegidas e
549 as unidades de conservação. É necessário reduzir os apoios e a expansão das atividades
550 agropecuárias de grande porte, que são causadoras de muitas emissões de gases de

551 efeito estufa e sem a devida validação do cadastro ambiental rural. Louvamos e
552 gostaremos muito aqui de reconhecer o esforço do governo federal para promover os
553 processos de participação social, tais como o plano clima participativo e as ações das
554 conferências nacionais de meio ambiente, todavia, precisamos que tais processos ainda
555 demandem maior aprimoramento. Ainda existem enormes dificuldades de nós,
556 trabalhadores e trabalhadoras participarmos, de fato, das consultas, seja a consulta
557 pública, on-line, e aí não preciso aqui dizer os motivos e os acessos são diferenciados
558 no nosso país. Esses modos de participação ainda são constantes e nós que somos
559 afetados pelas crises ambientais, climáticas, nós, a classe trabalhadora precisamos ser
560 mais envolvidos de uma forma geral. Mesmo quando existe forte participação social ela
561 ainda não é paritária. Temos espaços de governo que sim, são paritários, como o da
562 Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, infelizmente,
563 nem sempre isso se converte nas tomadas de decisão que são baseadas nessa
564 participação. É essencial promover o monitoramento dessa participação e de suas
565 consequências. Inclusive, no que tange a ação pelos entes federativos, os resultados dos
566 trabalhos de grupo de assessoramento da composição do CONAMA indicam que a
567 paridade tem necessidade. Entendemos que é desse modo que podemos fortalecer a
568 democracia participativa, aprimoramento às plenárias do CONAMA e suas ações.

569 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
570 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Concluindo mesmo, porque o tempo já
571 passou.

572 **O SR. FABIANO LOPES DA SILVA (FVA)** – Nas plenárias anteriores, a bancada da
573 sociedade civil organizada formulou inúmeras considerações e fez vários pedidos
574 encaminhados por meio da tribuna livre. Infelizmente, muitos desses pontos não foram
575 cumpridos, em função disso, estamos encaminhando à mesa ofício de formalização
576 desses pedidos, esperando que eles sejam respondidos com brevidade. Desde o início
577 do ano, temos solicitado que o MMA e os Estados que nos informem quais
578 posicionamentos irão enviar a COP16 da biodiversidade na Colômbia. Estamos muito
579 contentes em ver a pauta de hoje e esperamos que este tema seja mantido na pauta, ao
580 contrário do que vimos na plenária anterior. Por fim, queremos alertar para a continuidade

581 do processo de conciliação no SFT, que terá mais uma audiência na tarde de hoje
582 tratando do marco temporal. Esta iniciativa, que consideramos muito preocupante, afeta
583 direitos indisponíveis dos povos indígenas, mas também afeta o equilíbrio ecológico e
584 climático de todo o planeta. Ao passo que parabenizamos o ICMBio, reforçamos o papel
585 fundamental da ciência e da sociedade civil na construção dessa bonita história.
586 Obrigado.

587 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
588 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Nós temos Gino César Paiva,
589 representante do Estado de Alagoas, em nome da ABEMA.

590 **O SR. GINO CÉSAR MENESES PAIVA (Associação Brasileira de Entidades de Meio**
591 **Ambiente – ABEMA/Alagoas)** – Bom dia a todos e todas. Queria primeiro aqui fazer
592 uma saudação a nossa frente de honra, a nossa presidente do CONAMA e Ministra, e já
593 iniciar trazendo a saudação do nosso governador em solidariedade a este momento que
594 a gente está vivendo e declarando total apoio aos nossos entes federados e ao governo
595 brasileiro. Eu queria aqui primeiro fazer um agradecimento à nossa presidente da
596 ABEMA, a Mauren Lazzaretti, que é a secretária de Estado DE Mato Grosso e que pediu
597 para representar os entes federados, tanto as secretarias de Estado como os órgãos
598 ambientais que são representados pela ABEMA. Mas eu queria, acima de tudo, assumir
599 aqui e reassumir compromissos que nós já estamos trabalhando, seja na ABEMA, seja
600 nos Estados, que é o compromisso com a Conferência Nacional do Meio Ambiente,
601 discutindo e construindo uma ação conjunta, integrada dos Estados brasileiros através
602 da ABEMA e, acima de tudo, compreendendo a importância de discutir com os
603 municípios. Por isso, a gente tem discutido bastante com a ANAMMA, compreende a
604 necessidade, muitas vezes, do Governo do Estado, da estrutura estadual, apoiar os
605 municípios nesse momento importante de discussão. E queria também aqui, Ministra,
606 colocar a importância das COPs que nós tivemos, que vamos ter esse ano, não só da
607 Biodiversidade, como a do clima, mas também a COP da desertificação. E essa
608 discussão nós estamos fazendo com o Ministério do Meio Ambiente, com o Alexandre.
609 Nós estamos discutindo também, além da ABEMA, nós temos no Nordeste um fórum
610 muito importante, que é a Câmara Técnica do Meio Ambiente do Consórcio Nordeste. O

611 consórcio que foi iniciado para comprar vacina no momento mais crítico desse país, mas
612 que hoje tem Câmara Técnica e essas Câmaras Técnicas fazem o debate e contribuem.
613 E aí eu quero fazer uma saudação ao Governo da Bahia. Aqui está presente o nosso
614 Secretário de Estado, Eduardo, que coordena, em nome do Governador Jerônimo, a
615 Câmara Técnica do Meio Ambiente. E queria ainda reforçar um outro momento
616 importante que a gente está construindo. A partir de amanhã nós teremos em São Paulo
617 a reunião da ABEMA, reunindo todas as instituições secretárias e órgãos ambientais e
618 reafirmar aqui o compromisso democrático de construção, de integração de uma pauta
619 que hoje é cada vez mais forte e que precisa ser fortalecida com a participação de todos
620 os Estados. Não poderia aqui deixar também de colocar que a ABEMA aprovou e se junta
621 aos órgãos ambientais o apoio à PEC 504. O bioma Caatinga-Cerrado e os outros biomas
622 precisam ser reconhecidos como biomas nacionais e estar na nossa Constituição. E eu
623 peço aqui o apoio do CONAMA para fortalecer essa pauta que é importantíssima para a
624 gente. Como também aproveito aqui já para concluir e, junto aqui com a fala do meu
625 amigo Marçal, também lá de Alagoas, o apoio a essa moção que vai sim, questionar o
626 que está acontecendo no Congresso Brasileiro, e que vai de encontro aquilo que a gente
627 está construindo há muito tempo. Vida longa ao CONAMA, estamos juntos nessa luta.
628 Obrigado.

629 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
630 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nós não temos mais ninguém inscrito. Nos
631 municípios, é que os municípios já falaram, o segmento de municípios já falou e nenhum
632 outro segmento se inscreveu. Então, em não havendo mais ninguém inscrito, tudo bem
633 o uso da palavra, por no máximo três minutos para não estourar o tempo, por favor.

634 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** – Bem
635 menos até. Depois eu alinho com o Marçal para a gente dividir, assim como a sociedade
636 civil faz. Pode deixar. Bom, bom dia a todas e a todos. Eu sou Cláudia Lins, sou da
637 Confederação Nacional de Municípios. Gostaria de ressaltar a importância de todos os
638 temas debatidos aqui no CONAMA, mas não só os temas, e dentre os temas debatidos
639 aqui no CONAMA que a gente vai falar hoje, tem o de supressão vegetal e aí, queria
640 fazer um pedido aqui ao Presidente do IBAMA, Deputado Agostinho, para, se possível,

641 amanhã vai ter esse debate que a gente, todos nós recebemos o convite de supressão
642 vegetal que vai ter amanhã, mas ele não vai ser transmitido. E seria interessante que a
643 gente divulgou para todos os municípios, mas houve o relato de que não haveria tempo
644 para comprar uma passagem com um preço acessível, mas que esse seminário de
645 tamanha importância que é para falar sobre o controle e a transparência com relação às
646 autorizações de supressão vegetal, que ele fosse transmitido on-line, para que os
647 municípios e os servidores municipais pudessem acompanhar esse tema, assim como
648 eles acompanharam, por exemplo, o Sinafogo, que foi excelente o seminário aqui no
649 auditório do IBAMA, assim como eles acompanham todas as reuniões do CONAMA,
650 somente esse pedido, e para dizer também que ontem à noite foi apresentada, o que a
651 gente está chamando de PEC do Clima, escrita pela equipe da Confederação Nacional
652 de Municípios em diálogo com os gestores municipais, a PEC 31 de 2024, foram quase
653 200 assinaturas, se eu não me engano, onde trata da criação na Constituição do
654 Conselho Nacional de Mudança Climática, do Fundo Nacional de Mudança Climática e
655 também da Autoridade Climática. Só, porque algumas coisas podem já estar previstas
656 em lei ou decretos ou afins, mas a importância de a gente deixar esse tema consolidado
657 e realmente ser debatido e garantido na Constituição Federal. Só isso. Obrigada.

658 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
659 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Encerrando esse segmento,
660 a Ministra Marina Silva gostaria de fazer uma ponderação aqui, por favor, um
661 esclarecimento.

662 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
663 **Mudança do Clima - MMA)** – Bem, obrigado a todos os participantes do nosso pinga-
664 fogo. Sempre me lembro lá do Congresso Nacional, que tem ali uma parte bem curtinha
665 do tempo dos parlamentares, é igual aqui. Mas eu queria só explicar para o nosso
666 companheiro, parceiro Marçal da ANAMMA, em relação à questão de decretar estado de
667 emergência, de calamidade. Eu imagino que a maioria de nós sabe que esse processo
668 vem de baixo para cima, os Estados ou os municípios fazem a decretação e o Governo
669 Federal reconhece e nesse caso, como foi o Rio Grande do Sul, como foi agora no
670 Pantanal, como foi o ano passado no Estado do Amazonas, em várias regiões, o

671 Ministério do Desenvolvimento Regional, ali o ministro Valdez, faz esse reconhecimento
672 imediato, praticamente. Então, o Governo do Estado, quando se trata do Estado inteiro,
673 ele faz o decreto e pede em seguida o reconhecimento. Quando se trata dos municípios,
674 eles fazem o mesmo e o Governo Federal reconhece. Em seguida, são apresentadas as
675 propostas, os planos de trabalho. Quanto à ajuda humanitária, é imediata, não é apenas
676 um pedido simples. Quando se trata de reconstrução de equipamento público, tem um
677 outro rito, porque aí você precisa de ter toda a apresentação do projeto. Mas mesmo
678 quando os municípios não têm essa capacidade instalada, o Ministério da Integração
679 ajuda na elaboração das propostas. E agora, no Rio Grande do Sul, inclusive, a gente
680 fez uma força tarefa, vários órgãos do Governo trabalhando junto com o Ministério da
681 Integração. Nós, mesmo aqui, recebemos oito servidores para ajudar na análise das
682 propostas para caminhar mais rápido. Então, você tem razão, vários estados estão em
683 situação de penúria. Provavelmente, no caso do estado do Amazonas, não só em função
684 de queimados, mas, sobretudo, em função da estiagem, nós teremos dos 62 municípios,
685 pelo menos 60 que terão a sua calamidade reconhecida. No caso do Mato Grosso do
686 Sul, o pedido foi de 12 municípios que foram altamente reconhecidos. E, no caso do Rio
687 Grande do Sul, nem preciso falar, que é uma mobilização que atingiu cerca de 2 milhões
688 de pessoas e chegamos a ter até 80 mil pessoas em abrigos. É isso. Então, Marçal, é um
689 processo de baixo para cima. O Prefeito apresenta, o Governo Federal reconhece. Não
690 é o Presidente Lula que decreta daqui para lá. Vem de lá para cá e o reconhecimento é
691 logo em seguida.

692 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
693 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Foi solicitado à mesa um
694 documento... é bem rápido, não é isso? Já fora do nosso prazo aqui, do pinga-fogo, como
695 disse a Ministra, mas será um prazer receber o documento. Se puder explicar
696 rapidamente do que se trata.

697 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Aqui os representantes do Cerrado, no
698 CONAMA, mais as entidades aqui de Brasília estão entregando um documento em
699 defesa da APA do Planalto Central em defesa do Cerrado à Ministra e aos dirigentes do
700 Ministério do Meio Ambiente. Obrigado, pessoal. Obrigado pela compreensão.

701 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
702 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Parabéns pela iniciativa.
703 Vamos dar início agora à apresentação da ordem do dia. Nós temos, todos receberam a
704 ordem do dia, a pauta completa. Gostaria de saber se há alguma manifestação, alguma
705 sugestão de alteração de pauta? Por favor.

706 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
707 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Capô.

708 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
709 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Marcela, temos duas propostas aqui, não é
710 isso? Você podia encaminhar, por favor?

711 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
712 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Nós recebemos dois pedidos de moção que não foram
713 incluídos na pauta, mas que receberam pedido de urgência. Um relacionado ao apoio ao
714 PL 2225 pela Sociedade Civil e o outro que seria...

715 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
716 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Desculpa, qual é a ementa desse projeto de
717 lei?

718 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
719 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – É um projeto de lei que trata da questão de criança e
720 natureza. Para a gente apreciar, vai ter que ter uma apresentação, uma justificativa da
721 urgência breve. Eu não sei se você quer fazer separado, eu queria informar só quais são.

722 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
723 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pois não, o próximo.

724 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
725 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – E o outro pedido de urgência, diz respeito a uma
726 moção de apoio aos Estados relacionada à utilização dos estudos sobre a questão
727 hidrográfica no Pantanal e que seria um texto alternativo à proposta de recomendação

728 que está em pauta, mas que, para ser apreciado, primeiro a gente tem que incluir na
729 agenda a questão do pedido de urgência.

730 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
731 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está bem, só um minuto antes da sequência,
732 a Ministra tem um compromisso agora e informa a todos que está se retirando. Só um
733 segundinho para nos organizarmos aqui, por favor. Bom, então, esses dois itens que não
734 estavam previstos na pauta constam, cumprem o requisito regimental de oito assinaturas
735 para pedido de apreciação em regime de urgência. Então, antes de deliberarmos a ordem
736 do dia, nós vamos abrir o espaço para que seja apresentada a justificativa da moção de
737 apoio ao PL 225 de 2024 e também a moção que trata de texto alternativo à proposta de
738 recomendação aos Estados sobre o Pantanal. Então, por favor, quem é que vai fazer a
739 defesa? Pois não, você faz a defesa da primeira, é isso? Pois não, por favor, seu nome,
740 completo e instituição, por favor.

741 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Bom dia a todas e todos, bom dia
742 à mesa, obrigada. Eu sou Juliana Gatti, represento o Instituto Árvores Vivas e membro
743 da coalizão Clima Crianças e Adolescentes, que junto com o Instituto Alana é proponente
744 desse PL. Eu trago aqui a justificativa do PL 2225 de 2024, é o marco legal da criança e
745 natureza, está em tramitação na Câmara dos Deputados, na Comissão de
746 Desenvolvimento Urbano e propõe medidas emergenciais e caminhos diante dos severos
747 impactos frente às grandes crises socioambientais que vivemos hoje. Esse PL fortalece
748 a nossa legislação, com foco na proteção específica de crianças e adolescentes, ao
749 direito de viver em um ambiente limpo, saudável e sustentável, aspecto este
750 recentemente também recomendado no comentário geral 26 da ONU. A lei trata de
751 educação baseada na natureza, inclusão das escolas como instituições prioritárias no
752 recebimento das soluções, adaptação e mitigação climática, a defesa, conservação e
753 regeneração ambiental para garantir a vida, saúde plena e desenvolvimento integral para
754 as presentes e futuras gerações, como compromisso por parte de todos os entes
755 federativos e da sociedade, inclusive, com participação democrática das próprias
756 crianças e adolescentes. O contato com áreas naturais de forma acessível, igualitária e
757 inclusiva durante toda a vida e também em período gestacional desde a primeira infância,

758 é fundamental para a consciência ambiental e climática, promoção da saúde física e
759 mental, bem como o desenvolvimento e plenas capacidades cognitivas, físicas e sociais.
760 Nós todos aqui somos responsáveis e devemos resguardar a condição habitável do
761 planeta com qualidade ambiental, conforme consta na nossa Constituição, bem
762 mencionada pela Ministra no começo da nossa sessão, tanto no artigo 225 como no 227,
763 um falando nas questões do direito de todos e as gerações futuras a um ambiente
764 equilibrado e o 227 a questão relativa à proteção integral das crianças e adolescentes,
765 considerando que são sujeitos de direitos. O marco legal, portanto, propõe implementar
766 e garantir os direitos das crianças e adolescentes não deixando nenhuma para trás, para
767 que possam conhecer, experimentar e criar vínculo com toda a vida natural, tendo senso
768 a ela, acesso a ela no dia a dia, além de apontar as necessidades de defender, cuidar e
769 regenerar do meio ambiente, adaptar as cidades e proteger as infâncias no caso de
770 eventos climáticos extremos como as enchentes, ondas de calor, secas, prolongadas.
771 Então, conselheiros e conselheiras, por favor, pedimos a aprovação dessa moção de
772 urgência, em situação de urgência aqui na reunião de hoje. Obrigada.

773 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
774 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só para esclarecer, nós não estamos votando
775 a moção no momento, estamos apenas votando a admissibilidade...

776 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Como caráter de urgência, entendi.
777 Desculpa.

778 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
779 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, eu peço, inclusive, que o próximo que
780 for apresentar que apenas justifique o pedido de urgência. Como já foi dito, esse pedido
781 obedece ao regimento, teve novas assinaturas de apoio, foi apresentado e agora, por
782 maioria simples, nós podemos aprovar ou não esta inclusão na pauta. Então, aqueles
783 conselheiros que forem favoráveis à inclusão desse item na pauta de hoje, por favor, se
784 manifestem. Vamos fazer só por contraste. Quem for contrário, por favor, se manifeste.
785 Não havendo nenhuma manifestação contrária, está incluído na pauta. Muito obrigado.
786 Próximo item. Pois não? Ah, bom, abstenção, sim, mas não haverá registro só para a
787 inclusão na pauta. Depois nós teremos uma votação e nesse momento certamente

788 faremos o registro correto. Com relação ao texto alternativo da pós-recomendação aos
789 Estados sobre o Pantanal, Mauren fará a definição.

790 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Bom dia a todos.
791 Mauren Lazzaretti, Conselheira pelo Governo do Estado de Mato Grosso. As justificativas
792 para a inclusão no regime de urgência estão pautadas no próprio parecer apresentado
793 em relação ao pedido de vista feito pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
794 Também consideramos a própria resolução da Agência Nacional de Água, 195 de 03 de
795 maio de 2024, que declara a situação crítica de escassez hídrica, quantitativa dos
796 recursos hídricos na região hidrográfica do Paraguai. Também consideramos a
797 importância da utilização dos resultados dos estudos que decorrem da avaliação dos
798 efeitos de implantação de empreendimento hidrelétrico na região hidrográfica do
799 Paraguai, em especial a definição das áreas de conflito, nas análises do licenciamento
800 ambiental, a utilização deles na análise dos processos de licenciamento ambiental. E
801 pediram, solicitaram a urgência nove conselheiros.

802 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
803 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Em votação, há admissibilidade
804 para que entre na ordem do dia de hoje. Quem for favorável se manifeste, por favor.
805 Vamos fazer a contagem então, por favor, vamos fazer a contagem. Como? Trinta e oito.
806 Trinta e oito favoráveis. Quem for contrário se manifeste, por favor. Queria contar, por
807 favor? Seis. Abstenções? Cinco. Então, está incluída na pauta a moção proposta pela
808 conselheira Mauren. Muito bem. Então, aqueles, entendo que agora já tínhamos uma
809 manifestação favorável à ordem do dia, com essas duas novas inclusões, então,
810 seguimos para a ordem do dia do CONAMA. Primeiro item então, é justamente a proposta
811 de recomendação CONAMA ao Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sobre o
812 Pantanal. Nesse caso, que nós temos a moção, qual é a recomendação de condução
813 aqui, Daniel?

814 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
815 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu acho que a apresentação vai trazer um pouco do
816 processo, mas a moção, ela é uma discussão sobre a recomendação. Então, o que a
817 gente gostaria de fazer é uma apresentação. Tem duas pessoas que, pelo Ministério do

818 Meio Ambiente, vão falar sobre a proposta da recomendação e porquê se está propondo
819 um texto alternativo, que é a moção.

820 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
821 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pois não. Microfone, por favor. Tem o
822 microfone avulso? Cadê o microfone avulso, hein? Ah, por causa da internet.

823 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
824 **- Instituto Guaicuy)** – Bom dia a todos. Bom dia, secretário. Eu fiquei na dúvida que
825 essa votação que a gente teve sobre a moção, se, por exemplo, o nosso parecer original
826 nesse tipo de proposta que nós fizemos da sociedade civil, nós vamos poder debater ele,
827 ok? Só isso que até a nossa votação ficou em dúvida porque foi a inclusão de uma moção,
828 mas também a gente tem um parecer relacionado a esse tema. Obrigado.

829 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
830 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nesse item, nós estamos discutindo a questão
831 da recomendação aos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Depois, o item B é
832 em relação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, está certo? Neste ponto, então,
833 neste ponto, nós temos o encaminhamento de... como é que você está sugerindo,
834 Marcela?

835 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
836 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Primeiro vai... bom, só para contar. Na última plenária,
837 nós tivemos dois pedidos de vista relacionados a essa recomendação aos Estados Mato
838 Grosso e Mato Grosso do Sul relacionado ao Pantanal. Primeiro momento, a gente não
839 chegou nem a apresentar a recomendação. Então, a gente vai fazer agora uma
840 apresentação da recomendação e haverá tempo para que quem elaborou os pareceres
841 possa se posicionar também. É isso.

842 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
843 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, nós faremos a apresentação da
844 recomendação, na sequência os pareceres do pedido de vista da ABEMA e da sociedade
845 civil e, na sequência, caminhar para a deliberação, correto? Então, por favor.

846 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
847 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Só esclarecendo que a proposta de moção é um texto
848 alternativo à recomendação. Então, que o próprio proponente, que é o Ministério do Meio
849 Ambiente, está defendendo a transformação da recomendação em moção. Então, isso
850 vai surgir na apresentação do histórico.

851 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
852 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Assunto complexo. Vamos, então, dar início,
853 por favor, a apresentação imediatamente. Quem vai apresentar? Anderson, por favor. E
854 a Moara. Anderson e Moara, com a palavra.

855 **O SR. ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA (Diretor Substituto do**
856 **Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas - MMAC)** - Bom dia,
857 secretário. A todos. Anderson Bezerra. Sou analista ambiental no Ministério do Meio
858 Ambiente e estou como diretor substituto do Departamento de Revitalização de Bacias
859 Hidrográficas. É um prazer falar inicialmente apenas a destacar a importância dos
860 estudos que geraram essas propostas de recomendação. Tanto aos estados, Mato
861 Grosso, Mato Grosso do Sul, quanto ao Conselho Nacional. É um estudo amplo.
862 Reconheço a importância desse estudo em âmbito nacional, por ser um bioma que está
863 reconhecido como patrimônio nacional na própria Constituição. E o envolvimento de 83
864 pesquisadores de pós-graduação, doutorados, com mais de 75 estudantes, Embrapa,
865 uma série de universidades. Então, é um estudo que rebateu ou complementou
866 significativamente o plano, o próprio plano de bacia hidrográfica da região hidrográfica do
867 Paraguai, que foi elaborado desde 2003 até 2018, aprovado pelo Conselho Nacional de
868 Recursos Hídricos. E dessa deliberação e aprovação surgiu a necessidade desse estudo
869 complementar para identificar o potencial, interface entre os 47 empreendimentos de
870 PCHs, pequenas centrais hidrelétricas, no contexto da conectividade hídrica e também
871 da questão econômica relacionada à pesca. Pesca artesanal, de subsistência econômica,
872 turismo. Então, o estudo trouxe um zoneamento, um verdadeiro zoneamento da região
873 hidrográfica do Paraguai, destacando a importância de se preservar, principalmente,
874 aquelas regiões ou microbacias que há uma clara conectividade, necessidade de
875 conectividade e manutenção da situação atual, por ter comprovado com coletas de

876 campo, dados primários, a conectividade também de peixes e peixes que são essenciais
877 para a segurança alimentar, inclusive, da população ribeirinha, de povos e comunidades
878 estacionais que vivem na região. Então, de acordo com os dados apresentados e com a
879 robustez desses dados que já foram apresentados, inclusive, no Conselho Nacional de
880 Recursos Hídricos, é que a ANA, a Agência Nacional de Águas recomenda, no próprio
881 estudo, que eles sejam incorporados no Plano de Bacia. E qual a importância da
882 incorporação do Plano de Bacia? A gente sabe que o plano de bacia é um instrumento
883 da política nacional de recursos hídricos, que também destacado lá no artigo 7º da própria
884 Lei 9.433, a possibilidade de definição de áreas de restrição de uso. Então, a partir desse
885 instrumento de recursos hídricos e com esse estudo, nós vimos uma clara conectividade
886 das políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, que é fundamental a gente, como
887 o Conselho Nacional de Meio Ambiente, propor ao Conselho Nacional de Recursos
888 Hídricos essa moção para que seja incorporado esse estudo, de fato, no próprio Plano
889 de Bacia e definindo ainda mais uma área, nas áreas de restrições de acordo com os
890 estudos que foram apresentados. Então, eu só queria destacar a importância e o
891 reconhecimento da área técnica aqui do Ministério do Meio Ambiente para o estudo que
892 foi feito e a importância de o Conselho Nacional de Meio Ambiente se manifestar ao
893 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aos Estados para incorporarem ainda mais
894 esses resultados nos seus respectivos conselhos e competências. Então, eu passo a
895 palavra no contexto dos Estados para a Moara.

896 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
897 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado.**

898 **A SRª. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
899 **e Mudança do Clima) – Obrigada.** Bom dia a todos e todas. Eu sou a Moara Giasson,
900 gerente de projetos na Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudança
901 do Clima. Acho que, em complementação à história que o Anderson trouxe para a gente,
902 é importante destacar a resolução da Agência Nacional de Água sobre a escassez hídrica
903 no Pantanal. Esse foi o motivo, vamos dizer, o motivo principal que nos trouxe a
904 incumbência de pensar uma resolução tanto para a questão dos licenciamentos
905 estaduais e federais, quanto para essa interconexão com a política nacional dos recursos

906 hídricos. Então, avaliamos como o MMA, em especial o CONAMA, poderia atuar nessa
907 frente considerando essa declaração de escassez hídrica. Pois bem, avaliando, então,
908 junto com a Agência Nacional de Águas, que fez uma apresentação lá no Ministério do
909 Meio Ambiente, contando com a presença de todas as nossas secretarias e as vinculadas
910 também, apresentando esses estudos que o Anderson trouxe aqui, a importância deles
911 e a qualidade técnica, a robustez dos resultados desses estudos e considerando o
912 histórico de utilização da Agência Nacional de Água nos seus processos de outorga e,
913 posteriormente, uma decisão dada as competências da agência de utilizar de uma forma
914 diferente esses estudos, trouxe para a gente a necessidade e aí também tenho que falar,
915 apoiado muito pelos integrantes do CNZU, pelas recomendações que vêm sendo feitas
916 desde 2006 pelo CNZU aos órgãos governamentais, trouxe essa necessidade de a gente
917 avaliar como proceder. A princípio, então, fizemos uma proposta de recomendação que
918 veio da área técnica, avaliada pela Secretaria Executiva, que foi colocada na pauta da
919 reunião passada. Então, houve esse pedido de vistas, aliás, fizemos duas
920 recomendações para ser um combo mesmo. Elas fazem muito sentido em conjunto. Uma
921 para tratar da avaliação dos processos de licenciamento ambiental para que os estados
922 continuem utilizando. Hoje é importante registrar que hoje os estados já utilizam o
923 resultado desses importantes estudos no seu processo de avaliação de impacto
924 ambiental e de impactos cumulativos e também que o órgão responsável por essa política
925 dos recursos hídricos, por fazer as resoluções, que é o Conselho Nacional de Recursos
926 Hídricos, possa, então, determinar, dentro de suas competências, que o próprio Plano de
927 Bacia abarque esses estudos. Com base na reunião passada, no pedido de vistas dos
928 estados, então, fizemos algumas articulações, algumas conversas, para tentar fazer com
929 que seja uma recomendação que vira uma moção que, de fato, cumpra o seu objetivo. A
930 intenção da Secretaria Executiva não foi jamais de trazer isso como uma forma de dizer
931 que isso não está sendo feito. Na verdade, a intenção é reforçar a utilização desses
932 estudos para que os estados e o IBAMA, no que tange as suas competências, possam
933 utilizar com o apoio desse plenário, com o apoio desse Conselho, já que os estudos não
934 estão, hoje, oficializados em nenhuma resolução e nenhum instrumento normativo. Mas
935 também queremos que ele seja oficializado em algum instrumento normativo. Então, a
936 recomendação do CONAMA ao CNRH para que, de fato, ele seja oficializado,

937 primeiramente, e hoje, em articulação com a sociedade civil, também trabalhamos um
938 texto alternativo. Já posso falar desse segundo também? Está bem. Então, acho que
939 posso fazer o comentário geral dos dois? Então, também temos um texto alternativo
940 articulado com a sociedade civil...

941 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
942 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Moara, desculpa, não sei se todos os
943 conselhos estão acompanhando, só para deixar bem claro. A proposta original eram duas
944 recomendações. Uma aos governos do Estado, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e
945 outra ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Só para a gente ser preciso, eu vou
946 ler para vocês o que significa uma recomendação. Ela está no Regimento Interno do
947 CONAMA. Uma recomendação: “O CONAMA faz uma recomendação quando se tratar
948 de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e demais
949 temas com repercussão na área ambiental, inclusive, sobre os termos de parceria que
950 trata a Lei nº 9.699.” Ou seja, é uma recomendação de adoção de uma orientação a ser
951 observada por aqueles que recebem a recomendação. A moção é diferente. É uma
952 moção que trata de uma manifestação relevante relacionada com a temática ambiental.
953 Ela não é uma recomendação de ação, ela é um destaque para algo relevante que o
954 CONAMA pede que seja considerada também. Então, a proposta original eram duas
955 recomendações. Ocorre que os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul trouxeram
956 a informação de que eles já vinham adotando o estudo. Esse estudo, elaborado pela
957 ANAMMA, um estado extremamente abrangente e muito relevante, já vinha sendo
958 observado pelo processo de licenciamento nos dois Estados. Daí surgiu o
959 questionamento por parte dos Estados de que eles consideravam que não seria
960 adequado o CONAMA recomendar algo que já está sendo observado. Então, propuseram
961 a substituição do termo por uma moção, correto? Agora, nós temos uma posição da
962 sociedade civil que é diferente dessa. Então, nós vamos ouvir quais são as duas
963 possibilidades para que o CONAMA, o plenário, possa optar por aquela que julgar mais
964 apropriada.

965 **A SRª. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
966 **e Mudança do Clima)** – A gente lê agora a...

967 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
968 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A recomendação originalmente. Como é que
969 nós vamos fazer? Nós temos que dar a palavra a quem... qual é a recomendação
970 original? Nós podemos ver a recomendação original, depois nós podemos ouvir o parecer
971 da ABEMA em relação a isso, e depois da sociedade civil para verificarmos se é possível
972 uma composição ou se não é uma composição para o plenário de votação, correto?
973 Então, vamos ouvir a recomendação original, por favor. Porque ela não foi apresentada
974 na reunião anterior, correto? Ela foi retirada de pauta por pedido de visita. Ela não chegou
975 a ser conhecida, não foi do conhecimento do plenário. Então, eu acho importante que
976 seja do conhecimento do plenário a proposta original e para que todos possam entender
977 qual é a diferença objetiva entre o que foi originalmente pensado e o que vem como
978 resultado da discussão com Estados e com a sociedade civil.

979 **A SR^a. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
980 **e Mudança do Clima)** – Se me for permitida, então, vou ler a emenda e direto pulando
981 as considerações para a gente agilizar. Então, recomenda aos estados de Mato Grosso
982 e Mato Grosso do Sul que considerem os resultados dos estudos de avaliação dos efeitos
983 da implantação dos empreendimentos hidrelétricos na região hidrográfica do Rio
984 Paraguai nas análises dos processos de licenciamento ambiental de novos
985 empreendimentos. Considerando todos, artigo 1º, aos órgãos responsáveis pelo
986 licenciamento ambiental nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul integrantes
987 do SISNAMA que, inciso 1º, considerem os resultados dos estudos de avaliação dos
988 efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na região hidrográfica do
989 Paraguai contratados pela Agência Nacional de Águas na análise dos processos de
990 licenciamento ambiental para novos empreendimentos na região hidrográfica do Rio
991 Paraguai. Inciso 2º, fortaleçam o diálogo com os setores interessados e a participação da
992 sociedade na proteção do meio ambiente buscando soluções que conciliem o
993 desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e que previnam conflitos pelo
994 uso da água da região hidrográfica do Rio Paraguai.

995 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
996 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito. Então, essa foi a recomendação

997 inicial. Então, agora nós temos duas... tivemos pedido de vista. Nós vamos ouvir agora o
998 relatório de pedido de vista, correto, Marcela?

999 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1000 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Depois da moção.

1001 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1002 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Depois da moção. Então, por favor, a ABEMA
1003 seu relatório do pedido de vista em relação a esse texto que acaba de ser lido pela Moara.

1004 **A SR^a MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Bom dia
1005 novamente, Mauren Lazzaretti, Governo de Estado de Mato Grosso. Eu vou tentar fazer
1006 um resumo não só do pedido de vista, mas talvez, porque isso possa aclarar os
1007 conselheiros em relação, porque uma proposta de moção surgiu após o pedido de vista.
1008 O conselho do pedido de vista foi compartilhado com todos, mas ele se baseia
1009 essencialmente em dois aspectos. Primeiro, os Estados não têm objeção nenhuma em
1010 relação ao mérito. Ao contrário, os Estados tanto concordam, que já aplicam
1011 sistematicamente o resultado dos estudos nos seus licenciamentos ambientais. E isso foi
1012 consignado e é público notório, inclusive, com indeferimentos que talvez seja grande
1013 preocupação, principalmente da sociedade civil de modo geral, da comunidade que está
1014 preocupada com a crise de escassez hídrica. E isso causou aos Estados, de fato, uma
1015 indignação, foi o que nós consignamos no parecer de vista, porque o processo em si de
1016 construção da recomendação que tem como alvo os Estados, não teve a participação
1017 das reuniões que foram realizadas com todos os outros entes interessados, menos os
1018 órgãos que receberiam a recomendação. Isso contraria o regimento interno deste
1019 conselho. Então, foi a primeira solicitação que a recomendação fosse considerada nula,
1020 porque ela violou o processo de construção do regimento, esse era o pedido que foi feito
1021 no parecer. E porque considerando que os Estados já aplicam sistematicamente a
1022 recomendação em si, não é um instrumento adequado, uma vez que para o senso
1023 comum, além de estar no nosso regimento, para o senso comum a recomendação é
1024 dirigida para aqueles que não estão exercendo uma determinada atividade. E com a
1025 apresentação do parecer de vista, nós tivemos, então, uma reunião e dessa reunião com
1026 a secretaria executiva do conselho, em que nós expusemos essa situação e a partir dessa

1027 situação, foi exposto pelo CONAMA o objetivo, na verdade da proposta, que era fortalecer
1028 a aplicação dos estudos, apoiar os Estados na aplicação dos estudos, porque
1029 invariavelmente há um desgaste dos Estados com a aplicação dos estudos, isso é real,
1030 eu vou dar um exemplo a vocês, em razão da aplicação dos estudos, o Estado de Mato
1031 Grosso indeferiu um EIA/RIMA com seis PCHs no Rio Cuiabá, e nós já tivemos quatro
1032 judicializações em razão disso, e fundamentalmente, o motivo pelo qual houve o
1033 indeferimento é a inviabilidade ambiental, considerando principalmente os resultados do
1034 estudo produzido pela Agência Nacional de Águas, o mesmo exemplo lá no Mato Grosso
1035 do Sul, então, esse foi o contexto que na verdade subsidiou as tratativas que originaram,
1036 então, uma proposta de moção. Obviamente que a recomendação ela pode, até hoje nós
1037 chegamos a discutir, ela pode seguir num outro contexto, porque na opinião dos Estados
1038 de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na primeira recomendação até haveria um
1039 contrassenso, porque não somos só nós que licenciamos o IBAMA também, o IBAMA
1040 também não participou da discussão e nem estava dirigido, mas muito mais do que os
1041 órgãos licenciadores, considerando que esse estudo, ele é estratégico para definição da
1042 política pública, ou inclusive de onde serão investidos recursos públicos, precisaria
1043 envolver outros órgãos, como o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL e a própria EPE,
1044 porque a nosso ver, não deveriam nem chegar a licenciamentos em áreas de conflito,
1045 deveria ser obstado até o processo anterior a um pedido de licenciamento, que é o próprio
1046 processo na ANEEL, ou um estudo que eventualmente possa ser feito pela EPE. Então,
1047 foram esses os contextos que subsidiaram o debate e em relação ao pedido de vista, a
1048 nossa solicitação, então, é que a recomendação fosse considerada nula por esse
1049 conselho, nós pedimos também que fosse recomendado à Secretaria Executiva do
1050 CONAMA observar o regimento interno, principalmente, porque a ausência da
1051 participação dos Estados nesse debate anterior é que gerou essa dificuldade de
1052 compreensão da própria proposta. E a moção é uma proposta alternativa, porque o
1053 objetivo principal é fortalecer a utilização dos estudos com a qual nós concordamos. Só
1054 não nos insurgimos em relação ao procedimento.

1055 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1056 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, conselheira. Quem vai
1057 apresentar o relatório do pedido de vistas por parte da sociedade civil? Por favor.

1058 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1059 **- Instituto Guaicuy)** – Novamente, bom dia a todos conselheiros e conselheiras, bom
1060 dia secretário, bom dia Marcela, não sei se está até ocorrendo a transmissão, acho que
1061 teve um problema técnico, tínhamos até pessoas também que estavam acompanhando
1062 esse assunto bastante importante. Bom, eu estou aqui representando hoje Gustavo
1063 Malacco, Instituto Guaicuy, que junto com a SBPC, tanto pelo Rodrigo Lemos, um
1064 pesquisador, doutor pela Universidade da UNESP de São Carlos, e também a própria
1065 Luciana Gomes, que representa a SBPC e o sistema da Universidade Federal da
1066 Paraíba. É muito importante destacar que esse estudo que foi colocado e o debate que
1067 está sendo aqui para uma recomendação ao CNRH, é um estudo dos mais completos,
1068 com ciência pura, tecnicidade, e eu particularmente acompanho por conta da
1069 organização, muitos estudos realizados com avaliações ambientais estratégicas do ponto
1070 de vista de empreendimentos hidrelétricos, bacias e hidrográficas. A gente já
1071 acompanhou de perto, dentro do Paranaíba e também no Rio Grande do Sul, mas esse,
1072 relacionado a bacia do Paraguai, é o mais completo que a gente conseguiu, que passa
1073 por uma análise de faunas, de sedimentos, do impacto em estoque pesqueiro, então,
1074 realmente é algo que inspira e que a gente espera que o governo federal, os estados
1075 possam ter um norte daqui para a frente, trabalhar mais com macroplanejamento. Porque
1076 não adiantou nada a gente ter um estudo como esse, tão robusto, e aí na hora de
1077 implementar essa política pública, aí vamos falar na questão do Conselho Nacional de
1078 Recursos Hídricos, que é o debate a seguir, até hoje, pela inoperância desse conselho,
1079 e que felizmente parece que daqui três semanas retorna ativo e a gente vai poder ter um
1080 debate sobre esse respeito, mas esse estudo foi engavetado por esse conselho.
1081 Felizmente também tivemos um debate no congresso recente que tirou essa governança
1082 do próprio MMA, está no MDR, que tem uma outra visão muito diferente da utilização de
1083 recursos hídricos, que a gente precisa de uma utilização mais integrada, mais sistêmica,
1084 etc. Então, esse nosso pedido de vista, e parabenizamos o Ministério do Meio Ambiente
1085 por essa proposta de recomendação inicialmente, e estávamos perfeitamente, seja para
1086 os estados ou seja para o Conselho Nacional, em relação ao mérito, que seria muito
1087 importante dizer de alguma forma ao Conselho Nacional, dentro das suas competências,
1088 que é importante, por essa integração, essa adoção no instrumento que está previsto na

1089 Política Nacional de Recursos Hídricos, que é a definição de áreas sujeitas à restrição de
1090 uso. E aí, respeitosamente, a gente confia sim na palavra dos estados que estão aqui
1091 destacando, que estão implementando, não vamos fazer nenhum juízo de valor, porque
1092 não temos os dados aqui na mesa para confrontar essa questão, então, vamos confiar
1093 sim na palavra da ABEMA, mas isso não tem sido uma realidade quando a gente se
1094 depara nos comitês de bacia que a gente tem tido. Paranaíba, Grande, toda vez que a
1095 gente toca nesse tema, que confronta o setor de energia e da eletricidade, sempre o setor
1096 econômico, os próprios estados barram a implementação dessa questão. E ao não estar
1097 internalizado dentro do Comitê Federal, que nem existe nessa bacia, ou internalizado nos
1098 comitês estaduais competentes do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que esse
1099 instrumento muito importante de definição de áreas de restrição para proteção de
1100 recursos hídricos que abordaria, ainda ficamos sem a questão de um ato regulatório
1101 nesse ponto. É muito importante colocar isso aqui. Hoje temos sim, a secretária que está
1102 aqui e destacou claramente que tem internalizado isso, mas e se for em outro momento
1103 e outro tipo de política? Então, é importante com urgência que o Conselho Nacional de
1104 Recursos Hídricos no próximo debate, e que os estados internalizem isso nas suas
1105 políticas públicas de uma forma mais efetiva. Então, esse é o nosso pedido, a priori não
1106 nos sentimos confortáveis com esse acordo, porque também tínhamos um pedido de
1107 vista ontem, já colocado, e aqui agora a gente tem dois pareceres, um, que eu entendo,
1108 uma substituição de uma recomendação por uma moção com apoio do MMA, e aí,
1109 secretário, teria sido bom também se tivessem sido chamadas. Da mesma forma que a
1110 ABEMA ficou um pouco chateada em não ter sido convidada, apesar que o pedido de
1111 vista é uma forma de a gente, pelo CONAMA, colocar isso, ontem tínhamos um tempo
1112 também para debater, porque a gente tem pontos aqui que poderiam caminhar para um
1113 consenso, inclusive alguns pontos de texto. A priori a sociedade civil vai manter esse
1114 entendimento do que foi construído com outros atores, inclusive, que trabalharam nessa
1115 questão da adoção desses estudos, tanto nos estados quanto no Conselho Nacional, e
1116 também o texto que a gente colocou inicialmente aos estados. Depois do próximo debate,
1117 sim, existiu uma conversa, só agora pela manhã, que nós procuramos o governo para
1118 um texto de consenso no segundo ponto. Mas eu gostaria de colocar um pouco essa
1119 questão, que eu acho que a gente poderia ter conversado um pouquinho ontem a respeito

1120 dessa questão, e aí sim, chegar mais pacificado. Mas reforçar, o Pantanal está passando
1121 por esse processo que todos vocês estão acompanhando, um processo crítico pela má
1122 utilização dos recursos ambientais desta maior área alagável, que a gente está assistindo
1123 ao colapso no nosso tempo atual, com muita omissão, negligência de setor econômico,
1124 às vezes de alguns estados, às vezes de sucessivos governos, e que está sendo...

1125 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1126 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Vamos...

1127 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1128 **- Instituto Guaicuy) –** Estou finalizando, secretário, mais um minuto. E esse Conselho
1129 Nacional, quanto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, espero que faça o papel,
1130 e os estados também, da importância desse legado, tanto das gerações atuais quanto
1131 futuras, em relação a esse bioma. Obrigado, secretário.

1132 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1133 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado. Esclarecendo alguns pontos. Aqui
1134 não é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, correto? Todos terão oportunidade de
1135 se manifestar na União do Conselho, que já foi convocada. Esse é o primeiro ponto.
1136 Segundo ponto, não existe nenhum acordo no entendimento. A proposta trazida pela
1137 Secretaria Executiva do CONAMA foi de uma recomendação. O plenário teve total
1138 liberdade, como prevê o regimento, que foi exercida para pedido de vistas. E hoje aqui
1139 nós estamos trazendo ao plenário que é quem decide se a proposta de modificar a
1140 recomendação para os estados pode ou não ser substituída por uma moção. Não existe
1141 acordo com o Ministério do Ambiente. Não existe decisão do Ministério do Ambiente,
1142 porque o Ministério do Ambiente é apenas um membro do Conselho e um facilitador do
1143 processo. A decisão é do plenário. Então, eu queria deixar bem claro isso, o Gustavo
1144 Malacco, que não há nenhum acordo no entendimento, está certo? O que há são
1145 discussões que são feitas com todos os setores o tempo todo. A Marcela é a nossa
1146 embaixadora do SISNAMA e ela atende a todos o tempo todo. Então, eu queria por favor
1147 que se evitasse esse tipo de ilação, embora não seja nada agressivo, mas é chato
1148 aparentemente os conselhos acharem que foi tudo combinado. Quem vota é o Conselho.
1149 Quem aprova é o Conselho. Então, aqui as pessoas que aprovam ou não aprovam,

1150 independentemente de qualquer conversa prévia. Eu só não entendi o seguinte. Nós não
1151 estamos discutindo aqui o CNRH, porque é o próximo ponto. Você já tratou da questão
1152 da recomendação ao CNRH, mas você se adiantou, porque é o próximo item de pauta.
1153 Então, nós não estamos discutindo aqui o CNRH. Nós estamos discutindo apenas o
1154 primeiro item, que é, originalmente, uma recomendação ao Mato Grosso e Mato Grosso
1155 do Sul, que o relatório de vistas que a ABEMA nos traz é de que seja convertido em uma
1156 moção no entendimento que foi muito bem explicitado pela Mauren, atenderia o princípio
1157 da ideia de reforçar a validade e importância dos estudos, sem que seja uma
1158 recomendação, porque os Estados alegam que já aplicam isso no seu dia a dia, inclusive
1159 com resultados complexos para eles mesmos. Muito bem, esse é um ponto. Eu não
1160 entendi se a sociedade civil pretende acompanhar ou se quer manter a recomendação,
1161 porque na sua fala ficou um pouco tumultuado. Então, vocês querem que se mantenha
1162 com a recomendação? Muito bem. E o texto da recomendação é o mesmo apresentado?
1163 Então, mas você deveria aqui ter apresentado você vai apresentar na hora da votação?
1164 Então, está bom, perfeito. Antes, então, de prosseguir agora a apresentação dos dois
1165 textos, eu vou pedir para que o Daniel, o nosso CONJUR, que esclareça um ponto em
1166 relação ao que foi dito pela conselheira Mauren, por favor.

1167 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –**
1168 Mauren, eu entendo, eu li a manifestação do Estado, mas acho que um esclarecimento
1169 prévio, então, nem a moção, nem a recomendação, elas são vinculantes. Elas são
1170 externalizações de uma posição. A diferença básica é que a recomendação está linkada
1171 com a prática ou a não prática de alguma coisa. A moção é simplesmente a explicitação
1172 de um juízo de valor sobre algo. Ambas têm efeito bastante similar. Quando a gente parte
1173 da premissa de que nenhuma das duas é vinculante. Então, esse é um primeiro ponto.
1174 Sem aqui entrar no mérito em si de cada qual, mas você trouxe um ponto sobre uma
1175 possível nulidade em relação à proposta de recomendação que foi apresentada na
1176 reunião passada. E aí, eu me vejo obrigado a fazer alguma ponderação. Algumas
1177 ponderações. A gente não está tratando de uma recomendação. A gente está tratando
1178 de uma proposta de recomendação. Se a gente levar a cabo esta premissa de que
1179 qualquer proposta de recomendação só poderia ser apresentada ao plenário quando
1180 conversada com todos os atores envolvidos, a gente, de certa maneira, subverteria a

1181 lógica deste colegiado aqui. Porque a plenária e as instâncias intermediárias, não no caso
1182 da recomendação, que tem um trâmite mais simples, que discutem previamente o mérito
1183 e outras questões incidentais. De modo que, assim, a gente não consegue enxergar a
1184 nulidade muito embora talvez, certamente, o ente federativo mais afetado ou que está
1185 mais relacionado com o objeto da recomendação seja o Estado do Mato Grosso, o Estado
1186 do Mato Grosso tem assento aqui, ele está representado aqui e ele poderia, como fez
1187 pelos instrumentos segmentares, pedir vista e fazer uma contraproposta. Então,
1188 recapitulando e sintetizando, o fato de não haver uma discussão prévia, não conduz a
1189 uma nulidade, porque o plenário em si tem meios para permitir que os interessados
1190 possam eventualmente rediscutir o assunto e fazer contrapropostas, como é justamente
1191 o que está acontecendo aqui agora.

1192 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1193 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Feito o esclarecimento, eu peço,
1194 então, que seja apresentada a proposta de moção pelo Estado do Mato Grosso, pela
1195 ABEMA. Ah, desculpa, é a Moara que apresenta, desculpa, é verdade. Moara apresenta
1196 a proposta de moção e, na sequência, a proposta de recomendação da Sociedade Civil.

1197 **A SR^a. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
1198 **e Mudança do Clima)** – Vou ler, então, a emenda e a moção. Moção, então, número X,
1199 de apoio à utilização dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de
1200 empreendimentos hidrelétricos na região hidrográfica do Rio Paraguai, pelos órgãos
1201 licenciadores estaduais do SISNAMA nas análises dos processos de licenciamento
1202 ambiental de novos empreendimentos. Vou ler só a última parte. “O Conselho Nacional
1203 do Meio Ambiente, CONAMA, reunida em sua centésima, quadragésima, terceira reunião
1204 plenária ordinária, no dia 28 de agosto de 2024, no auditório do IBAMA em Brasília,
1205 expressa seu apoio a que os órgãos estaduais do SISNAMA responsáveis pelo
1206 licenciamento ambiental sigam, primeiro item, aplicando os resultados dos estudos de
1207 avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na região
1208 hidrográfica do Paraguai, contratados pela Agência Nacional de Águas, em especial a
1209 definição das áreas de conflito na análise dos processos de licenciamento ambiental para
1210 novos empreendimentos na região hidrográfica do Rio Paraguai. E, segundo item, então,

1211 sigam buscando soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com a
1212 conservação ambiental e que previnam conflitos pelo uso da água da região hidrográfica
1213 do Rio Paraguai em diálogo com os setores interessados e com participação da
1214 sociedade.” Esse seria o texto da moção.

1215 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1216 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Uma questão ali, contratados pela Agência
1217 Nacional de Águas, na realidade, seriam elaborados pela Agência Nacional de Águas, é
1218 isso? Contratados porque foram consultorias, é isso?

1219 **A SR^a. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
1220 **e Mudança do Clima)** – Isso foi EMBRAPA, se não me engano, e universidades. Foi um
1221 contrato a partir de uma resolução do CNRH para elaboração dos estudos.

1222 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1223 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está bom, tudo bem. Perfeito, então, esse é
1224 o texto da moção, que é uma alternativa à recomendação apresentada na reunião anterior
1225 do plenário. E agora nós vamos ter o texto da recomendação da sociedade civil, correto?
1226 Marcela, por favor. Ementa e senso considerante, por favor.

1227 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1228 **- Instituto Guaicuy)** – Podem colocar, por favor, o nosso parecer? Que ele tem só um
1229 parágrafo que diverge. Primeiro, a grande diferença, a gente mantém a recomendação e
1230 não a moção, e o principal ponto é, vamos falar, o inciso primeiro, que seria esse primeiro
1231 texto, que a gente tem uma modificação bem substancial, que foi a proposta original.
1232 Vocês podem, senão eu leio, não tem problema, eu leio aqui qualquer...

1233 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1234 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Será bom colocar para que a gente possa
1235 acompanhar, só um segundinho, por favor, Gustavo.

1236 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1237 **- Instituto Guaicuy)** – Pode ir no final do texto, que aí eu não vou, óbvio, isso aí já está
1238 tudo vencido. Pode indo, pode indo. Pode indo. Pode indo. Que é o texto substitutivo, que

1239 a gente coloca, pode indo, que é o que está anexado. Aí o caput, acho que é importante
1240 só ler o que a gente coloca na recomendação: “Recomenda aos estados de Mato Grosso
1241 e Mato Grosso do Sul, que considerem as áreas de conflito dos resultados, os estudos
1242 de avaliação dos efeitos de implementação de empreendimentos hidrelétricos na região
1243 hidrográfica de Paraguai como áreas impedidas para implantação de barragens com ou
1244 sem aproveitamento hidrelétrico.” Agora pode ir para o final. Esse texto, ele é
1245 completamente alternativo à moção e à recomendação do MMA inicial. E aí: “Artigo
1246 primeiro, novamente aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental nos estados
1247 de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, integrantes do Sistema Nacional de Mediante,
1248 que, inciso primeiro, considerem as áreas de conflito indicadas nos resultados dos
1249 estudos de avaliação dos efeitos de implantação de empreendimentos hidrelétricos na
1250 região hidrográfica do Paraguai, contratados pela Agência Nacional de Águas, como
1251 impedidas para implantação de barragens com ou sem aproveitamento hidrelétrico.” O
1252 inciso segundo é o mesmo, eu não vou ler, mas é o que está no texto da moção. E então,
1253 a sociedade civil, ela mantém essa proposição e a recomendação com esse texto.

1254 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1255 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Alguém quer fazer alguma
1256 manifestação em relação a isso? João de Deus, não sei se do lado, se a ABEMA gostaria
1257 de fazer alguma manifestação antes. Então, João de Deus, pela sociedade civil, na
1258 sequência, a ABEMA, Mauren, pela...

1259 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
1260 **Biosfera da Mata Atlântica)** – João de Deus Medeiros, Instituto Amigos da Reserva da
1261 Biosfera. É muito rápido, Capobianco. É só com relação a esse argumento também, para
1262 defender a proposta de manutenção de recomendação e na moção. E só esclarecendo,
1263 no sentido do que foi trazido aqui, de que os Estados já aplicam isso. Isso não é um
1264 motivo para deixar de aplicar a recomendação, exatamente pelo fato de a gente estar
1265 procurando uma estabilidade maior. Os Estados aplicam isso hoje, mas não há nenhuma
1266 garantia de que a administração posterior venha a seguir. Então, assim, tendo uma
1267 recomendação, isso dá um caráter de maior estabilidade, que seria interessante para que
1268 a gente faça essa gestão adequada de um tema que já é bastante delicado pelo fato de

1269 estamos tratando de um patrimônio nacional que a Constituição já recomenda que o uso,
1270 inclusive, dos recursos naturais, só se faça a partir do que está previsto em lei. A gente
1271 já está tentando equacionar uma deficiência maior aí. E aí, nesse sentido, nós
1272 defendemos a manutenção da recomendação por esse caráter um pouco mais forte de
1273 estabilidade. Obrigado.

1274 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1275 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado. Mauren, por favor.

1276 **A SR^a MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) -** Eu acho que,
1277 conforme nós vamos avaliando e vendo as posições, isso reforça o que nós defendemos
1278 no parecer de vista. A motivação da recomendação inicial do texto, era uma com o
1279 objetivo, como muito bem colocou o doutor Daniel, do que é uma recomendação. Ela não
1280 tem caráter legal. E aqui, a proposta que veio agora, ela já está dando um comando aos
1281 órgãos ambientais por meio de uma recomendação, que é o próprio resultado de um
1282 processo de licenciamento. E que também não é exatamente o comando final que estão
1283 nos estudos. Então, a ideia da recomendação inicial é que os órgãos ambientais se
1284 utilizassem dos estudos obrigatoriamente, tenham os estudos como insumo no processo
1285 de licenciamento. Aqui nós estamos iniciando uma outra discussão em relação a isso,
1286 não entendo que seja o papel do CONAMA fazer a determinação. Isso teria que estar
1287 discutido em um texto normativo. Porque aqui nós estamos falando de um comando
1288 impeditivo. E eu só vou reforçar, doutor Daniel, nem vou entrar no mérito também, mas
1289 eu vou fazer uma alusão a diversas falas da ministra Marina e até as suas falas, secretário
1290 Capobianco, de que o diálogo que tem sido produzido no CONAMA, ele não se esgota
1291 na plenária. Em diversos momentos tem-se defendido um diálogo prévio, principalmente
1292 quando estamos tratando de trabalhos e assuntos técnicos. E foi nesse sentido, e até
1293 porque o próprio regimento interno diz que aqueles órgãos que estão diretamente ligados
1294 ao tema, eles têm que ser consultados. Se houvesse uma recomendação que surgisse
1295 aqui na plenária, sem que tivesse existido quatro reuniões técnicas, eu entenderia.
1296 Poderia até dizer que ali não é uma obrigação. Mas não é isso que consta no processo
1297 que originou a recomendação. Houveram quatro reuniões técnicas. Então, se houveram
1298 quatro reuniões técnicas que discutiram aspectos técnicos que subsidiaram a motivação

1299 da proposta de resolução, eu ainda consigo, vou defender que o regimento interno está
1300 ferido nesse momento. E digo o seguinte, eu faço aqui até uma provocação no sentido
1301 dos encaminhamentos, secretário. Porque se o objetivo é rediscutir ou, então, é entrar
1302 na proposta de recomendação, eu preciso que esse plenário tenha a convicção do que
1303 estaremos recomendando. A recomendação é para dois estados, que já aplicam os
1304 estudos, não há uma recomendação aos outros órgãos, e o objetivo que seria o principal,
1305 que é, de fato, inserir os estudos na agenda dos órgãos que precisam aplicar, não estaria
1306 perdido. Então, eu volto a dizer que se o intuito é rediscutir, remodelar, trocar, inclusive,
1307 o objetivo, então, a gente tem que tirar isso da votação hoje e fazer um debate mais
1308 amplo. O que está pronto hoje? O que nós temos a convicção? E é público notório, basta
1309 vocês pesquisarem, vou fazer aquela brincadeira, dá um Google e pesquisa em
1310 deferimento das seis PCHs no Rio Cuiabá e vocês vão entender que não é só uma fala,
1311 está materializado, é público notório, a mesma coisa que está citado no parecer de vista
1312 do Mato Grosso do Sul. Então, é só nesse sentido que eu faço a complementação, porque
1313 eu estou preocupada um pouco com os encaminhamentos, agora está ficando confuso,
1314 se nós vamos votar a primeira proposta, se nós vamos votar na conversão para uma
1315 moção, ou se há intuito de se discutir de novo a recomendação, então, eu preciso que
1316 coloquem e insiram também a proposta dos Estados, de que esse assunto seja debatido
1317 em reuniões técnicas fora aqui da plenária, porque eu acho que o assunto é deveras
1318 complexo para a gente esgotar aqui.

1319 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1320 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, conselheira, só esclarecendo,
1321 plenária é soberano, o assunto está em pauta e será deliberado. Para esclarecer que a
1322 proposta que foi lida agora aqui pela sociedade civil, ela não determina. Precisa ver bem
1323 claro, talvez você tenha entendido dessa maneira, eu entendo pela forma, mas ele disse,
1324 considerem, considerem, sim, considerem, o Estado pode não considerar, está certo?
1325 Evidentemente, isso não é uma resolução, isso é uma recomendação, então, está
1326 recomendando que os Estados considerem como impedidas. Agora, a decisão cabe no
1327 processo de licenciamento, que você conhece bem e que tem todos os trâmites legais
1328 competentes. Então, eu entendo que você discorde da recomendação, não estou
1329 entrando no mérito, mas só para esclarecer que não houve um desvirtuamento do

1330 documento, porque o CONAMA não está determinando isto, e não está impondo isso ao
1331 Estado. O Estado é soberano para tomar essa decisão. Com relação aos demais órgãos,
1332 eu entendo que está resolvido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O intuito
1333 foi exatamente esse, de que via o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, se tivesse
1334 uma orientação em nível nacional para todos os órgãos integrantes do sistema, para que
1335 eles observem isso, incluindo a IBAMA, ICMBio, ICMBio não é o caso, mas IBAMA
1336 principalmente. Muito bem, nós temos mais um pedido de fala da sociedade civil, mas
1337 nós temos que ter um equilíbrio, e eu quero saber se tem mais alguém do setor da
1338 ABEMA, ou que gostaria de fazer a defesa da moção, para que eu possa abrir ou não a
1339 defesa de mais uma fala em relação à recomendação da sociedade civil.

1340 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** - Secretário, eu só
1341 queria fazer um esclarecimento. A proposta de moção não foi feita pelos Estados. Ela foi
1342 feita pelo Ministério. Então, acho que aí talvez haja uma falta de compreensão. Não foram
1343 os Estados que fizeram a proposta de moção.

1344 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1345 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu tinha entendido que a pessoa que
1346 apresentou aqui a moção teria sido você ou eu estou enganado?

1347 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** - Eu apresentei a
1348 moção por conta do que ela foi o fruto das discussões que foram travadas.

1349 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1350 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só para esclarecer, você apresentou uma
1351 moção que você não concorda?

1352 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** - Não, não é isso.
1353 Nós estamos de acordo, mas ela não foi uma moção que os Estados de Mato Grosso e
1354 Mato Grosso do Sul estão trazendo. Ela é uma proposta alternativa em relação à proposta
1355 que veio do Ministério para a resolução.

1356 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1357 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, você apresentou essa proposta,
1358 correto? Você defende essa proposta de moção?

1359 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** - Defendo. Defendo
1360 a substituição.

1361 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1362 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ok, muito obrigado. César, um minuto, por
1363 favor.

1364 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1365 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Alô, boa tarde. Eu gostaria de registrar
1366 aqui, eu como representante da Sociedade Civil da região Centro-Oeste, que nós
1367 estamos totalmente contrários a qualquer PCH na bacia do Rio Paraguai, no Pantanal.
1368 Eu acho que o Pantanal não precisa desse tipo de empreendimento, enquanto a
1369 Sociedade Civil ambientalista, socioambientalista, nós estamos totalmente contrários e
1370 gostaríamos que isso fosse registrado aqui em ata, independente desse estudo aí,
1371 independente do que for discutido aqui. Obrigado.

1372 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1373 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, César. Muito bem, então, senhores
1374 conselheiros, dado as duas alternativas que nós temos aqui, a primeira proposta original
1375 está vencida. Nós temos, então, uma decisão a ser tomada em relação ao
1376 encaminhamento, se essa proposta se mantém como recomendação, nos termos
1377 apresentados pela Sociedade Civil, ou se ela é convertida em uma moção nos termos
1378 apresentados pela ABEMA, e que conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente.
1379 Então, muito bem, vamos, então, proceder à votação. Pela ordem, a primeira
1380 apresentada foi a moção. Peço que os conselheiros se manifestem aqueles favoráveis à
1381 conversão da recomendação e moção nos termos apresentados pela secretária Mauren,
1382 representada da ANAMMA. Peço que fique na tela... desculpa, na verdade foi
1383 apresentada pela Moara e defendida pela secretária Mauren. Pode colocar na tela, por

1384 favor. Então, aqueles que forem favoráveis, se manifestem, por favor. A Mauren tem uma
1385 questão de ordem, uma pergunta. O que seria? Desculpe, só um minutinho, pessoal.

1386 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu tenho uma
1387 dúvida agora aqui, em relação ao encaminhamento de como votar. Porque essa proposta
1388 alternativa foi apresentada hoje, certo? E sobre ela, nós não debatemos. Então, eu quero
1389 entender o seguinte, a ABEMA pede vista dessa proposta, se tiver que votá-la, porque
1390 nós não fizemos nenhum debate, como não teve nenhuma avaliação em relação a elas,
1391 nós já colocamos aqui o nosso posicionamento, entendo que nós teríamos que ter um
1392 tempo técnico para nos manifestar sobre ela. Porque é um assunto novo.

1393 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – Quem
1394 apresentou formalmente foi a ABEMA? Não, a proposta é de moção.

1395 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Não, eu estou
1396 falando, perdão, a minha pergunta é em relação a proposta de recomendação, não da
1397 moção. Na moção, não, mas é que, veja bem, nós estamos votando ou na moção ou
1398 numa nova recomendação que não é aquela que foi inserida na pauta anterior.

1399 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1400 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Espere um minutinho, só um minutinho, vamos
1401 esclarecer. O que a secretária está questionando, é que no parecer de vistas, temos que
1402 consultar aqui o nosso CONJUR, no parecer de vistas, a sociedade civil apresenta um
1403 novo texto. Então, a pergunta que ela faz é se, por ser um novo texto, daria direito a um
1404 pedido de vistas, correto essa questão? Deixa eu consultar aqui, por favor. Calma, gente,
1405 calma, calma. Não, não, é que existe um novo texto.

1406 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – Houve
1407 uma nova proposta, é isso que a gente está, precisa aqui ter segurança, vamos ver aqui.

1408 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1409 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Um minutinho, deixa a gente verificar com
1410 segurança, para que não haja nenhum equívoco na condição que possa prejudicar o
1411 andamento, por favor.

1412 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – É, aí
1413 há a possibilidade sim, aqui, baseada no artigo 21, parágrafo 8º, que diz o seguinte:
1414 “Poderá a critério do plenário ser concedido um novo pedido de vista por única vez a
1415 matéria que já tenha recebido essa concessão, desde que tenha sofrido significativas
1416 alterações de conteúdo, na forma do parágrafo 7º deste artigo.” Então, assim, o plenário
1417 também é soberano para aprovar ou não o próprio pedido de vista.

1418 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1419 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito, vamos colocar em votação, antes,
1420 só um minutinho, antes eu queria... só um minuto, por favor. Não adianta falar daí, que a
1421 gente não ouve daqui. Só um minuto, espera um minuto, por favor. Espera um minutinho,
1422 eu quero entender, você está pedindo vistas?

1423 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Antes de iniciar a
1424 votação, que eu pedi a palavra, porque eu tinha uma dúvida em relação à votação.

1425 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1426 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, já está explicitado.

1427 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Exatamente, eu
1428 estou solicitando o pedido de vista, inclusive, com uma proposta de que nós possamos
1429 fazer as reuniões, que eu acho que seriam as mais adequadas, para discutir esse texto.
1430 Os Estados não são contra, mas eu acho que a gente precisa discutir. No momento, o
1431 Estado de Mato Grosso está fazendo o pedido de vista, junto com o Estado de Mato
1432 Grosso do Sul.

1433 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
1434 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está bom, obrigado. Nós vamos votar o pedido
1435 de vista, não sei qual é a sua questão. Tem uma divergência sobre o regimento?

1436 **A SRª. DANIELA MALHEIROS JEREZ - TITULAR (WWF Brasil – Fundo Mundial para
1437 a Natureza)** – Daniela, do WWF, pela Sociedade Civil. O artigo 21, parágrafo 1º do
1438 regimento, ele fala que o direito de vista pode ser exercido em qualquer momento, antes

1439 do início da votação. E você já tinha anunciado o início da votação, quando o Estado
1440 pediu vista. Então, não poderia pedir para uma questão formal.

1441 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1442 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Estou gostando disso aqui. A turma está
1443 conhecendo o regimento. Vocês sabem que, dizem que no Congresso Nacional, o
1444 deputado mais eficiente é aquele que melhor conhece o regimento. Então, com a palavra,
1445 o nosso salvador da pátria, Daniel Otaviano.

1446 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – Eu
1447 entendo que o início da votação é quando você começa a votar. O anúncio... o anúncio...
1448 houve uma interrupção, na minha percepção, tempestiva. E a votação em si não teve
1449 início. Não vi cartão sendo levantado, nem contagem. Eu não percebi este movimento. O
1450 anúncio do início da votação não é a votação em si. E o espírito desse dispositivo, gente,
1451 é justamente você...

1452 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1453 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Meus amigos, vamos... senta lá, por favor.

1454 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – Não,
1455 mas não foi da votação da...

1456 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1457 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só um minutinho.

1458 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – A
1459 gente estava...

1460 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1461 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos, vamos, vamos... pessoal, senhoras e
1462 senhores conselheiros, vamos entender o seguinte. Existe, de fato, uma divergência
1463 nesse ponto. Ambos os setores utilizaram o regimento para solicitar vista, foi concedido.
1464 Ambos apresentaram o relatório de pedido de vista de forma livre, completa. E nós temos,
1465 de fato, uma questão que o regimento prevê. Veja bem. Eu, de fato, disse, vamos votar.

1466 Neste momento, imediatamente, a Mauren sinalizou para mim. Aí eu falei, mas espera
1467 um pouco. Eu pedi um minuto e perguntei. Está aqui uma questão de ordem, uma questão
1468 prévia? O que foi? Ela falou que tem uma dúvida. E, nesse momento, eu concedi a
1469 palavra a ela, está certo? E nós interrompemos, nós não fizemos, nós não demos início,
1470 não coloquei moção tal. Então, se nós vamos entrar nesse detalhe, nós vamos aqui
1471 transformar uma reunião cujo objetivo é buscar consenso na solução dos problemas
1472 ambientais do Brasil. Evidentemente que o consenso não é pré-requisito, pode haver
1473 divergência e ganhar maioria, mas nós vamos transformar isso aqui em uma briga de
1474 regimento. Eu acho que não é o caso. O regimento prevê o direito de pedido de vistas
1475 desde que submetido ao plenário. Se fosse um pedido de vista unilateral, agora, eu
1476 entenderia essa manifestação. Porém, é um pedido de vistas que está previsto que terá
1477 que ser submetido ao plenário. Então, eu peço que vocês considerem isso e evitem que
1478 nós entremos numa disputa de regimento aqui, que não vai levar a nada, mesmo porque
1479 isso pode ser questionado na sequência, pode invalidar uma decisão do CONAMA, mas
1480 eu acho que não é o caso. Então, eu pediria a compreensão de vocês, se se
1481 concordarem, gostaria de pôr em votação se o plenário acolhe o pedido de vista e nós,
1482 então, transferirmos a decisão para a próxima reunião. Podemos caminhar assim?

1483 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)**
1484 – Secretário, deixa eu só fazer um esclarecimento. Eu acho que é importante. A votação,
1485 quanto ao teor da resolução que foi proposta e que sofreu alteração, ela não implica,
1486 necessariamente, a aprovação da moção. É um processo que ficou um tanto quanto
1487 confuso aqui no curso. E a gente teria que segmentar essa votação em várias etapas se
1488 a gente quiser ultrapassar todas as questões que foram suscitadas aqui. A começar pelo
1489 próprio pedido de vista, que também é objeto de celebração do plenário. Então, houve o
1490 início de uma votação, mas não estava claro se era a votação da resolução, se era a
1491 votação da própria moção do texto que foi apresentado posteriormente.

1492 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1493 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Agora, a CONJUR que veio aqui para me
1494 ajudar me ferrou, porque disse que eu sou incompetente, que conduzi totalmente de
1495 forma equivocada. Eu admito a bronca, que aceito a incompetência, de fato o tema é

1496 complexo, mas eu vou colocar em votação se o plenário concede um pedido de vista
1497 adicional para a ABEMA, para que ela possa fazer o seu relatório e, eventualmente,
1498 nesse processo buscar um entendimento, inclusive, com a sociedade civil. Muito bem,
1499 então, está em votação o pedido de vista da conselheira Mauren, que conforme prevê o
1500 regimento, como é o segundo pedido de vista, exige a aprovação deste plenário. Quem
1501 for favorável à concessão... olha só, estou votando, eu já não posso mais parar, você me
1502 disse. Não, não, não, não. É um pedido de vista.

1503 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** É um
1504 pedido de vista formulado pela Mauren.

1505 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1506 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Espera só um minutinho, assim não dá.

1507 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** Vocês
1508 querem fazer um pedido de vista paralelo?

1509 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1510 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, não. A Mauren, eu esclareci isso, todo
1511 mundo ouviu, eu perguntei qual era o pedido de vista. Ela disse, o meu pedido, nós vamos
1512 pedir vista, em nome do Estado do Mato Grosso, do Mato Grosso Sul, é em função do
1513 novo texto trazido pela sociedade civil, correto, Secretária Mauren? Então, o pedido de
1514 vista é baseado no argumento que ela trouxe de que o texto mudou. O texto da sociedade
1515 civil não é o texto original, é o texto que mudou. Portanto, foi esse o argumento que ela
1516 utilizou. O regimento prevê excepcionalmente um segundo pedido de vista, está certo?
1517 Desde que o plenário aprove. O segundo e último pedido de vista. Portanto, na próxima
1518 reunião, não venha o pedido de vista que está totalmente impedido. Mas o plenário...
1519 então, se o plenário considerar que... pois não. Não, não, não. Mas foi apresentado aqui
1520 no plenário, foi lido no plenário. Mas há uma modificação no texto, está certo? Sim, mas
1521 ela alega que esse novo modificação ela pede vistas. Vocês que vão autorizar ou não,
1522 qual é o problema? Vocês que vão autorizar ou não o pedido de vista. Então, vamos
1523 submeter a votação, por favor. Nós vamos ficar aqui até amanhã discutindo idas e vindas.
1524 Pois não. Cadê o microfone? Não está transmitindo mais, correto? Teve um problema na

1525 internet? Só um minutinho, espera um pouquinho. Só um minutinho. Houve uma
1526 interrupção na transmissão ou não? Está transmitindo? Nós temos um problema de
1527 transmissão. Então, eu pediria que o microfone pudesse circular mais livremente.

1528 **A SRª. DANIELA MALHEIROS JEREZ - TITULAR (WWF Brasil – Fundo Mundial para**
1529 **a Natureza) -**Só mais um esclarecimento. Então, a gente vota agora o pedido de vista da
1530 proposta que foi trazida pela Sociedade Civil, que estava no site há 15 dias, mas ok. E a
1531 gente vai votar a moção ou isso vai ser tirado de pauta depois? É esse o meu
1532 esclarecimento.

1533 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1534 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Tirado de pauta. O processo sai de pauta do tema
1535 relacionado ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para retornar na próxima reunião.
1536 Então, retira a moção e a recomendação. A gente continua com a votação sobre o CNRH
1537 posteriormente.

1538 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1539 **- Instituto Guaicuy) –** Caso seja aprovado, na próxima reunião, não há nenhuma
1540 possibilidade de pedido de vista, seja da moção etc. E por fim, está se justificando esse
1541 pedido de vista, porque a secretária entende que houve uma mudança substancial que
1542 está escrita no regimento. Só para ter essa justificativa bem clara. Nosso entendimento,
1543 essa mudança é pouco perceptível, mas se o plenário entender que houve uma brutal
1544 mudança, ok. Só para colocar, porque eu acho que esse pedido de vista tem que ser bem
1545 fundamentado, porque senão a gente fica protelando decisões. Só isso.

1546 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1547 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** O pedido de vista, ele está previsto no
1548 regimento. É um direito, se fosse o oposto, vocês também teriam o direito de pedir e
1549 submeter ao plenário. Então, ele está garantido no regimento.

1550 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1551 **- Instituto Guaicuy) –** Mas é, porque a própria procuradoria destacou mediante essa
1552 questão do entendimento de uma mudança substancial, correto? Que está no regimento.

1553 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) – O**
1554 pedido de vista, ele tem um requisito, que é a significativa alteração.

1555 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1556 **- Instituto Guaicuy) –** Isso, isso.

1557 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** Então,
1558 quando o plenário se manifesta... não, ele vai entender, ele vai fazer um juízo de
1559 pertinência em relação à vista, ou se achar que não houve substancial alteração, de que
1560 aquele pedido de vista não é cabível por falta do seu requisito fundamental. Então, essa
1561 manifestação da plenária, ela é soberana em relação a esses dois aspectos.

1562 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1563 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Então, isso... não, olha, nós vamos
1564 avançar, desculpa. Vocês estão querendo protelar? Não, mas nós só vamos resolver o
1565 assunto hoje se o plenário autorizar a resolver o assunto, não adianta nós ficarmos aqui
1566 nessa inútil discussão, porque já foi esclarecido pela Consultoria Jurídica que o
1567 rendimento prevê essa possibilidade. Portanto, todos têm direito, vocês têm direito, a
1568 secretária Mauren tem direito, qualquer um aqui tem direito, e esse direito vai ser
1569 observado. Vocês já tentaram utilizar o argumento de estar em votação, já foi esclarecido
1570 que não está em votação. Vocês estão usando agora um outro argumento, que tem que
1571 ser absolutamente fundamentalmente, tem que vir aqui um... o Papa tem que dizer que,
1572 de fato, tinha que mudar, mudou substancialmente. Então, todos precisam do plenário,
1573 não sei por que essa inútil luta com os galhos, se é no tronco que está o curinga do
1574 baralho, qual é a questão? Eu queria prosseguir, vocês me deixam prosseguir, ou eu vou
1575 ter que baixar o Capobianco aqui, mais, menos... outro esclarecimento? Você não está
1576 esclarecido? Então, olha, o último pedido de esclarecimento para o nosso companheiro,
1577 que não está esclarecido. Então, por favor, peça o seu esclarecimento. E é o último que
1578 a mesa concede, porque são 12h, pessoal, e nós ainda, fora a presença da ministra, que
1579 foi muito alvissareira, importante, o vídeo do ICMBio, nós ainda não conseguimos
1580 avançar na pauta.

1581 **O SR. ANTÔNIO SOLER (CEA/AMAR)** – Bem, obrigado, presidente, pela oportunidade
1582 para esclarecer. Antônio Soler, representante das ONGs da região Sul, CEA e AMAR.
1583 São dois pontos de esclarecimento. Primeiro, quais são os requisitos para um pedido de
1584 vista nessa situação? Um é mudança significativa. Esse é o primeiro esclarecimento.
1585 Quais são os requisitos para se pedir o pedido de vista nesse ponto de votação, de
1586 processo de votação que nós estamos? E o outro é, quem deve sustentar essa
1587 consideração. É o plenário ou quem faz o pedido? E, se for quem faz o pedido, então, eu
1588 peço que quem fez o pedido venha aqui e esclareça para nós qual é a mudança
1589 significativa que justifica o pedido de vista.

1590 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1591 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, eu vou privar o plenário e privar a
1592 Mauren de ter que repetir, porque ela não só achou significativo, inclusive, disse que a
1593 recomendação faz uma determinação aos Estados. Eu esclareci que não faz uma
1594 determinação. Mas, tão significativo ela achou, esse foi o argumento que ela utilizou, que
1595 a alteração da proposta original para esta, muda completamente a proposta, porque a
1596 proposta original apresentada na reunião passada, não foi apresentada, mas que deu
1597 origem a tudo isso, era para considerar os estudos no processo de licenciamento. Já a
1598 sociedade civil disse que para considerar que aquelas áreas indicadas são vedadas a
1599 novas PCHs ou uso para fins hidrelétricos ou não. Então, muda completamente. Eu acho
1600 que está mais que claro o plenário, está mais que esclarecido. Eu vou colocar em
1601 votação. Por favor, senhores conselheiros, aqueles que acolhem o pedido da secretária
1602 Mauren, em nome do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no sentido de conceder mais
1603 um pedido de vista em relação à proposta trazida no texto do relatório da sociedade civil,
1604 por favor, que se manifeste levantando o seu crachá. Vamos contar, por favor. 41. Votos
1605 contrários, por favor. Abstenções. Então, está concedido o pedido de vista à conselheira
1606 Mauren, em nome do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que deve apresentar
1607 o relatório para a votação definitiva na próxima reunião plenária ordinária do CONAMA,
1608 previsto para o novembro, não é isso, Marcela? Novembro, 28 de novembro deste ano.
1609 Vamos na sequência tratar já do próximo assunto em relação ao mesmo tema, que é
1610 uma recomendação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, porque aí nós
1611 fechamos o assunto em relação ao estudo da ANA e suas implicações no licenciamento

1612 ambiental e uso pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é o mesmo assunto,
1613 assunto correlato. Nós fazemos essa votação e, na sequência, vamos para o almoço e
1614 voltamos para a continuidade da reunião. Então, quem é que vai fazer a leitura do texto
1615 original? E a Marcela informa que já há um texto alternativo que vai ser apresentado pelo
1616 Ministério do Ambiente, é isso? Então, o texto original, por favor.

1617 **A SRª. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
1618 **e Mudança do Clima)** – Novamente, então, vou ler a emenda e os artigos. Texto original:
1619 “Recomenda ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a adoção dos estudos de
1620 avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na região
1621 hidrográfica do Rio Paraguai como subsídios à implementação e atualização do Plano de
1622 Recursos Hídricos da região hidrográfica do Paraguai. Artigo 1º. Ao Conselho Nacional
1623 de Recursos Hídricos, CNRH que, inciso 1º, adote os estudos de avaliação dos efeitos
1624 da implantação de empreendimentos hidrelétricos na região hidrográfica do Paraguai,
1625 contratados pela Agência Nacional de Águas, como subsídios à atualização do Plano de
1626 Recursos Hídricos da região hidrográfica do Paraguai. Inciso 2º. Promova debates para
1627 garantir a participação democrática e transparente da sociedade na atualização do PRH,
1628 buscando soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com a conservação
1629 ambiental e que previnam conflitos pelo uso da água na região hidrográfica do Paraguai.”
1630 Esse é o texto original.

1631 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1632 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Agora nós temos o relatório dos
1633 estudos civis, por favor. Quem vai apresentar? Não, eu quero que a sociedade civil
1634 apresente o relatório alternativo, por favor. Há modificação no texto? Há modificação no
1635 texto?

1636 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1637 **- Instituto Guaicuy)** – É uma pequena modificação, por isso que a gente condensou ao
1638 texto, que a gente achava até para queimar etapas, mas ok. Eu vou ficar... Gustavo
1639 Malacco, do Instituto Guiacuy, parecer elaborado tanto pela pesquisadora Luciana
1640 Gomes, quanto Rodrigo Lemos. Ele vai no mesmo sentido, agora entendendo
1641 diretamente o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, desse estudo tão estratégico, eu

1642 já falei na minha fala anterior, da importância do macroplanejamento e todas as variáveis
1643 que foram colocadas. E acho que só para ir um pouquinho, antes de entrar no texto final,
1644 além das alterações que a gente sugere, acho que dois pontos, secretário, que a gente
1645 reforça, esse debate tem muito fundamento no Comitê Nacional das Zonas Úmidas. A
1646 gente tem batido isso, já tem bastante tempo aqui no CONAMA, agora com o retorno da
1647 CONABIO, e colocamos isso novamente no texto, da importância estratégica urgente de
1648 voltar ao Comitê Nacional das Zonas Úmidas. E também, quem sabe, um debate na
1649 Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial do CONAMA, para discutir
1650 um pouquinho esses atos que nós tenhamos a competência. Pode ir, por favor? No final?
1651 Essas são só recomendações, isso não está no texto final, é só para reforçar. Pode ir.
1652 Difere pouca coisa o texto que foi do MMA, por isso que a gente fez esse ajuste fino com
1653 o Ministério do Meio Ambiente. Acho que, primeiro, o Conselho Nacional de Recursos
1654 Híbridos, que considere as áreas de conflito indicadas, esse é o ponto importante, que
1655 modifica, dizendo que as áreas de conflito indicadas nos resultados dos estudos de
1656 avaliação de implementação de empreendimentos interiores na região hidrográfica do
1657 Paraguai, contratados pela ANA, na atualização do plano de recursos hídricos da bacia
1658 do Paraguai vigente, estabelecendo a criação de áreas de restrição de uso, com vista à
1659 proteção dos recursos hídricos, conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos. A
1660 saber, áreas com existência de conflito regional e local, com as diversas modalidades de
1661 pesca, exemplo da pesca profissional, artesanal, do turismo de pesca e da pesca difusa,
1662 usos esses pré-existentes de água, usuários de água na região hidrográfica do Paraguai
1663 para enfrente de implementação de barragem com ou sem aproveitamento hidrelétrico,
1664 áreas em vermelho, na nota técnica conjunta número 3, 2020 SPR, SRE e ANA. Isso aí
1665 a gente suprimiu, nesse consenso que a gente teve aqui com a MMA, e aí a Secretaria
1666 permitiu que a Moara pudesse retornar nesse texto, que ele já vai nessa direção de um
1667 texto mais objetivo. Obrigado.

1668 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1669 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, a partir do processo de discussão,
1670 houve uma evolução nesse texto original, que é o texto agora que a Moara vai apresentar.
1671 Ok, nós temos ele na tela, é esse texto? Perfeito.

1672 **A SRª. MOARA MENTA GIASSON (Gerente de Projetos Ministério do Meio Ambiente**
1673 **e Mudança do Clima)** – Não, não é esse não. Ok, então, artigo primeiro: “Ao Conselho
1674 Nacional de Recursos Hídricos, CNRH, que: considere as áreas de conflito indicadas nos
1675 resultados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos
1676 hidrelétricos na região hidrográfica do Paraguai, contratados pela Agência Nacional de
1677 Águas e Saneamento Básico...” só fazer essa correção no nome da agência.
1678 “Estabelecendo com brevidade em seus instrumentos normativos as áreas de restrição
1679 de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em consonância com a lei nº 9.433,
1680 de 1997, inclusive na atualização do Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica
1681 do Paraguai.”

1682 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1683 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ok, conselheiros. Então, esse é o texto de
1684 consenso, elaborado. Vamos colocar em votação, se não houver nenhuma observação,
1685 alguma questão em relação ao texto? Em não havendo, está em votação aqueles que
1686 forem favoráveis a esta recomendação ao CNRH, por favor, que se manifeste. Contagem,
1687 por favor. 49. Contrário, por favor, que se manifeste. Contrários. Precisa levantar um
1688 pouco mais alto, com mais convicção, por favor. Eu não estou entendendo se vota
1689 contrário. Eu não entendi quem está votando contrário. Ah, bom, desculpe. Então, são
1690 aqueles lá no fundo. Cinco. Cinco votos. Então, aprovado por maioria a proposta de
1691 regulamentação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o estudo em relação
1692 ao Pantanal. Muito obrigado. Eu queria fazer uma proposta. Eu disse que nós iríamos
1693 mudar para tarde. Só que nós temos pedido a autorização do plenário para que
1694 pudéssemos aproveitar a presença do secretário André Lima, que nós temos uma
1695 convocação na Casa Civil à tarde. Ele não poderá ficar à tarde. Então, se o plenário
1696 considerar razoável, eu iria pedir uma inversão para que ele possa apresentar o estudo
1697 envolvendo os dados novos do DETER. Interrompemos para o almoço e voltamos.
1698 Desculpe? Alguém fez um comentário? Não? Então, Marçal, posso continuar aqui?
1699 Obtenho seu apoio para isso? Seguimos, então. Quem for contrário, que a gente possa
1700 fazer essa inversão para que o André Lima apresente antes de se retirar, se manifeste,
1701 por favor. Então, não havendo ninguém contrário, André Lima, por favor, se apresente.
1702 E, na sequência, nós vamos interromper para o almoço e voltamos para a sequência da

1703 ordem do dia, lembrando que faremos chamada após o almoço e será levado falta
1704 aqueles que, por acaso, forem dormir depois do almoço, dar um sono danado, não é?
1705 Mas, por favor, estejam bem-dispostos para dar a sequência da reunião. Por favor, André
1706 Lima.

1707 **O SR. ANDRÉ LIMA (Secretário da SECD/MMA)** – Bom, muito bom dia para os de bom
1708 dia, boa tarde para os de boa tarde, porque tem gente que só fala boa tarde depois do
1709 almoço, não é? Para mim, passou do meio-dia, já é tarde. Então, boa tarde. Muito bom
1710 poder apresentar o aperitivo para o almoço de vocês. Aos que não me conhecem, André
1711 Lima, agora secretário aqui na Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento
1712 e Ordenamento Territorial Ambiental. Vou procurar fazer em 20 minutos duas
1713 apresentações, uma sobre os dados mais atualizados da dinâmica de desmatamento,
1714 sobretudo, Amazônia e Pantanal, perdão, Amazônia e Cerrado, e depois falar um pouco
1715 da situação dos incêndios, também tem uma apresentação que a gente fez na Tripartite
1716 ontem, mas acho que hoje, com a presença de todo o plenário, faz sentido reapresentar.
1717 Em relação aos dados de desmatamento, essa apresentação foi feita no dia 5 de agosto,
1718 numa coletiva de imprensa, dada pela Ministra Marina, pela Ministra de Ciência e
1719 Tecnologia, atualizando os dados que são diários do DETER, mas a gente fecha
1720 mensalmente, e esse período agora é até mais interessante, porque ele fecha o período
1721 em que a gente contabiliza a taxa anual de desmatamento, que normalmente é de 1º de
1722 agosto a 30 de julho. Não estamos apresentando aqui o dado PRODES, que é o que
1723 define a taxa, estamos apresentando o dado do DETER, que são os alertas, sobretudo,
1724 para a fiscalização, mas eles já dão um sinal, sinalizam para a tendência que, para o
1725 caso da Amazônia, é bastante positiva. Então, vamos lá. Alguém aí pilota ou eu vou
1726 daqui? Como é que funciona? Próximo slide, por favor. Sobre o bioma Amazônia, pode
1727 seguir. Vocês abriram o PDF, acho que eu mandei os dois, mas tudo bem, vamos no
1728 PDF. O dado aqui mostra que nesse ano de 1º de agosto a 30 de julho nós estamos
1729 contabilizando a menor taxa dos últimos nove anos, desde que esse sistema do DETER
1730 existe, dessa série histórica, com uma redução comparada com o ano passado de 45,7%,
1731 uma taxa indicativa de 4.315 quilômetros quadrados, que se a gente aplicar, e eu estou
1732 fazendo esse exercício aqui mais para vocês terem uma ideia, se a gente aplicar um fator
1733 de conversão moderado que varia de 1,12 a 1,4%, normalmente o PRODES, quando ele

1734 fecha no final do ano, ele varia de 1,12 a 1,4%. A gente pode ter muito provavelmente a
1735 terceira menor taxa de desmatamento da história do monitoramento desde 1988 na
1736 Amazônia. Lembrando que esse 45,7%, ele é uma queda já em relação ao que caiu ano
1737 passado, que no período foi 22,3%. No total nós já passamos aí, comparando o período
1738 completo de 1º de janeiro a 30 de julho, a gente já está quase chegando a 60% de queda
1739 de desmatamento, comparando com o ano anterior ao dessa gestão. Aqui mostra a linha
1740 vermelha em comparação com a verde, que é o ano anterior. Observem que na verde do
1741 ano anterior, a gente já cruzou as três outras linhas dos anos anteriores. A verde é 2023,
1742 que já houve uma queda. Agora em 2024 uma queda ainda mais substancial, mostrando
1743 que as ações implementadas no âmbito da quinta fase do PPCDAm estão dando
1744 resultado, a gente continua com essa queda importante e vamos seguir trabalhando para
1745 aumentá-la ainda mais. Aqui os dados de queda pelos quatro estados que representam
1746 mais de 75% do desmatamento da Amazônia. Em todos os estados a gente está vendo
1747 uma queda expressiva. Aliás, Mato Grosso que no ano anterior teve uma pequena alta,
1748 esse ano também está tendo uma queda expressiva. Interessante mostrar que a queda
1749 nos municípios prioritários, aqueles municípios que foram definidos como prioritários para
1750 ações do Governo Federal, a queda é ainda maior, de 45,7% para 53%. A gente está
1751 verificando uma queda ainda maior nesses municípios, também um dado bastante
1752 importante. Lembrando que ali nós vamos agora a partir desse ano, o projeto já está na
1753 mão do BNDES investir, na verdade tem que atualizar, são 53 municípios dos 70 aderiram
1754 ao programa e nós vamos fazer investimentos da ordem aí de R\$785 milhões nos
1755 próximos três anos em ações de regularização ambiental e fundiária. Aqui por categoria
1756 fundiária, a gente está tendo, estou aqui olhando de curva aqui, não dá para ver o exato
1757 número, 50% de queda em terra indígena, 67 em unidade de conservação, 46 em APA,
1758 em assentamento, ou seja, a queda é em todas as categorias. Depois o slide fica à
1759 disposição de vocês para quem quiser olhar os números exatos. A gente teve em função,
1760 obviamente, da paralisação, sobretudo, esse ano, da redução das ações de fiscalização
1761 em função da greve, a gente não teve um incremento significativo este ano, mas ano
1762 passado houve um incremento muito forte, então, nós estamos comparando este ano
1763 com o ano passado, que já foi um ano de bastante aumento nas ações de fiscalização.
1764 Inclusive, tivemos aí alguns indicadores de redução, no caso do ICMBio, embora a queda

1765 do desmatamento nas unidades de conservação tenha sido também bastante expressiva
1766 esse ano. São várias as medidas que a gente vem fazendo, o pacto com os
1767 governadores, a fiscalização nos alvos prioritários, a retirada e apreensão de gado em
1768 unidades de conservação têm sido importantes, articulação com o Ministério da Justiça,
1769 PF, Polícia Rodoviária, alvos estratégicos para ações civis públicas também, não só a
1770 atuação penal e administrativa, mas também no campo civil, a AGU está entrando com
1771 um volume grande de ações, além do Ministério Público Federal, cancelamento e
1772 suspensão de cadastro mental rural dentro de terras indígenas e unidades de
1773 conservação, e um trabalho forte que vem sendo feito junto com o Banco Central,
1774 inclusive, para a integração dos dados do CAR, para bloquear operações de crédito para
1775 quem tem desmatamento ilegal. E mais recentemente, editais aqui de pagamento por
1776 serviços ambientais em assentamentos, nesse primeiro ano serão R\$30 milhões de reais
1777 que estão sendo distribuídos aí nos assentamentos, para aqueles assentamentos que
1778 reduziram mais desmatamento e dentro dos assentamentos aqueles assentados que têm
1779 uma área maior de floresta. No bioma cerrado é aquela história, na Amazônia caiu mais
1780 no cerrado. Lembrando que nós estamos contabilizando aí o dado de 1º de agosto a 30
1781 de julho. No caso do cerrado, está tendo um aumento de 9%, mas a gente tem, está
1782 detectando uma estabilização e uma reversão da curva, porque a tendência, seguindo os
1783 últimos quatro anos, a tendência seria de a gente estar aí na casa dos 9 mil quilômetros
1784 quadrados e nós estamos abaixo ou chegando nos 7 mil, ou seja, já invertemos, estamos
1785 invertendo a curva e se a gente observar os dados do DETER, só dos últimos quatro
1786 meses e se a gente incluir agosto, nós já estamos tendo uma queda da ordem de 20%
1787 no desmatamento no cerrado nos últimos quatro meses.

1788 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1789 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O tendencial é a linha tracejada, o que seria
1790 esperado.

1791 **O SR. ANDRÉ LIMA (Secretário da SECD/MMA)** – Exatamente. Exatamente. Então, é
1792 porque aqui está agregado dados do período todo, aqui vocês vão observar por exemplo,
1793 Bahia, que teve uma queda substancial do desmatamento já considerando o período
1794 completo de 1º de agosto a 30 de julho. Se vocês observarem as últimas seis ou sete

1795 colunas na Bahia, ou seja, 2024 a gente já está tendo uma reversão. Observem que
1796 agosto, setembro, outubro, novembro... no anual na Bahia teve uma queda de 52%,
1797 sobretudo, porque neste ano caiu significativamente o desmatamento. Ou seja, as
1798 conversas, o diálogo, as articulações que a gente tem feito com os governadores dos
1799 estados, sobretudo do Matopiba, que começaram em janeiro, fevereiro desse ano,
1800 começaram a ter resultado. Mesmo nos estados onde está tendo aumento do
1801 desmatamento, a gente observa que o aumento se deu, sobretudo, no segundo semestre
1802 do ano passado. No primeiro, observem ali que até fevereiro ainda tem um aumento, mas
1803 a partir de março inverteu também no Tocantins. Também no Maranhão a mesma coisa.
1804 A gente observa aí que a partir de abril, inverte a curva. Só no Piauí, a gente precisa
1805 identificar ainda as razões, no Piauí é que essa reversão ainda não aconteceu. A gente
1806 ainda está tendo um aumento também ainda nesses primeiros meses, no primeiro
1807 semestre. Mas no geral, nos últimos cinco meses, se a gente considerar inclusive agosto,
1808 está tendo uma queda importante também no Cerrado. Embora no período até 30 de
1809 julho, considerando o segundo semestre do ano passado, o aumento ainda é de 9%. Mas
1810 a gente já está revertendo. Só 4% dos municípios responsáveis por 50% dos
1811 desmatamentos. Então, a gente já está trabalhando, vamos publicar em breve essa lista
1812 dos municípios prioritários no Cerrado. Aqui a gente tem as taxas por categoria, eu vou
1813 pedir licença a vocês para correr aqui com isso, porque tem outros dados importantes e
1814 imagino que vocês estejam já quase que com fome. Esforço de fiscalização aumentou
1815 um pouco no Cerrado, mesmo este ano, em comparação com o ano passado, mesmo a
1816 gente tendo aí a paralisação dos órgãos federais, inclusive, também do próprio ICMBio
1817 na região. E aqui a gente está com uma série de medidas, desde a reunião de
1818 governadores, que teve puxada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa e ministra Marina,
1819 em final de fevereiro deste ano. A partir daí a gente está com um trabalho muito forte,
1820 sobretudo com os estados do Matopiba, do que a gente está chamando de ABC do
1821 controle do desmatamento ilegal, são três ou quatro coisas muito simples que a gente
1822 está fazendo e que os estados estão contribuindo e que a gente entende que já estão
1823 dando resultado. E a nossa ideia, nós estamos trabalhando aqui para ver se o presidente
1824 da República vai estar aqui no Brasil no dia 11 de setembro, assinar um pacto com esses
1825 quatro governadores do Matopiba, consolidando essa metodologia que a gente está

1826 chamando de ABC do desmatamento ilegal e avançando também em um grupo de
1827 trabalho para criar mecanismos de incentivo para a conservação nos casos de
1828 desmatamento legal. Vocês sabem que o Cerrado, a gente tem possibilidade de
1829 desmatamento de até 80% em alguns casos, então, a gente quer também avançar não
1830 só no controle do legal, mas em criar mecanismos e ferramentas para reduzir o ilegal. E
1831 um grande desafio aqui é o avanço da integração dos dados do SINAFLOR para poder
1832 fazer a segregação do que é legal e ilegal e aplicar as devidas políticas para cada um.
1833 Aqui eu encerro essa parte da apresentação que tem a ver com os desmatamentos e a
1834 gente quer apresentar também rapidamente para vocês essa situação dos incêndios, que
1835 vocês estão obviamente aqui acompanhando, muito preocupantes, o cenário
1836 praticamente para todos os biomas é um cenário bastante preocupante, eu quero falar
1837 um pouco do que está acontecendo e de como a gente está trabalhando esse assunto.
1838 Só fechar esse aí. Aqui vai funcionar esse negócio aqui? Então, tem que voltar, aí.
1839 Soluções e desafios para o controle dos incêndios em colaboração com os estados.
1840 Primeiro é importante ver que as projeções climáticas, tanto de precipitação quanto de
1841 temperatura, são bastante críticas. Esse é o plano de fundo para essa conversa. Nós não
1842 estamos vivendo uma situação, vamos dizer assim, normal de temperatura e pressão,
1843 apesar da prática do uso do fogo para tudo quanto é coisa continuar a mesma,
1844 infelizmente, mas a questão é que nós estamos vivendo provavelmente um novo normal
1845 que é nesse período aqui já uma maior probabilidade de chuvas abaixo do normal, a
1846 gente observa na Amazônia lá em amarelo, sobretudo, a região ali do centro-oeste, a
1847 fronteira da Amazônia, o Pantanal, uma situação muito crítica de déficit de precipitação,
1848 situação hídrica bastante crítica e também aumento de temperatura. A gente viu o que
1849 acontece com o seco e aumento de temperatura, o estado de São Paulo, o estado
1850 supostamente mais bem preparado para enfrentar incêndios florestais com mais de 9 mil
1851 bombeiros, 7 mil brigadistas ligados a proprietários rurais, empresas, etc. E a gente
1852 vivenciou o que vivenciou esse final de semana. Então, realmente a situação climática é
1853 o fator determinante para o que a gente está vivenciando em todos os biomas nesse
1854 momento, nesse ano no Brasil. Não está andando aqui para frente, para trás, como é que
1855 é? Esse gráfico, eu vou ter que inclusive corrigir, porque ele mostra, vamos supor, é como
1856 se fosse o deterioro do desmatamento. Existe uma projeção que é feita pelo LASA, o

1857 laboratório do Rio de Janeiro, que faz medição diária de incêndios e depois a linha preta,
1858 a linha tracejada é a projeção estimada e depois eles fazem a consolidação. A
1859 consolidação do que foi queimado até primeiro de julho está ali na casa dos 500 mil
1860 hectares. A projeção era muito superior. Então, a gente já está equalizando esse número,
1861 mas nós estamos hoje com uma área total queimada no Pantanal estimada entre um
1862 milhão e um milhão e meio de hectares, que é um dado bastante crítico, obviamente.
1863 Chega a ser aproximadamente um terço do que queimou no ano de 2020, mas a
1864 preocupação é a curva. Ela mostra uma tendência muito similar ao que foi em 2020,
1865 apesar de dois meses antecipado. O que aconteceu, obviamente, é que a gente está
1866 vivenciando esse ano uma antecipação do período de seca no Pantanal, mas também
1867 na Amazônia e no Cerrado. Aqui vocês observam a média diária. Não teve dia no
1868 Pantanal, ali no auge de junho, que nós chegamos a quase 100 mil hectares em um único
1869 dia queimado em todo o Pantanal. Tem um esforço muito concentrado ajudando a
1870 combater. A gente consegue combater quando a temperatura dá uma amenizada. Chega
1871 a quase zerar. Vocês observam ali que entre 7 de julho e 18 de julho a gente praticamente
1872 quase que zerou os focos de calor e as frentes de incêndio, mas o fato que nós estamos
1873 detectando uma média de 10 novas frentes de incêndio por semana nos últimos 45 dias.
1874 E o fogo lá não é nem o boitatá, nem raio, ele não cai do céu, é fogo colocado pelo ser
1875 humano nas suas diferentes vertentes, de um fogo criminoso ao fogo do descuido. E aí,
1876 quando vem alta temperatura, período seco mais grave e ventos, a gente vê de novo o
1877 incêndio retomar, apesar de a gente ter o maior esforço histórico na região, numa
1878 articulação muito forte com o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, acho que nós estamos
1879 conseguindo ali fazer um trabalho cooperativo bem interessante, mas que se o povo
1880 continua pondo fogo fica muito difícil. Nós estamos com quase 20 aeronaves, aqui a gente
1881 vai mostrar. Essas são as frentes de incêndio. Cada frente de incêndio, vocês ouvem
1882 falar de milhares de focos de calor. O caboclo lá que acende uma fogueira para assar um
1883 peixe é um foco de calor. Mas frente de incêndio é um conjunto de focos de calor. Então,
1884 a gente tem desde 3 de agosto até 24 de agosto a dinâmica de frentes extintas,
1885 aumentando significativamente a extinção das frentes. Frentes sob controle, o fogo sob
1886 controle é aquele que não vai expandir mais, mas ainda não está extinto. As frentes sob
1887 combate, avançando significativamente, mas observem que de 10 de julho até 25 de

1888 agosto, a gente teve praticamente 100% de aumento de novas frentes. Parece enxugar
1889 gelo, mas aqui a gente coloca uma frente muito forte. Chegou a ter quase mil profissionais
1890 ou servidores do governo federal, além dos corpos de bombeiro, enfim, de toda a defesa
1891 civil dos estados. Isso aqui é por semana, a gente tem oito boletins que estão sendo
1892 publicados todas as semanas, demonstrando todo o esforço do governo federal em
1893 termos de aeronave, aviões do IBAMA, ICMBio e forças armadas dedicadas ao Pantanal,
1894 helicópteros em operação. Chegou a ter praticamente 20 aeronaves simultaneamente no
1895 Pantanal. Então, no Pantanal o fato é que a gente está, eu tenho dito isso, nós estamos
1896 empatando o jogo. O que é empatar o jogo? A gente está, quando dá uma amenizada na
1897 temperatura, a gente consegue extinguir o fogo, mas continua colocando fogo e a gente
1898 está com uma ação muito forte da polícia federal investigando. O problema é que para
1899 você punir criminalmente, tem que pegar ali, ou tem que ter uma testemunha ou uma
1900 prova muito forte, contundente, da autoria. Não basta identificar onde começou o fogo.
1901 Precisa detectar a autoria, esse é o grande desafio. Na Amazônia, observem esse gráfico,
1902 esse gráfico é do índice de seca na Bacia Amazônica. Eu chamo atenção para os últimos
1903 8, 10 anos que está na extrema direita do gráfico, sobretudo de 2023 para 2024 a gente
1904 não teve nenhuma coluninha azul. Então, não só nós estamos vivenciando um ano mais
1905 seco do que o ano passado, que já foi muito seco na Amazônia, como nós não tivemos
1906 interregno entre um ano e outro, praticamente não tivemos chuva, praticamente não
1907 houve cheia na Amazônia. É isso que esse gráfico mostra. Então, essa é uma tendência
1908 muito forte, muito preocupante, que demonstra que a ação de controle de incêndios
1909 florestais vai se tornar cada vez mais difícil e mais importante. Mas observem que nós
1910 estamos realmente em um ano crítico. E não é uma, vamos dizer assim, uma prerrogativa
1911 da Amazônia brasileira. Observem aí Peru, Bolívia, que também estão vivenciando
1912 situações críticas, vamos nem se falar Califórnia, Canadá, até o Alasca, Grécia, enfim, a
1913 gente está vivenciando um ano bastante intenso de incêndios, praticamente no mundo
1914 todo. E aqui é aquela divisão entre a projeção e o consolidado. Na Amazônia, em função
1915 de questões de nuvens, é um pouco diferente do Pantanal. O gráfico também indica uma
1916 tendência de queima superior a 2020, que foi um ano bastante intenso. Aqui, a gente
1917 mostra esse gráfico do IPOM e do MapBiomass. Eu chamo atenção para a última coluna
1918 do gráfico da direita, em que a gente observa que o verde mais escuro está aumentando.

1919 É a área de floresta primária pegando fogo. Apesar da gente ter ali 27% é pasto, área
1920 agrícola, 40% é área de campo, não é necessariamente floresta, mas está crescendo o
1921 percentual de área de floresta queimada, o que preocupa. E está explicado, porque
1922 continua um ponto de fogo, na mesma intensidade ou até mais, os números de focos de
1923 calor aumentando, mas a seca anual e a degradação florestal vêm tornando a floresta
1924 mais vulnerável. Ou seja, mesmo com a queda substancial do desmatamento, existe uma
1925 conexão muito forte entre desmatamento e queimadas, mas mesmo com a queda muito
1926 forte de desmatamento, nós estamos tendo um maior número de queimadas e focos de
1927 calor. Imaginem se não tivesse havido a queda de desmatamento que houve nos últimos
1928 dois anos, muito provavelmente a gente estaria vivenciando hoje uma situação
1929 absolutamente fora do controle. Aqui a gente está mostrando a média diária aumentando,
1930 sobretudo nas últimas semanas na Amazônia. Aqui os municípios, 21 municípios apenas
1931 concentram 50% dos focos de calor desse período dos sete primeiros meses do ano. E
1932 interessante que na Amazônia é o extremo oposto do Pantanal. No Pantanal a gente tem
1933 5% ali de área de responsabilidade federal, mas o governo federal está atuando em todas
1934 as áreas, independentemente da sua responsabilidade específica constitucional. Na
1935 Amazônia já inverte um pouco. A gente pegou aqui o exemplo do Amazonas, 60% da
1936 área do Amazonas é área de interesse ou de responsabilidade, na verdade, federal. A
1937 área de interesse é toda a Amazônia. E o estado, 39%. Guardem esse número, porque
1938 é importante para mostrar como está o esforço do governo federal em termos de
1939 enfrentamento. A gente observa aqui que o efetivo já chega a quase 1.500 brigadistas.
1940 O IBAMA não tem mil fiscais, mas nós temos 1.500 brigadistas. O IBAMA e o ICMBio
1941 juntos atuando na região. E aqui é um dado que eu preciso atualizar com essa semana,
1942 mas até a semana passada nós já estávamos atuando em 74% das frentes de combate.
1943 Vocês lembram que a gente estava falando de 60% a 40% a relação. O IBAMA, o ICMBio,
1944 o governo federal está atuando não apenas nas áreas federais, que são as glebas
1945 públicas, as terras indígenas, os parques nacionais, mas também em áreas estaduais,
1946 também em áreas privadas, também em áreas consideradas sem domínio, como mostra
1947 esse gráfico. Claro que a gente está muito mais nas áreas federais, mas também estamos
1948 atuando em alguns parques estaduais, os CES, também em áreas particulares, em áreas
1949 sem domínio. Aqui são os projetos que estão em curso, nós estamos acelerando,

1950 tentando acelerar esse processo do BNDES. Se a gente considerar o de Mato Grosso,
1951 que não está aí, que é um projeto que já foi aprovado anteriormente, mas está em
1952 vigência, a gente tem aí mais de R\$320 milhões de reais do Fundo do Amazonas,
1953 apoiando também os corpos de bombeiros estaduais para atuar na região. E o que a
1954 gente está fazendo em termos agora de tentar ir além do apenas o combate ao fogo, nós
1955 estamos criando frentes, inclusive, estamos essa semana acertando essas frentes, era
1956 para ser três, mas nós decidimos que vamos fazer quatro frentes multiagências
1957 interfederativas, ou seja, nós vamos juntar órgãos estaduais, órgãos federais, para atuar
1958 simultaneamente em quatro eixos que contém mais de 50% dos focos de calor na
1959 Amazônia. Além de todo o esforço de combate aos incêndios, nós vamos criar essas
1960 frentes para quê? Para fazer notificações, para fazer punições, repressão, para quem é
1961 crime reprimir, para quem está usando fogo, eventualmente, agricultor familiar que não
1962 tem outra opção usar fogo, porque não tem maquinário, orientar, segurar o fogo, tentar
1963 baixar as novas ignições, porque não adianta, nós não vamos vencer esse jogo com
1964 combate a incêndios, nem com as aeronaves do Exército, nem triplicando ou
1965 quadruplicando o número de brigadistas, na Amazônia a coisa é muito pulverizada, pouca
1966 infraestrutura de acesso, ainda mais na seca que nem as embarcações a gente pode
1967 chegar em todas as frentes de incêndio, não há aeronave suficiente para fazer transporte
1968 de brigadistas para todas as grandes frentes de incêndio, então, nós precisamos reduzir
1969 o uso do fogo em toda a Amazônia, e esse é o esforço que a gente vai fazer, vai ter uma
1970 nova frente, e ela envolve Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Defesa, IBAMA, ICMBio,
1971 INCRA, nos assentamentos, nós estamos com uma lista dos 20 assentamentos com o
1972 maior número de focos de incêndio, nos assentamentos a gente tem duas realidades, a
1973 gente tem o fogo criminoso de quem está reconcentrando terra, não é mais o beneficiário
1974 da reforma agrária que está usando fogo, porque ele sabe que se desmatar ele é pego,
1975 mas o fogo, não necessariamente o IBAMA tinha priorizado nos anos anteriores atuar
1976 nas áreas de fogo, então, nós vamos tentar trabalhar fortemente nos próximos dois
1977 meses, setembro e outubro, essas frentes vão estar muito fortes em ações de fiscalização
1978 intensiva, e também uma ação interessante, o IBAMA me informou hoje, nós vamos fazer
1979 também notificações preventivas, naqueles casos em que a gente observou que existe
1980 um risco de uso do fogo, mas o fogo não foi usado, nós vamos notificar para poder depois

1981 responsabilizar por omissão ou por ação, porque no caso em que há notificação prévia,
1982 você fortalece a possibilidade de ação depois. No Cerrado a situação também não é
1983 menos preocupante, no Cerrado a gente tem também nas últimas semanas um aumento
1984 significativo da área queimada, ele está ali, vamos dizer assim, próximo do índice de
1985 maior queimada de incêndios na história, que foi em 2012, e a gente está trabalhando na
1986 parceria com a sala de situação, esse assunto hoje é assunto semanal de reunião de
1987 ministros, para reorganizar prioridades, reorganizar orçamento, aprovamos três medidas
1988 provisórias, orçamento extraordinário, aprovação do projeto de lei de manejo integrado
1989 do fogo, se tornou a política de manejo integrado do fogo, acho que é a grande revolução
1990 desse sistema, nós teremos a partir de agora uma política nacional, não só ações federais
1991 e estaduais, eventualmente coordenadas ou não, passaremos a ter uma política forte,
1992 inclusive com ações de prevenção, aprovação do regulamento, uma campanha de mídia,
1993 ontem nós estávamos aí com vários artistas globais e cantores, informando a situação,
1994 pedindo para que, inclusive, nas redes sociais haja uma forte campanha para paralisar o
1995 uso do fogo e planejamento também para incrementar o adicional de efetivo e acelerar o
1996 uso dos recursos do Fundo Amazônia. Tem várias ações aqui que a gente está fazendo
1997 sobre responsabilidade dos estados, depois eu vou deixar para vocês, amigos, poderem
1998 olhar em detalhes, considerem apresentado até o final, agradeço a atenção, a paciência
1999 e bom almoço para todos.

2000 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2001 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, André. Lembrando que as ações
2002 no Pantanal e na Amazônia começaram no ano passado, ano passado inclusive, em abril
2003 nós lançamos o primeiro plano de enfrentamentos queimados no Pantanal, coisa que não
2004 havia sido feita pelo governo federal até então, em parceria com os estados do Mato
2005 Grosso e Mato Grosso do Sul, um conjunto enorme de iniciativas. Isso é importante para
2006 deixar claro que, embora o problema seja gravíssimo, como vocês estão vendo, não há
2007 inação, ao contrário, há um conjunto de ação bastante intenso, repito, em fortíssima e
2008 inédita parceria com os estados, mas a situação é realmente dramática, a situação
2009 climática é extremamente grave, e se nós não conseguirmos mudar esse procedimento
2010 de uso permanente de fogo, nós realmente não vamos conseguir superar esse problema.
2011 Poderíamos ter um milhão de pessoas atuando em frentes de combate, que seria

2012 impossível controlar a situação dramática Pantanal e Amazônia somadas, e agora a
2013 Cerrado entrando muito forte. Então, não há como fazer isso sem uma fortíssima
2014 participação da sociedade, embora evidentemente o governo tem que ser cobrado para
2015 agir com mais eficiência sempre. Nós temos pontos de elaboração extremamente
2016 importantes, aquele que o Marçal fez uma defesa enfática e importantíssima, porque é
2017 um projeto de lei que retira recursos vultuosos e essenciais para o sistema federativo de
2018 controle de ação ambiental. Nós temos o projeto de lei 2225, que trata da criação criança-
2019 natureza, que foi muito bem defendido aqui. Portanto, peço que estejam de volta aqui às
2020 14 horas, para que possamos voltar à nossa reunião. Temos um debate importantíssimo,
2021 que vocês precisam participar, sobre a participação na COP16 de biodiversidade, que a
2022 participação de todos é muito importante na formulação das propostas, e temos a
2023 discussão importantíssima sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu prazo
2024 para que os órgãos do SISNAMA se entendam e se organizem para garantir a
2025 transparência das autorizações para a supressão da higienização nativa, portanto, o
2026 assunto está no coração do CONAMA, que é o órgão máximo do SISNAMA, portanto, eu
2027 peço que todos estejam aqui de volta às 14h, para que possamos dar sequência a esta
2028 importantíssima reunião. Muito obrigado e bom apetite.

2029 **Tarde:**

2030 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2031 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Boa tarde. Desculpe o atraso. Vamos retomar.
2032 Senhoras e senhores, vamos retomar os trabalhos. Peço mais uma vez desculpa pelo
2033 pequeno atraso, mas demorou um pouco mais do que eu esperava. Então, vamos
2034 retomar no item 6 da ordem do dia. Nós temos a letra, alínea C. Moção de posicionamento
2035 contrário ao P.L. 10.273, 2018. Brilhantemente, a moção brilhantemente defendida pelo
2036 nosso Marçal. Quando assume o microfone, eu me sinto no plenário do Congresso
2037 Nacional. Rimou, você viu? Eu estou um poeta hoje. Você presidiu Conama aqui, devia
2038 ser poeta. Então, quem é que vai apresentar a moção? Rosângela? Rosângela?
2039 Rosângela, por favor, vai apresentar a moção de posicionamento contrário, é bom que
2040 se diga, não é, Marçal? Ao P.L. 10.273, 2018. Por favor.

2041 **A SR^a ROSANGELA MUNIX (DIQUA/IBAMA)** – Você pode projetar o slide aí, rapidinho?
2042 São pouquíssimos slides, está bem, gente? Bom, eu sou Rosângela Munix, diretora de
2043 qualidade ambiental aqui no Ibama.

2044 **O SR. GUSTAVO HENRIQUE (Diretor de Planejamento e Administração do Ibama)**
2045 – Gustavo Henrique, diretor de planejamento e administração do Ibama.

2046 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2047 **IBAMA)** – Pode ir, por favor. Esse P.L., ele já foi aprovado na CCJ da Câmara, com
2048 maioria de votos na comissão, e as nossas assessorias parlamentares, do Ibama e do
2049 MMA, conseguiram que ele fosse a plenário da Câmara para ser votado, porque a ideia
2050 inicial da CCJ era já caminhar direto para o Senado. Então, com isso, a gente ganhou um
2051 certo tempo para mobilizar em relação a esse P.L. Então, ele ameaça a estrutura do
2052 SISNAMA, que é composto, como a gente sabe, por esses órgãos municipais, estaduais,
2053 Ibama, ICMBio e MMA. Por favor. Como é que funciona a TCFA hoje? O Ibama faz a
2054 cobrança da taxa cheia. E, numa mesma guia, o contribuinte paga os 40% do Ibama e os
2055 60% dos estados. Isso está previsto na Lei nº 6938, na Lei da Política Nacional do Meio
2056 Ambiente, art. 17p, que cria esse mecanismo de compensação de crédito. Ou seja, os
2057 estados que já têm lei similar, cujo fato gerador seja o Poder de Polícia Ambiental, o
2058 contribuinte tem direito a descontar até 60% da taxa. Para facilitar isso, o Ibama fez
2059 acordos de cooperação, até agora com 20 unidades da Federação, de forma que o
2060 contribuinte paga em uma única guia e o Ibama repassa os 60% para as contas,
2061 diretamente para os OEMAs. Para vocês terem uma ideia, na verdade, essa moção
2062 contrária tem duas dimensões. Uma dimensão é essa financeira, cujo impacto já é
2063 impressionante. Mas a outra dimensão é a desestruturação da própria dinâmica de Poder
2064 de Polícia e do próprio SISNAMA, de todos os entes do SISNAMA. Então, eu vou explicar
2065 primeiro a questão financeira e depois eu falo um pouco da desestruturação do
2066 SISNAMA, que a gente corre o risco de assistir. Hoje, a arrecadação anual para 2024
2067 está estimada para R\$ 1 bilhão, com uma base de contribuintes aproximada de 220 mil
2068 CNPJs. Com o PL, essa arrecadação cai para R\$ 16,5 milhões, ou seja, passaria a ser
2069 1%, 1,6% do que é recolhido hoje. E a base de contribuintes cairia para 706 CNPJs. O
2070 que são esses 706 CNPJs? São as únicas pessoas jurídicas licenciadas pelo Ibama,

2071 porque essa é a lógica do PL. A taxa seria aplicável apenas àqueles licenciados pela
2072 União. E os OEMAs, os órgãos estaduais de meio ambiente, então, deixariam
2073 imediatamente receber integralmente esses 60% que a gente repassa quinzenalmente.
2074 E apenas sete órgãos estaduais não recebem ainda, porque eles ainda não promulgaram
2075 uma lei estadual, instituindo uma taxa similar, cujo fato gerador seja o Poder de Polícia,
2076 e não assinaram a cor de cooperação com o Ibama, que são os dois requisitos para que
2077 ele comece a receber os 60%. Vou começar falando melhor do que é o fato gerador dessa
2078 taxa, para vocês entenderem que tem essa outra dimensão de destruturação do
2079 SISNAMA, que vai além da questão financeira. O fato gerador é o Poder de Polícia de
2080 todos os órgãos executores do SISNAMA. Por isso que o Estado precisa instituir uma
2081 taxa cujo fato gerador seja o Poder de Polícia daquele órgão ambiental. O sujeito passivo
2082 é todo estabelecimento que desenvolva atividade potencialmente poluidora. Então,
2083 assim, se uma empresa grande tem 100 CNPJs espalhados pelo Brasil, mas é lá que ela
2084 desenvolve atividade potencialmente poluidora, é lá que ela vai ser sujeita à taxa.
2085 Próximo. É importante isso aqui. O Poder de Polícia, ele, na verdade, ele tem quatro
2086 fases. O PL, ele toma como ponto de partida que o Poder de Polícia é apenas
2087 licenciamento. É vinculado apenas à fase de consentimento ou de licenciamento. Mas,
2088 na verdade, o Poder de Polícia, ele tem quatro fases. A regulação, a legislação, o
2089 licenciamento, a fiscalização e a sanção. Se você aplica, não, o IBAMA só pode fiscalizar
2090 quem ele licencia, o IBAMA só pode cobrar de quem ele licencia, essa lógica é toda
2091 quebrada. Por isso que a gente fala também que o PL afronta a lei complementar 140,
2092 que prevê várias competências comuns, competências supletivas e subsidiárias. Então,
2093 prejudicaria muito essa dinâmica de cooperação entre os entes. Próximo. Aqui, rapidinho,
2094 só para vocês verem as principais alterações. Hoje, o fato gerador é aquele que eu falei
2095 para vocês, o Poder de Polícia do IBAMA, ficaria como fato gerador apenas as atividades
2096 submetidas a licenciamento pelo IBAMA ou pela União. O sujeito passivo hoje é todo
2097 aquele que exerce as atividades, potencialmente poluidores, que estão no anexo 8 e ela
2098 é devida para o estabelecimento. Então, aqui a gente tem duas alterações significativas.
2099 O sujeito passivo passa a ser apenas a pessoa que foi submetida a licenciamento do
2100 IBAMA e apenas uma pessoa jurídica. Não interessa se ele tem 100 filiais espalhadas
2101 pelo Brasil. Ele vai pagar por um único CNPJ, porque é apenas uma pessoa jurídica e

2102 não o estabelecimento. E, evidentemente, é no estabelecimento que se dá atividade
2103 potencialmente poluidora e não no escritório da Avenida Paulista. Próximo. Então é isso,
2104 basicamente. Eu vou passar um pouquinho para o Gustavo falar da questão de como
2105 funciona hoje a arrecadação e esse repasse para os estados. Os riscos e impactos desse
2106 PL. Essa drástica redução da arrecadação, que é bem impressionante. Você extingue a
2107 compensação da taxa estadual sobre a federal. Então é por isso que a gente fala que os
2108 estados deixarão de receber imediatamente. Compromete todos esses 20 Acordos de
2109 Cooperação Técnica que nós temos hoje com a OEMAs. Só faltam sete, mas a gente já
2110 está em fase bem orientada com Amapá e com o Rio Grande do Norte. Onera os órgãos
2111 estaduais e os órgãos municipais, porque eles terão de instituir novamente uma taxa
2112 estadual sem a compensação de crédito e criar toda uma estrutura de arrecadação que
2113 hoje eles não precisam ter, porque o IBAMA já arrecada e repassa. Claro, limita a
2114 competência da União para o exercício de fiscalização e sanção do Poder de Polícia,
2115 porque a União vai poder fiscalizar com esse recurso tão pequeno, nós vamos poder
2116 fiscalizar apenas aquilo que nós licenciemos. E isso é um absurdo, porque o IBAMA tem
2117 um alcance hoje de fiscalização, evidentemente, muito maior do que isso. E deixa de
2118 incentivar as ações de cooperação entre os órgãos do SISNAMA.

2119 **O SR. GUSTAVO HENRIQUE (Diretor de Planejamento e Administração do Ibama)**
2120 – Obrigado, Rosângela. Vou fazer uma complementação mais com viés da arrecadação
2121 e da cobrança. Como é que se dá hoje essa sistemática? Hoje a gente repassa
2122 anualmente para os estados algo em torno de 600 milhões de reais. Isso vai para todas
2123 as unidades da federação que têm acordo de cooperação, como a Rosângela mencionou
2124 aqui. Esse repasse é feito quinzenalmente, todo dia 15 e 25, já vai direto nas contas
2125 indicadas pelos estados. Então a nossa preocupação também, e o apoio que a gente
2126 solicita nesse fórum aqui, é justamente a gente mobilizar a sociedade civil, os governos,
2127 os participantes, a buscarem, junto aos parlamentares, para que se atentem nesse
2128 projeto de lei. Que já foi, como a Rosângela falou, aprovado até na CCJ e estava
2129 caminhando para o Senado, mas graças à intervenção, à ajuda do próprio Marçal, do
2130 presidente Rodrigo, do MMA, a gente conseguiu frear isso um pouco. A gente acredita
2131 que a gente precisa de aprimorar a lei, para os valores também conseguirem chegar mais
2132 rapidamente aos municípios, ou os estados consigam fazer o repasse. A gente acha que

2133 são necessários alguns aprimoramentos, mas o que está sendo proposto com o SPL é
2134 simplesmente aniquilar o financiamento do SISNAMA, na nossa opinião, reduzindo em
2135 98,5% esse valor, que é tanto do IBAMA, R\$ 400 milhões por ano, quanto dos estados,
2136 que é R\$ 600 milhões. Então, a nossa solicitação de apoio a essa moção é justamente
2137 para que a gente não tenha órgãos federais e estaduais desaparelhados e desassistidos,
2138 talvez com uma desculpa de se aprimorar a lei. A lei não está sendo aprimorada aqui. A
2139 gente é até a favor, tem algumas sugestões, a gente conversa com o Marçal, conversa
2140 com ABEMA, tem muita coisa que a gente pode melhorar. Mas o que está sendo feito
2141 aqui é um aniquilamento desse financiamento. Então é isso, secretário. Devolvo a palavra
2142 para a mesa.

2143 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2144 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Mais alguém gostaria de se
2145 manifestar a respeito? Eu acho que ficou bem clara qual é a proposta. Acho que os riscos
2146 foram bem delimitados. O Marçal já tinha feito um alerta sobre essa questão. Pois não.

2147 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2148 **IBAMA)** – A íntegra da moção.

2149 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2150 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Agora falta era o que eu ia pedir, para
2151 apresentar a moção, por favor. Nós podemos projetar a moção, por favor? Um minuto só.
2152 Rosângela, deixa só a equipe colocar a moção na tela. Para poder acelerar, agradeço.
2153 Está aí. Ela está embaixo. É só puxar para cima, não é? Ela está embaixo. Vamos lá,
2154 então? Vamos lá.

2155 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2156 **IBAMA)** – São três parágrafos e um considerando. Então, considerando que o poder de
2157 polícia ambiental no Brasil é exercido concorrentemente por todos os entes federativos,
2158 por meio dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, nos termos do artigo 23 da
2159 Constituição Federal, e artigo 6º da Lei nº 6938/81, que é o artigo que é a Lei nº 6938,
2160 que é a Lei da Política Nacional do Bem Ambiente, observando as competências e as
2161 normas de cooperação fixadas pela Lei Complementar nº 140, de 2011, incluindo as

2162 hipóteses de competência supletiva, subsidiária e emergencial, e que os recursos
2163 provenientes da taxa nos moldes em que foi concebida e é operacionalizada, financia
2164 toda a estrutura e funcionamento do SISNAMA, tornando possíveis as operações de
2165 monitoramento e fiscalização de atividades sujeitas ao controle ambiental da União, dos
2166 Estados e dos municípios. Os conselheiros e conselheiras do CONAMA, reunidos na
2167 143ª Reunião Ordinária, no dia 28 de agosto de 2024, na Auditoria do IBAMA em Brasília,
2168 expressam repúdio à proposta do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que desarticula e
2169 fragiliza o SISNAMA, pois subverte toda a lógica de tributação para financiamento do
2170 sistema, ao limitar o fato gerador da TCFA, instituída pela Lei nº 6938, apenas as pessoas
2171 físicas e jurídicas que desenvolvem atividades sujeitas ao licenciamento da União,
2172 representando o impacto de um bilhão em perdas imediatas para o IBAMA e para os
2173 entes estaduais de meio ambiente. O PL também fragiliza o SISNAMA, ao afrontar a
2174 estrutura de competências da Lei Complementar 140, segundo a qual o monitoramento,
2175 a fiscalização e a sanção ambientais são de competência comum, constitucionalmente
2176 atribuída, ampla e irrestritamente, a todos os entes federativos. Por meio do mecanismo
2177 da compensação de crédito, a TCFA garante a justa repartição das receitas e evita a
2178 sobretaxação do administrado. Por fim, os conselheiros e conselheiras do CONAMA
2179 consideram fundamental que a gestão pública ambiental em território nacional continue
2180 a ser empreendida por meio de um sistema único, incentivando a cooperação entre os
2181 entes federativos em prol da proteção do meio ambiente e da melhoria da qualidade
2182 ambiental.

2183 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2184 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado. Temos alguma observação?
2185 Pois não, João de Deus?

2186 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
2187 **Biosfera da Mata Atlântica) –** João de Deus Medeiros, Instituto Amigos da Reserva da
2188 Biosfera da Mata Atlântica. Eu queria até parabenizar pela iniciativa, eu acho que é
2189 extremamente relevante que o CONAMA faça essa manifestação. A manutenção dessa
2190 taxa é essencial para que a gente possa manter o funcionamento adequado do
2191 SISNAMA. Mas eu só faria uma pequena sugestão de ajuste no texto, que ali está

2192 expresso que essa taxa é que financia todo o SISNAMA. Então, eu acho que isso a gente
2193 teria que ajustar até para não ser objeto de crítica depois, porque na verdade nós temos
2194 várias outras fontes também que ajudam a sustentar o sistema como um todo. Só a
2195 sugestão desse pequeno ajuste.

2196 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2197 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pode colocar o trecho ali, por favor? Subindo
2198 a moção. Eu também achei um pouco estranho, realmente, quando eu li. Pode descer,
2199 por favor? Aí, financia. Não, taxa de controle ambiental. É um mecanismo fundamental
2200 no financiamento. É um mecanismo fundamental no financiamento. É um mecanismo,
2201 proponho, é um mecanismo fundamental para o financiamento. Para o financiamento da
2202 estrutura e funcionamento do SISNAMA. Tira toda. Isso. Aí. Fica bom assim, não é?
2203 Atende, João? Tem duas vezes, tem um erro ali? Não, acho que está bom assim, não é?
2204 Ah, mas está correto. Como? Então, são fundamentais para o financiamento. Melhor. Tire
2205 o mecanismo. São fundamentais, fundamentais para o financiamento. Acho que aí
2206 resolve, não é? Tudo bem? Ok? Professora Rita Mesquita, nossa secretária de
2207 biodiversidade e florestas, professora da Universidade Federal do Amazonas,
2208 especialista do IMPA. Tudo bem? Muito bem, pessoal. Então, com esses ajustes, quem
2209 for favorável, por favor, levante os seus crachás. Vamos para o contraste? Pode ser para
2210 o contraste? Vamos para o contraste? Quem for contrário, por favor? Quem se abstém?
2211 Então, está aprovada a moção, referente ao posicionamento contrário ao P.L. 10.273,
2212 2018. Próximo item, a moção, agora favorável, para variar, certo? Ao P.L. 2225. Quem é
2213 que fará a apresentação da moção? Temos ela aqui para projetar? Desculpa, se você
2214 puder repetir seu nome.

2215 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – É Juliana Gatti, do Instituto Árvores
2216 Vivas, representando a Coalizão pelo Clima Crianças e Adolescentes.

2217 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2218 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, a Juliana já apresentou pela manhã a
2219 justificativa, tanto que ela foi tão eficiente em apresentar a justificativa que o plenário
2220 aprovou a inclusão em regime de urgência do texto. Então, eu creio que nós podemos ir
2221 direto para o texto da moção.

2222 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Eu peço desculpas, eu acho que
2223 eu também incluí muitos termos que estão na própria moção, dentro da minha fala.

2224 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
2225 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas não tem problema, o que abunda não
2226 prejudica nesse caso.

2227 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Perfeito.

2228 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
2229 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos então?

2230 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Moção de apoio à aprovação do
2231 Projeto de Lei 2225, de 2024, que estabelece o marco legal Criança e Natureza. O
2232 Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, no uso de suas atribuições e
2233 competências, que lhes são conferidas pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981,
2234 regulamentada pelo Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto
2235 no artigo 13º do seu regimento interno, que suportaria 710 de 15 de setembro de 2023,
2236 no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, considerando que crianças e
2237 adolescentes são particularmente vulneráveis aos riscos ambientais e climáticos, como
2238 secas, inundações, ondas de calor, poluição do ar e da água, falta de saneamento e
2239 contato com substâncias tóxicas, uma vez que estes impactos trazem prejuízos diretos
2240 ao seu desenvolvimento integral e à garantia de diversos direitos, desde a saúde e a
2241 educação, considerando que o contato com a natureza é fundamental para o
2242 desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de
2243 uma consciência ambiental climática, promovendo saúde física e mental, bem como
2244 habilidades cognitivas, físicas e sociais, considerando que o princípio constitucional de
2245 precaução revela a responsabilidade com as futuras gerações, a dimensão
2246 intergeracional do princípio da solidariedade, aponta também para um complexo de
2247 responsabilidades e deveres das gerações contemporâneas em resguardar condições
2248 existenciais para as pessoas que virão a habitar o planeta, e a qualidade ambiental, em
2249 sentido amplo, é um dos principais fatores que determina a sobrevivência das crianças
2250 nos primeiros anos de vida e influencia fortemente o seu desenvolvimento físico e mental,

2251 considerando os compromissos nacionais materializados na Constituição Federal a partir
2252 do artigo 225, que menciona o direito de todas e todas, nas presentes e futuras gerações,
2253 a um meio ambiente equilibrado, e o artigo 227, que reforça a prioridade absoluta a ser
2254 dada a proteção integral das crianças e adolescentes, considerando que são sujeitos de
2255 direito e prevenindo qualquer forma de violação, sendo essa uma responsabilidade
2256 compartilhada entre as famílias, a sociedade e o Estado, nesse sentido, visando
2257 preencher uma lacuna legal no Brasil de políticas ambientais voltadas à infância e
2258 adolescência, que respondam às crises socioambientais, que proporcionem acesso às
2259 áreas verdes e um meio ambiente saudável, levando em consideração as leis já
2260 existentes sobre infância, meio ambiente e clima no Brasil, o marco legal Criança e
2261 Natureza propõe políticas e instrumentos para implementar e garantir os direitos das
2262 crianças e adolescentes, para que todas as crianças e adolescentes possam conhecer,
2263 experimentar e criar vínculo com a natureza, tendo acesso a ela no seu dia a dia, além
2264 de apontar a necessidade de defender, cuidar e regenerar o meio ambiente, adaptar as
2265 cidades e proteger as infâncias, no caso de eventos climáticos extremos, como
2266 enchentes, ondas de calor ou secas prolongadas. Desta forma, os conselheiros e
2267 conselheiras consideram fundamental manter os objetivos centrais do projeto de lei, que
2268 ora tramita na Câmara dos Deputados, em especial a adoção de educação baseada na
2269 natureza, na rede de ensino, a inclusão das escolas como instituições prioritárias no
2270 recebimento das soluções e políticas de adaptação e mitigação climática, nos planos de
2271 ação de redução de riscos e respostas a desastres e de outras políticas urbanas, e a
2272 defesa, conservação e regeneração da natureza e a garantia de seus benefícios para as
2273 presentes e futuras gerações, por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos
2274 municípios e da sociedade, das comunidades, das famílias e das crianças e
2275 adolescentes. Os conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional do Meio Ambiente,
2276 CONAMA, reunidos na reunião número 143 da Plenária Ordinária, no dia 28 de agosto
2277 de 2024, no auditório do IBAMA, em Brasília, expressam apoio ao regime de urgência
2278 para a prestação e aprovação do Projeto de Lei 2225, de 2024, que estabelece o marco
2279 legal Criança-Natureza. Assinam essa moção os conselheiros.

2280 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2281 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Temos alguma observação?
2282 Alguma manifestação?

2283 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Eu queria fazer uma manifestação
2284 complementar, mas mediante a aprovação, na sequência da aprovação, se a gente tiver
2285 a mesma.

2286 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2287 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito. Muito bem. Então, aqueles
2288 conselheiros que forem favoráveis à moção, por favor, se manifestem, levantando o
2289 crachá. Por contraste, quem é contrário, por favor? Nenhum. Rubim é contra? Não, o
2290 Malaco é contra. Um voto contra do Malaco. Registre-se na ata para a história e para as
2291 futuras gerações saberem isso. Alguma abstenção? Muito bem. Então, por contraste, a
2292 maioria aprova a moção de posicionamento favorável à aprovação do Projeto 2225, de
2293 2024. Parabéns. Uma palavra, Juliana?

2294 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Isso. Muito obrigada. Obrigada a
2295 todos e todas pela aprovação dessa moção. Em conversa no nosso tempo de almoço,
2296 um representante, o senhor Herbert, do Ministério de Gestão, ele sugeriu que a gente
2297 pudesse também, eu conversando com a nossa bancada, achamos que é bastante
2298 interessante que a Secretaria-Executiva do Conama pudesse fazer uma recomendação
2299 ao Conselho do Conanda que ele também aprovasse essa moção. Então, se pudesse,
2300 junto com a aprovação dessa moção, a Secretaria Executiva fazer um encaminhamento
2301 de sugestão para que o Conanda também aprove a mesma moção na sua parte, na sua
2302 plenária. Assim, as duas instituições aí pudessem fazer as suas manifestações frente a
2303 esse PL.

2304 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2305 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está certo. Você encaminha isso formalmente,
2306 por favor, à Secretaria-Executiva do Conama.

2307 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Perfeito. Obrigada. Obrigado.

2308 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2309 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Vamos agora ao item B das
2310 discussões de temas relevantes para a agenda ambiental, considerando que o item A já
2311 foi adequadamente apresentado antes do almoço. Então, o item B é concessão de
2312 serviços de visitação em unidades de conservação, apresentação por Carla Guaitanelli,
2313 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que hoje faz 17 anos. Com
2314 a palavra, então, a Carla.

2315 **A SR^a. CARLA GUAITANELE (Coordenação Geral de Uso Público e Serviços**
2316 **Ambientais do ICMBio)** – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Carla Guaitanele.
2317 Eu sou da Coordenação Geral de Uso Público e Serviços Ambientais, do ICMBio. Estou
2318 aqui representando o ICMBio nessa pauta, que não foi colocada para nós aqui já algumas
2319 reuniões atrás, e que hoje finalmente a gente consegue apresentar para vocês. A
2320 proposta é a gente falar um pouquinho das alegações de serviço como um todo do
2321 ICMBio. Então, apesar do tema ter esse enfoque com as concessões, então, vale a gente
2322 falar um pouquinho de como o ICMBio trabalha hoje com as parcerias para visitação.
2323 Então, o que a gente tem hoje formalizado, como que a gente trabalha, e deixar aberto
2324 para vocês para contribuições. Só aguardando mesmo a apresentação para a gente
2325 começar. Não, está ótimo. Você que vai passar? Como é que vai ser? Ok. Então, pode
2326 passar. Bem, pessoal, aproveitando o nosso aniversário hoje do ICMBio, a gente
2327 comemora as 340 unidades de conservação que nós temos hoje, criadas. Sem contar as
2328 RPPNs, que a cada dia a gente tem um número maior. Então, que bom que esse número
2329 sempre vem aumentando. E, por outro lado, mostra esse desafio para nós, não só de
2330 conservação, mas de gestão das unidades de conservação. Então, enfim, é um mapa
2331 que vocês estão já acostumados a lidar, a trabalhar, mas que vale sempre a gente colocar
2332 como pauta inicial aqui do nosso desafio. Pode passar. E, no âmbito da visitação das
2333 unidades de conservação, então, é importante lembrar que isso vem no SNUC, traz para
2334 a gente essa competência. Então, enquanto que a gente deve disponibilizar, abrir as
2335 unidades de conservação para a sociedade. Então, nas nossas unidades, a gente tem
2336 todas as categorias, nas diferentes formas de visitação. Então, esse slide, ele mostra um
2337 pouco para a gente das diversidades que a gente tem de opções, de atividades, de
2338 formas que a gente tem de visitar as unidades. Então, seja através de uma caminhada,

2339 ou através de um passeio de mountain bike, mergulho, uma escalada. Então, formas
2340 diversas que a gente tem de interagir com as unidades de conservação. Lembrando
2341 sempre que, quando a gente pensa... Então, até agradeço e parablenizo o Instituto Alana
2342 pela moção. Então, é importante que a gente tenha as unidades de conservação para
2343 todas as pessoas, então, que ela seja inclusiva, que ela tenha esse papel de conseguir
2344 abarcar grupos, famílias, grupos diversos e experiências diversas. E, assim, a gente
2345 tenha a sociedade muito mais próxima da gente, entendendo a importância da
2346 conservação das unidades. Então, a visitação tem esse papel de aproximar a sociedade
2347 conosco. Então, uma das frentes que a gente tem, não porque eu coordeno essa área,
2348 mas que eu considero das mais estratégicas para, de fato, a gente aproximar a sociedade
2349 das unidades de conservação. Pode passar. E nós, desde a criação do ICMBio... Então,
2350 um dado interessante é que, desde a nossa existência enquanto ICMBio, nós já
2351 aumentamos a visitação em mais de 600%, nesse contexto das unidades de conservação
2352 federais. Então, a cada ano, como vocês podem ver no gráfico, há um aumento
2353 significativo da visitação. Então, isso demonstra, além da gente estar tendo uma
2354 contagem melhor desses números de visitantes, mas também desse interesse das
2355 pessoas de estarem buscando as áreas naturais. Então, esse é um reflexo que a gente
2356 também tem no âmbito estadual, em vários estados. Mas, de cada vez mais, as pessoas
2357 verem a importância. Então, mais uma vez, isso denota um desafio para a gente de
2358 oportunizar melhores condições da visitação para essas pessoas. Então, ok, estamos
2359 conseguindo cumprir com o objetivo que é ter mais pessoas visitando as unidades. Mas,
2360 o que mais a gente pode oferecer em relação a isso? Pode passar.

2361 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2362 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só é interessante ver a pandemia ali. Uma
2363 pandemia muito bem marcada.

2364 **A SR^a. CARLA GUAITANELE (Coordenação Geral de Uso Público e Serviços**
2365 **Ambientais do ICMBio) –** Muito bem marcada. Inclusive, com a pandemia é isso. Várias
2366 unidades ficaram fechadas da visitação. Então, a gente teve uma interrupção. Mas, ao
2367 mesmo tempo, secretário, a gente teve essa retomada muito rápida e muito intensificada
2368 com essa busca mesmo por ambientes abertos e de as pessoas começarem cada vez

2369 mais a associar a visitação com saúde. Então, é algo que a gente pouco falava, que a
2370 gente pouco trabalhava e, cada vez mais, a gente entendendo que estar no meio
2371 ambiente é também a gente trabalhar com a nossa saúde, seja ela física como a mental.
2372 Então, acho que esse é um desafio nosso ainda, de cada vez trabalhar mais nessa frente.
2373 Mas, para a gente, é muito claro que essa retomada da pandemia foi muito importante
2374 nesse ponto. Então, para a gente conseguir ofertar uma maior experiência para o
2375 visitante, para que a gente tenha essas melhores condições com esse aumento, então,
2376 nós trabalhamos aí com um rol de diretrizes, regulamentos, no âmbito do ICMBio, para
2377 que a gente consiga trabalhar de forma bem organizada e ter uma diretriz macro com que
2378 a gente consiga, como eu falei lá naquele slide anterior, ter experiências diversas, atender
2379 aos diversos públicos, mas de forma organizada. Então, trabalhando com esse
2380 planejamento, com a estruturação, com padrões, que a gente possa olhar para o Brasil e
2381 ver uma lógica no que a gente vem fazendo. É esse aqui? Ah, porque eu não consigo
2382 daqui. Então, aqui são os exemplos para vocês, de algumas publicações que a gente
2383 tem. Quem for na sexta-feira, no aniversário do ICMBio, vai conseguir ter acesso a
2384 algumas cópias que a gente distribuí, mas todas também estão online. E a gente acaba
2385 fazendo uma troca muito grande com os estados também, em relação a essas diretrizes
2386 que a gente tem de forma geral, que denota isso, desde o planejamento, até a contagem
2387 do número de visitantes, por exemplo, sinalização de trilhas e etc. Quer que eu tente? Eu
2388 só pedia para a gente acelerar um pouco e nós temos outras apresentações, por favor.
2389 Ok. Então, o que a gente busca? Essa diversidade, a gente ter estruturas diversas,
2390 desde uma implementação mais baixa até uma mais alta. Então, tem áreas que a gente
2391 tem menos estrutura e é esse o perfil da unidade de conservação e outros que a gente
2392 tem mais estrutura, que esse é o perfil da unidade de conservação. Então, é importante
2393 que a gente tenha, a gente não tenha um ideal de uma unidade de conservação bem
2394 implementada, mas que a gente percorra por todos esses modelos. E aí, para isso, para
2395 que a gente consiga cada vez mais oportunizar uma melhor experiência, é importante
2396 que a gente tenha as atividades atreladas a alguns serviços. Então, assim como a gente
2397 pode fazer uma caminhada, como eu mostrei naquelas fotos anteriores, a gente pode
2398 fazer uma caminhada com um contorno de visitantes, um passeio náutico junto à
2399 embarcação. Então, esses serviços diversos que conseguem oportunizar para que o

2400 visitante tenha uma melhor experiência. Então, aqui alguns modelinhos para vocês. E aí,
2401 nós trabalhamos com três instrumentos, que são as autorizações, as permissões e as
2402 concessões. Não cabe hoje aqui a gente explicar os detalhes, mas a gente pode
2403 disponibilizar a apresentação. Mas, cada um deles é aplicável em determinado caso, em
2404 determinada formalização do serviço, e depende muito desse escopo da unidade de
2405 conservação. Então, nós temos hoje, o nosso diagnóstico hoje, nós temos 48 unidades
2406 de conservação que têm algum tipo de serviço sendo prestado formalmente. Nesses três
2407 instrumentos, então, nós temos 11 concessões, 7 permissões e quase mais de 4.500
2408 autorizados, já que é uma autorização emitida para a pessoa física. Então, aqui mais um
2409 mapa para mostrar que é uma distribuição grande pelo Brasil, de unidades que ofertam
2410 algum serviço e com isso conseguem oportunizar uma melhor experiência para o
2411 visitante. Bem, nas autorizações, então, nós temos algumas portarias que nos direcionam
2412 quais serviços que são os mais procurados, que a gente formaliza para que a gente tenha
2413 esse prestador de serviço. Então, aqui com alguns destaques, como alimentos, ou
2414 condição de visitantes. Então, mais para mostrar para vocês esse universo que a gente
2415 tem nessa modalidade. Então, esse é um instrumento que ele é bem utilizado quando a
2416 gente trabalha muito com o entorno das unidades de conservação, com aqueles
2417 prestadores de serviço que vivem ali nos arredores, que trabalham já diretamente, que
2418 vivem, e dependem da unidade de conservação, em contextos diversos. Já as
2419 permissões, então, em geral, é como se fosse uma locação de algum imóvel, alguma
2420 estrutura que a unidade de conservação já tem. Então, alguns casos, algumas lojinhas,
2421 lanchonetes, algumas hospedarias. Então, são casos típicos da gente trabalhar com
2422 permissões. Também tem menores investimentos, então, são estruturas mais simples e
2423 contratos também mais simplificados. Já com as concessões, então, já tem, a primeira
2424 concessão, ela vem aí de 98, com Iguaçu. Hoje, a gente já tem novos contratos, tanto em
2425 Iguaçu, como em outras unidades. Então, totalizando 11 contratos vigentes, sendo dois
2426 assinados esse ano, que vão começar a operar esse ano, que é Jericoacoara e
2427 Guimarães. Cinco já encerrados, então, vem nesse processo de aperfeiçoamento, de
2428 finalizar contrato, iniciar outro. E isso, esses 11 contratos, a gente tem unidades de
2429 conservação, como Iguaçu, que são três contratos de concessão, Tijuca tem dois
2430 contratos. Então, o contrato, ele não significa que é a totalidade da unidade de

2431 conservação, mas é um conjunto de serviços. Em algumas unidades, a gente tendo mais
2432 serviços e outras menos serviços. Depende do contexto. Bem, então, pensando, olhando
2433 para frente, a gente tem, esse ano, como eu comentei, dois contratos que a gente assinou
2434 esse ano, então, Jericoacoara e Guimarães. Estamos em estudo com o Parque Nacional
2435 da Serra dos Órgãos, que teve um contrato finalizado. Então, a gente está agora nessa
2436 etapa de discussão do próximo contrato. Assim como o Parque Nacional de Brasília,
2437 Floresta Nacional de Brasília. Também uma base de pesquisa nossa, que é a do Peixe
2438 Boi, em Itamaracá. E ainda a Fernando de Noronha, também, que a gente está iniciando
2439 agora nesse semestre. Então, isso mostrando um pouquinho para vocês o escopo do
2440 trabalho. Neste caso aqui, eu estou mostrando apenas as concessões. Também para
2441 mostrar que a gente tem um processo, que ele é longo, dando destaque ali que a gente
2442 sempre tem o TCU junto conosco, para aprovar todo esse processo que a gente tem de
2443 elaborar um novo contrato de concessão. Então, a gente passa, a gente sai, quando a
2444 gente publica o edital de concessão, a gente sai com essa validação do TCU, validando
2445 que aquele processo é legítimo, que ele faz sentido, que ele está seguindo todos os
2446 padrões que a gente tem quanto à administração pública. Então, o mapa já de
2447 concessões, ele não é tão abrangente como a gente tem em outras delegações. Então,
2448 depende muito da unidade ter um porte de visitação que consiga ter esse porte de
2449 investimentos também. Então, tendo aí unidades no Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-
2450 Oeste, a gente não tem nenhuma concessão no Norte, por exemplo. E aqui algumas fotos
2451 mais para demonstrar alguns ganhos que a gente vem tendo com os contratos, como
2452 revitalizações de bens públicos, de imóveis públicos, inclusive tombados pelo IPHAN.
2453 Também acessos diversos a atrativos que a gente tem no parque, que dá essa
2454 oportunidade de conhecer outros modais de transporte também, como o trem do
2455 Corcovado. Estruturas robustas também, que a gente não teria em uma unidade que não
2456 tivesse serviços, necessidade de serviços sendo ofertados. Então, aqui mostrando portas
2457 maiores. Por outro lado, a gente tem também muito forte, que cada contrato que a gente
2458 tem, a gente tenta trazer esse componente da acessibilidade, não somente nessa
2459 questão do acesso universal, como cadeirante, mas também com grupos escolares, com
2460 famílias, mas todos os perfis de público e que a gente consiga ter estrutura para esses
2461 públicos em geral. Então, em geral, são as unidades que a gente mais tem, esses

2462 públicos que algumas unidades não conseguem chegar se não tiver uma estrutura
2463 adequada. Também, enfim, aqui mostrando um pouquinho essa diversidade de serviços
2464 diversos. Então, vai desde uma trilha suspensa, algumas atividades de aventura, como
2465 também a área de camping. Então, há uma diversidade de possibilidades nesses
2466 contratos que a gente pode vir a ter. E também, a gente não está falando só de prédios
2467 gigantescos, mas de infraestrutura mínima, como sinalização, manutenção de trilha,
2468 pequenas estruturas mesmo de apoio à visitação em trilhas. Então, tudo isso faz parte
2469 desse nosso olhar de planejamento para a visitação nas unidades de conservação. Bem,
2470 já indo para a fase final, então, nesses contratos mais recentes, a gente vem com alguns
2471 componentes que são novidade para a gente, como os encargos acessórios ou macro
2472 temas, que, quando a gente tem a arrecadação da unidade de conservação, não indo
2473 todo para o caixa único, mas sendo revertido diretamente para o sistema, para a unidade
2474 de conservação. Então, com isso, a gente consegue trabalhar com aquele entorno, com
2475 unidade, com outras frentes de trabalho, trazendo mais facilidade de investimentos,
2476 enfim, e outras frentes de trabalho, como mesmo a pesquisa, como ações de educação
2477 ambiental, mas a gente consegue aportar recursos diretamente para o sistema. Também
2478 temos no contrato alguns projetos que a gente prevê, como contrapartidas, isso aqui é
2479 um pouco mais antigo, então é quando a gente não tinha esse mecanismo dos encargos
2480 acessórios, mas também já aplicando em projetos do entorno das unidades de
2481 conservação. E, aqui, já fechando, então, a nossa gestão dos contratos é feita pelo
2482 ICMBio, então, a gente está aqui com a chefe de visão, que é a Thais. Então, é um
2483 trabalho que ele é feito por um conjunto de especialistas numa estrutura que ele é
2484 pequena, frente a esse potencial que a gente tem de novos contratos, mas a gente
2485 trabalha com todas as etapas da revisão do contrato, acompanhamento, então, análise
2486 jurídica, econômica, financeira, enfim, todo esse rol, ele é feito diretamente pelo ICMBio.
2487 E, aqui, mais um slide demonstrando essa complexidade, então, como eu mostrei, a parte
2488 contábil, administrativa, jurídica, feita aqui por nós. Enfim, e aqui para, agora, nesse slide
2489 final, querendo agradecer a todos e demonstrando que nós fazemos, quando a gente
2490 trabalha num processo de delegação de serviço, seja ele uma concessão, uma permissão
2491 e uma autorização, esses instrumentos, eles são apenas o meio de que a gente alcance

2492 aquele objetivo maior que a gente pretende, que é que mais pessoas de diversos perfis
2493 consigam estar nesse ambiente que são as unidades de conservação. É isso. Obrigada.

2494 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2495 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Isso é interessante, essa apresentação.
2496 Parabéns, aí, pela apresentação. E interessante porque, quando foi recentemente
2497 anunciada a concessão de Jericoacoara e do Parque Nacional da Chapada dos
2498 Guimarães, surgiu muita discussão nas redes sociais da acusação de privatização dos
2499 parques. Esse assunto foi muito ventilado. E o importante aqui é mostrar exatamente
2500 isso. Não se trata, quando se faz uma concessão, não se trata de transferir a gestão do
2501 parque ou da unidade de conservação. Se trata apenas de conceder as atividades de
2502 uso público, de acesso, de visitação pública. A responsabilidade pela integridade da
2503 unidade permanece do poder público, do ICMBIO no caso, assim como o poder de
2504 fiscalização, etc., permanece. E também a gestão do contrato, caso o concessionário não
2505 siga o que está previsto no contrato, tem autuações, punições, inclusive o episódio de
2506 cancelamento do contrato. Então, só para deixar claro que isso, de fato, é uma forma de
2507 dinamizar o acesso público com mais qualidade, mais eficiência, para aumentar ainda
2508 mais aquele gráfico. E, quem sabe, um dia a gente possa ter, nas unidades de
2509 conservação, o volume de visitas que elas merecem e que os brasileiros precisam. Muito
2510 obrigado. Algum comentário, algum [ininteligível] adicional? Por favor.

2511 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - Suplente (Região Sudeste -**
2512 **Instituto Guaicuy)** – Obrigado, [ininteligível], pela apresentação, realmente, a gente
2513 precisa desse trabalho... Gustavo Malacco, Instituto Guaicuy. Esse trabalho forte, não é?
2514 Que as unidades sejam ocupadas de uma forma sustentável e esse patrimônio, o maior
2515 patrimônio que a gente tem. Agora, uma dúvida, uma coisa são as concessões
2516 tradicionais que têm a viabilidade financeira pela visitação. Eu sei que você apresentou
2517 o modelo ali, que foge, por exemplo, do Peraçu, que é uma concessão que a gente sabe
2518 que não tem viabilidade e acaba indo para o terceiro setor. O que está hoje assim na
2519 mesa? Porque a gente está passando a situação igual em Minas. Minas também teve
2520 esses dois modelos, o modelo tradicional de ter um edital público para uma empresa com
2521 fins lucrativos. Mas que tipo de estratégia que a gente está pensando nos parques que

2522 hoje têm pouca visitação e que estão indo para o terceiro setor ou para associações, etc.,
2523 o Governo Federal? Porque uma coisa, uma empresa com fins lucrativos consegue um
2524 BNDES buscar um recurso. Mas aí, no terceiro setor, que tipo de política hoje, está hoje
2525 no MMA, às vezes pensando alguma coisa com os bancos públicos, aí há fundo perdido.
2526 Se isso tem, por exemplo, também nas unidades de proteção integral, porque a gente
2527 está trocando experiências com quem tem, por exemplo, o Instituto Ecos. Agora, hoje, no
2528 Peruaçu, a gente está [ininteligível], não é? Pelo Guaicuy, e tem no Parque Estadual em
2529 Minas Gerais, recentemente. Porque também a gente vai passar um grave problema se
2530 as concessões forem para as entidades sem fins lucrativos, mas também não houver
2531 uma política pública também que possa buscar recursos para justamente a infraestrutura
2532 do parque. Porque tem que ter os dois modelos, porque não vai ter uma boa parcela das
2533 nossas UCs que elas não vão conseguir, por todas as dificuldades que a gente tem de
2534 investimento. Porque eu acho essa outra saída muito boa, em relação a entidades sem
2535 fins lucrativos, a organizações da sociedade civil. Eu queria só entender como é que o
2536 governo federal hoje está pensando isso. Obrigado. E parabéns pelo trabalho.

2537 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2538 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Oh Daniel quer fazer uma colocação?

2539 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –**
2540 Coincidentemente, essa semana, a gente esteve debruçado exatamente sobre esse
2541 tema. A gente está tentando reformular os marcos normativos para diversificar as
2542 modalidades de oferecimento de condições de uso público de recriação para a
2543 população. A gente sabe que nem todas as unidades têm atrativos que justifiquem um
2544 modelo, por exemplo, de Iguaçu. E a gente tem trabalhado com a perspectiva de
2545 conseguir isso concreto, em breve. As alterações normativas para a gente dar um salto
2546 nisso, inclusive, em relação, como você bem pontuou, que é uma preocupação do
2547 Ministério, do ICMBIO, em relação às unidades que não têm um apelo nacional, mas têm
2548 um apelo, inclusive, local. Um exemplo que eu dou aqui, clássico, a forma de Brasília,
2549 que tem uma visitação significativa, uma visitação dos moradores ali. Então, a gente está
2550 desenhando este modelo a uma mobilização dos órgãos. Eu acho que a gente vai ter
2551 notícia boa em breve.

2552 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2553 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Na realidade, toda a unidade de conservação
2554 foi criada por ter atributos naturais relevantes. Então, eu acho que o desafio nosso é de
2555 criar capacidade de investimento para que todas as unidades de conservação sejam, de
2556 fato, áreas de visitação. Claro que tem aquelas que não podem, conforme prevê o SNUC,
2557 mas aquelas onde o turismo, a visitação é permitida, ela deve ser garantida. Eu acho que
2558 isso é um dever do Poder Público, é garantir o acesso. Nós não podemos conviver com
2559 unidades de conservação fechadas porque não têm infraestrutura. Isso é inaceitável. Isso
2560 tem a ver com o que você coloca, Gustavo. Muitas unidades não são atrativas para a
2561 montagem de um negócio. Porque as empresas que operam nas concessões são
2562 empresas que operam em cima de resultados. E muitas delas, muitas unidades ainda
2563 não têm esse potencial, mas o esforço de investimento no conjunto das unidades é o que
2564 está sendo trabalhado. Inclusive, com recursos da compensação ambiental. Nós temos,
2565 desde o ano passado, nós destravamos o processo, que estava praticamente paralisado,
2566 de destinação de recursos de compensação ambiental, de projetos de licenciamento
2567 federal, cuja destinação é para o fortalecimento, realização fundiária, e a implantação de
2568 unidades de conservação. Então, nós temos tido um conjunto intenso de reuniões da
2569 Câmara Técnica, que analisa as concessões, e priorizando sempre que possível,
2570 exatamente isso, dotar o conjunto das unidades de conservação de infraestrutura, de
2571 visitação que aumentem o fluxo turístico e de visitação pública. Muito bem. Por favor,
2572 César.

2573 **O SR. CÉSAR** – Também gostaria de parabenizar, realmente é uma iniciativa muito
2574 importante, e acho que devemos realmente cada vez implementar mais essa atividade.
2575 Agora, uma preocupação que nos toca, é em relação a determinadas áreas de parques
2576 que pesquisas indicam que não deveria ter visitação naquelas áreas, e muitas vezes isso
2577 não é devidamente considerado, quer dizer, algumas vezes, não diria muitas. Cito um
2578 exemplo de um debate amplo que teve aqui no Parque Nacional de Brasília, em que
2579 pesquisadores que atuam aqui há 40 anos, estavam contrários a determinadas trilhas em
2580 alguns lugares do parque. Mas, a discussão foi difícil, e acabou que não chegou a um
2581 consenso. Mas, enfim, vai haver um processo de monitoramento dessa visitação, e eu só
2582 queria deixar registrado a importância de também se levar de forma forte, em

2583 consideração, essa questão dos impactos à biodiversidade e ao mesmo... ao ambiente
2584 do parque. O Parque Nacional de Brasília é uma área única, é praticamente uma ilha, e
2585 talvez a maior área conservada aqui no Distrito Federal. Então, tem que ter muito cuidado
2586 na visitação em alguns lugares do parque. Era basicamente isso. Obrigado.

2587 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2588 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, isso é fundamental esse seu comentário,
2589 mas isso está garantido, ou deveria estar garantido no Plano de Manejo. O Plano de
2590 Manejo é o instrumento de planejamento das unidades de conservação, inclusive para a
2591 definição de áreas restritas e a vocação do zoneamento do parque. Então, se isso está
2592 acontecendo, certamente é uma falha do Plano de Manejo, ou o plano de manejo
2593 aprovado previa essa visitação. Eu não sei o caso específico que você cita, mas
2594 realmente, sem Plano de Manejo, é inviável. Inclusive, também no âmbito da Câmara de
2595 Compensação Ambiental, uma das diretrizes fortes é garantir que todas as unidades de
2596 conservação estejam com seus Planos de Manejo atualizados. E as concessões exigem
2597 Planos de Manejo atualizados. Então, eu acredito que está correto e isso tem que ser
2598 uma observação e isso tem que ser observado, de fato, pelo ICMBIO de forma bastante
2599 importante. Muito bem. Pois não, só para uma última intervenção, porque nós temos
2600 outros pontos de pauta. Inclusive, tenho aí uma dívida que foi pedido que abrisse um
2601 espaço para fazer algumas observações em relação à apresentação feita antes do
2602 almoço. Eu vou abrir no final para isso. Por favor.

2603 **A SR^a. CARLA GUAITANELE** – Só agradecer a pergunta do César, que deu um ponto
2604 que eu não coloquei aqui, porque tem que ser enxuta a apresentação, mas é premissa
2605 ter plano de manejo aprovado, que seja atualizado, plano de uso público, área
2606 regularizada. Isso é premissa. A gente nem começa um processo de concessão se não
2607 tiver cumprido essas premissas. E outra que entra como indicador de desempenho do
2608 contrato, monitorar impacto e etc., então, está tudo bem amarradinho, porque o contrato
2609 não é só chegar e prestar um serviço, mas tem que demonstrar que aquela visitação não
2610 está causando impacto para a unidade. Então, é tudo bem amarradinho, está bom?
2611 Obrigada.

2612 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2613 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Obrigado. Então, agora chamo a
2614 nossa secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, professora Rita
2615 Mesquita, para tratar da preparação do governo brasileiro para a Conferência das Nações
2616 Unidas sobre a Diversidade Biológica COP16 e implementação da Convenção sobre a
2617 Diversidade Biológica. Por favor, com a palavra a Rita Mesquita.

2618 **A SR^a. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**
2619 **– MMA)** – Você vai passar lá para mim? Como é que eu faço aqui? Está bom. Boa tarde
2620 a todos. Muito obrigada. Muita coisa para falar em pouco tempo. Depois de uma
2621 apresentação tão bonita, eu acho que é um pouco difícil de competir visualmente com a
2622 apresentação da Carlinha, mas eu queria primeiro... então, eu fiz um apanhado muito
2623 breve e sucinto, apenas para reportar a vocês o que temos feito com relação a essa
2624 temática, tanto da preparação para a COP, quanto também das entregas e das posições
2625 do governo brasileiro na COP16 da biodiversidade. Então, eu sintetizei aqui alguns dos
2626 temas prioritários que a gente considera para tratar. E vou tentar ler muito rapidamente
2627 uma discussão muito importante sobre o uso da informação de sequências genéticas, e,
2628 por favor, reparem que algumas dessas temáticas, elas pertencem, de fato, a outras
2629 secretarias. Então, a Secretaria de Biodiversidade ela tem um papel importante nessa
2630 COP, mas a temática, ela tem uma capilaridade pelo Ministério, em outros setores e com
2631 outras organizações. Essa, por exemplo, é uma temática liderada pela Secretaria de
2632 Bioeconomia, hoje. Então, muito importante destacar. O outro, também, o Programa do
2633 Trabalho, art. 8, J, o governo brasileiro teve um papel importante promovendo uma
2634 reunião e uma visita técnica na Amazônia no ano passado, e dessas iniciativas se saiu a
2635 proposição da criação de um novo órgão subsidiário para focar em conhecimento
2636 tradicional e práticas tradicionais, assunto e temática que é liderada pela nossa SNPCT,
2637 Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais.

2638 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2639 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só completando aqui, desculpe interromper,
2640 Rita, mas esse art. 8, J, para quem não está familiarizado, é um artigo que trata do
2641 conhecimento tradicional associado à biodiversidade, ao uso da biodiversidade,

2642 repartição justa de benefícios, ou seja, é um instrumento importantíssimo da Convenção,
2643 que inovou ao trazer esse reconhecimento dos direitos das populações tradicionais e
2644 povos indígenas, e a criação de um novo órgão subsidiário significa dizer que seria um
2645 órgão das Nações Unidas para gerenciar, acompanhar como ele tem sido implementado,
2646 vem sendo implementado no âmbito dos países signatários da Convenção. É realmente
2647 um passo muito importante.

2648 **A SR^a. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**
2649 **– MMA)** – Essa é uma temática muito importante que a gente, o Brasil, como país, teve
2650 um papel muito importante na proposição da necessidade desse órgão e de fortalecer
2651 toda essa discussão. Nós também vamos ter uma discussão importante da definição dos
2652 indicadores, do *framework*, e isso é muito importante, porque essa COP está sendo vista
2653 como aquela COP que é para ancorar todo o planejamento, todas as metas, agora em
2654 execuções concretas, então a gente tem também uma grande responsabilidade ao
2655 reportar, e isso é a próxima coisa ali, tanto a parte de mobilização de recursos para o
2656 fundo da biodiversidade, como também os países membros vão ser... Espera-se a
2657 apresentação das suas EPANBs, das suas estratégias e planos de ação nacional, e eu
2658 vou falar um pouquinho mais à frente para vocês sobre como isso está no Brasil, mas
2659 essa COP era esperado que os países trouxessem os avanços nos seus planejamentos,
2660 nas suas EPANBs. Muito tem-se falado sobre a sinergia entre as convenções, acho que
2661 essa é uma temática também bastante importante, nós vamos ter as três convenções
2662 agora nessa segunda metade do ano, então dá para imaginar como esse assunto
2663 também vai ter grande visibilidade e relevância nesta COP. Biodiversidade marinha,
2664 espécies exóticas e o tráfico de espécies silvestres são outros temas que a gente também
2665 visualiza como de importância. A delegação brasileira, o que eu posso reportar aqui
2666 nesse momento é que o MMA já identificou a sua lista de participantes, mas o
2667 credenciamento e a definição final é feita pelo MRE. Organizações que gostariam de
2668 acompanhar, ou como delegados, ou como ouvintes, acompanhantes, precisam se dirigir
2669 ao Ministério de Relações Exteriores, são eles que capitaneiam essa atividade e que, até
2670 o momento, nós ainda não temos informação sobre a participação de outros ministérios
2671 e outras instituições públicas. Então, neste momento ainda estamos trabalhando
2672 internamente no âmbito do Ministério. Ao mesmo tempo, nós já recebemos, porque tem

2673 uma relativa assincronia, mas o prazo para apresentação de propostas de eventos
2674 paralelos já se esgotou e foi um número muito grande de eventos paralelos. Os eventos
2675 ainda, existe uma sinalização de que, provavelmente, na próxima semana eles devem
2676 divulgar a lista dos que foram selecionados, mas a gente está se antecipando de que é
2677 provável que muitos dos eventos que nós mesmos apresentamos, enquanto país, em
2678 não serem selecionados, possam ainda acontecer no âmbito do Espaço Brasil, que é um
2679 espaço que o Ministério e o governo brasileiro vai ter nesta COP. Então, só para dar uma
2680 ideia, a gente identificou mais de 50 eventos, mais ou menos 50% propostos por
2681 organizações parceiras e outros 50% pelo Ministério e suas vinculadas. Então, o
2682 Ministério em si recebeu, encaminhou 9 *side events* oficiais, embora que alguns eventos
2683 foram registrados na plataforma sem passar pela chancela, mesmo sendo do Ministério.
2684 Então, por isso que tem ali 13. Nós identificamos pelo menos 9 significativas entregas
2685 para levar nesta COP, que eu vou reportar já, já. E estes eventos estão organizados em
2686 13 temas. E aí, só para dar uma ideia, eu não vou ficar lendo estes numerinhos, mas
2687 estes são os 13 temas e dá para ver que em alguns temas a gente tem muito pouca
2688 apresentação de eventos. Um evento, dois, e outros temas com um número maior. Então,
2689 quando a gente soma tudo aí, só entre os *side events* e os eventos propostos no Espaço
2690 Brasil, nós temos 70 eventos já identificados. E aí, isso nos leva, então, a ter que aguardar
2691 para saber quais eventos serão realmente selecionados para a parte formal dos *side*
2692 *events*. E, depois, como nós vamos ser capazes de abrigar tamanha diversidade temática
2693 e de propostas. Isso porque o espaço que a gente vai ter lá é um espaço de um único
2694 auditório. Então, nós somente temos este um espaço, embora muitos parceiros estão
2695 organizando eventos em outros espaços e já convidaram e fizeram toda uma articulação
2696 para que a gente possa também participar e ocupar. E estamos em tratativas e
2697 acompanhamento sobre isso. É um espaço que cabe mais ou menos 50 pessoas, tem
2698 uma sala de reuniões relativamente pequena, mas esse é o único espaço que nós
2699 teremos. Houve uma solicitação do próprio Itamaraty de que nós não ocupássemos o
2700 horário do almoço, que é o horário dos *side events*. Então, com isso, a gente teria eventos
2701 pela manhã e eventos pela tarde, o que também ainda limita ainda mais nossa
2702 capacidade. Isso aqui é só um outro ângulo do mesmo espaço, como ele está mais ou
2703 menos concebido. Bom, nossa intenção para participar dessa COP, primeiro de tudo, nós

2704 identificamos 36 documentos oficiais que já foram revisados pelos setores pertinentes do
2705 Ministério. Esses documentos têm mais de 300 páginas de recomendações, mais de 575
2706 parágrafos com colchetes, que é aquela coisa, cada palavra precisa ser negociada, então
2707 dá para imaginar a dimensão que vai ser desses diálogos, dessas negociações. Nós já
2708 encaminhamos isso para a nossa assessoria de cooperação internacional, que está
2709 compilando todas as contribuições recebidas do Ministério e repassa isso ao MRE, e aí
2710 a gente vai, junto com o MRE, a partir de setembro, de fato, discutir em mais detalhe o
2711 que alguém perguntou, quais são as posições que o Brasil vai levar. Bom, a gente ainda
2712 está nesse processo de construção desses entendimentos. O que a gente espera,
2713 também, é participar das decisões das outras... a gente tem o Protocolo de Cartagena e
2714 o Protocolo de Nagoia acontecendo simultaneamente também. Também, nós estamos
2715 trabalhando muito duro para tentar anunciar as metas estratégicas da nossa política
2716 nacional, estratégia nacional para a biodiversidade. Isso está em processo, e eu já reporto
2717 como estamos. E detalhes, também, do fundo Florestas Tropicais para Sempre, que é
2718 uma iniciativa que o Ministério vem capitalizando e que a gente vai ter momentos para
2719 esse anúncio e essas discussões ali. Também anunciar alguns progressos na
2720 implementação do marco, como em Montreal, que temos tido, e os eventos do Espaço
2721 Brasil. A EPANB, que é a nossa estratégia, nós iniciamos desde maio do ano passado, a
2722 gente vem conduzindo isso por meio do nosso Departamento de Conservação da
2723 Biodiversidade, a DCBIO, sobre liderança do Bráulio Dias e de toda a equipe da DCBIO.
2724 Nós iniciamos o ano passado com uma consulta online, nós recebemos mais de 400
2725 manifestações. Essas manifestações, então, foram o ponto de partida sobre novas
2726 redações ou inovações para trazer para isso. E, de lá para cá, nós já realizamos uma
2727 série de oficinas setoriais. Então, neste *slide* aí, tudo o que está aí já aconteceu. E a
2728 gente já teve oficinas com os governos estaduais, governo federal, setor empresarial,
2729 povos indígenas e comunidades tradicionais, sociedade civil e academia. Ao todo, cerca
2730 de 1.000 pessoas já passaram por esses espaços de construção. E, neste *slide*, é tudo
2731 o que está acontecendo agora ou vai acontecer daqui até a COP. Então, dá para ver que
2732 a gente... Bom, temos programado uma consulta, que é uma oficina nacional, porque, até
2733 o momento, todos os nossos diálogos foram setoriais. E, nesta oficina nacional, nós
2734 vamos trazer todos os setores juntos, justamente para que se compreenda também as

2735 posições de diferentes setores. Uma vez a gente tendo a versão final, que está em
2736 deliberação por um GT que foi criado, que incorpora a representação de todos os setores
2737 relevantes, pertinentes aqui do Ministério do Meio Ambiente, justamente para uma
2738 revisão de redações, para a consolidação e busca de construção de uma linguagem que
2739 ajude também a explicar um pouco desses objetivos, ela deverá ser apresentada à
2740 Comissão... à CONABIO, a Comissão Nacional da Biodiversidade. Neste momento, nós
2741 estamos no processo da seleção das organizações da sociedade civil, das
2742 representações da sociedade civil na CONABIO. Nós recebemos 90 manifestações de
2743 organizações de todos os biomas e, em todos os biomas, nós tivemos candidatos e
2744 tivemos instituições registradas interessadas em participar das votações. Então, isso é
2745 muito bom e também, assim, foi um pouquinho a questão de comprovação de
2746 documentos e tudo. Então, a gente sente que temos uma relação de organizações que
2747 são organizações que estão atuando, que estão ativas, que estão em funcionamento,
2748 participando desse processo no momento. Então, assim que concluir, a gente estará apto
2749 aí a fazer a convocação de membros, precisa publicar a portaria de membros, para a
2750 gente poder aí convocar para a primeira reunião de instalação da CONABIO. E, nesta
2751 reunião, uma das coisas relevantes é apreciar as metas estratégicas da nossa EPANB.
2752 Nós entendemos que existem vários elementos dessa estratégia que virão pós COP. Nós
2753 temos que ter plano de monitoramento, plano de comunicação, plano de financiamento,
2754 implementação, isso tudo vai vir depois, e temos que ter um plano de ação. Nós vamos
2755 dar um pontapé inicial nesse plano de ação, mas, de modo algum, ele se esgota na
2756 Oficina Nacional. A Oficina Nacional seria o primeiro passo da definição desse plano. E,
2757 certamente, a articulação política que precisa ser feita para que a EPANB, de fato, ela
2758 seja uma política do Estado brasileiro. Ela não é uma política apenas do Ministério do
2759 Meio Ambiente, não é uma política só da área ambiental. Ela é uma política do Estado.
2760 Algumas das entregas que a gente acredita que vamos conseguir fazer até a COP, nós
2761 estamos trabalhando para isso, pode ser que alguma coisa a gente não consiga concluir
2762 a tempo, mas, certamente, a EPANB. Ontem nós reunimos a CONAVEG e aprovamos o
2763 plano preliminar, que é o PLANAVEG, que é o plano de recuperação da vegetação nativa
2764 brasileira e nós pretendemos anunciar esse plano lá, que é um plano muito importante e
2765 muito central na questão da recuperação da vegetação nativa. Estamos trabalhando no

2766 Decreto de Regulamentação de Resex. O Programa Nacional de Manejo Florestal
2767 Comunitário e Familiar. Vamos ter um lançamento de dados de vegetação secundária na
2768 regeneração atrelada ao TerraClass, que vai ser muito importante também na política do
2769 PLANAVEG de regularização de propriedades. A SBC de Bioeconomia vai entregar o
2770 Programa Nacional da Socioeconomia. A de Qualidade Ambiental vai apresentar
2771 resultados do monitoramento da qualidade ambiental na área da terra indígena
2772 Yanomami e um TED com a Embrapa para monitoramento de agrotóxicos. Junto com o
2773 ICMBIO, a gente pretende levar uma amostra das áreas protegidas criadas e dos estudos
2774 para destinação, as áreas prioritárias dos estudos que nós já identificamos. Estamos hoje
2775 já com foco em cerca de 10 milhões de hectares, só na Amazônia, para a realização de
2776 estudos para fins de destinação de terras públicas não destinadas, contribuindo assim
2777 para o PPCDAM. E o Decreto do Manejo Integrado do Fogo que o André Lima falou aqui
2778 hoje, que é uma coisa que há muito tempo se esperava e finalmente já está em plena
2779 execução, e a gente quer levar isso para lá. E o Departamento de Educação Ambiental,
2780 que também vai tratar sobre uma lei recente que coloca biodiversidade e mudança do
2781 clima nas agendas escolares, nos planos educacionais do Brasil, dentro da política de
2782 educação. É isso. Muito obrigada.

2783 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2784 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, secretária Rita. Rubens Bor, com
2785 a palavra.

2786 **O SR. RUBENS** – Muito obrigado à secretária Rita. Queria agradecer a ela em nome da
2787 bancada, porque essa apresentação atendeu um pedido que nós fizemos na Tribuna
2788 Livre, na reunião de março. A gente queria até muito mais coisas, eu sei que tem muita
2789 coisa para falar. Mas, aproveitando o teu último comentário aqui, da relação de
2790 biodiversidade e clima, só queria lembrar que esse ano nós temos uma situação quase
2791 que *sui generis*. Nós temos COP de biodiversidade, no mês seguinte, em novembro, COP
2792 de clima e em dezembro COP de desertificação. E isso que você falou, quer dizer, não
2793 sei se nas entregas aí não apareceu nada, talvez tenha, algo que relaciona a
2794 biodiversidade com a Caatinga e o semiárido. Nós sabemos que está havendo um
2795 processo de aridização, não sei se é essa a palavra, em regiões do Nordeste, inclusive

2796 avançando para fora das regiões do que é a área de abrangência da Convenção de
2797 Desertificação, inclusive, avançando para áreas do Cerrado que estariam fora do âmbito
2798 da Convenção de Desertificação. E na questão da educação, relacionar clima,
2799 biodiversidade e desertificação, especialmente para a população escolar no Nordeste.
2800 Então, queria saber se você tem algo a nos estimular sobre esses assuntos. Muito
2801 obrigado.

2802 **A SRª. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**
2803 **– MMA)** – Bom, é porque é muita coisa, aí a gente sintetiza, mas, por exemplo, dentre as
2804 entregas que a gente está colocando junto com o ICMBIO, nós temos dois projetos
2805 aprovados esse ano, justamente para Caatinga, um se chama Conecta Caatinga, que
2806 bebe de um programa do Ministério, que é o programa Conecta, que são as paisagens
2807 sustentáveis do Brasil, e o outro é o que a gente chama de ARCA, que ele bebe da fonte
2808 do ARPA, que são as áreas protegidas da Amazônia, mas a gente apresentou um GF
2809 que já foi aprovado para implementação e criação de novas unidades de conservação na
2810 Caatinga. Então, nesse assunto, a gente está fazendo a fusão ali das três, sim, porque
2811 nossas escolhas de locais têm a ver com recuperação de vegetação nativa da Caatinga,
2812 justamente nas áreas que estão sujeitas a desertificação, ao mesmo tempo que a gente
2813 precisa pensar em uma estabilização desse processo. Então, ali a gente conseguiu
2814 realmente trazer as três convenções e, na verdade, os departamentos que estão
2815 responsáveis por isso tiveram uma participação direta na produção desses projetos.
2816 Então, assim, eu acho que isso é uma das histórias de sucesso que a gente pode levar
2817 para lá e que a gente esse ano a gente já criou, o ano passado, a gente já teve uma
2818 unidade de conservação na Caatinga, o primeiro parque nacional na Caatinga, então isso
2819 também foi uma coisa importante que a gente tem que reportar como parte das nossas,
2820 da implementação dos próprios compromissos, quer dizer, de ampliar essas áreas e tudo
2821 mais. Então, assim, eu acho que tem histórias boas, sim.

2822 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2823 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Mais alguém que gostaria de fazer
2824 uso da palavra? Então, em não havendo não havendo, obrigado, secretária. E passamos
2825 de imediato para o último item aqui. As ações dos órgãos do SISNAMA frente à decisão

2826 do Supremo Tribunal Federal na ADPF 743 de 20 do 3 de 24, que determinou que o
2827 IBAMA e os governos estaduais, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente ou afins,
2828 tornem públicos em até 60 dias os dados referentes a autorizações de super estabilização
2829 nativa de vegetação e que a publicidade possa, passe a ser doravante à regra de
2830 referidos dados. Alan Jordani, do IBAMA, por favor, com a palavra. Lembrando a todos
2831 que teremos um seminário amanhã sobre esse tema. Vai ser aonde mesmo? Aqui no
2832 IBAMA. No auditório? Aqui neste auditório. Teremos um debate e uma discussão sobre
2833 isso amanhã. Estão todos convidados.

2834 **O SR. ALLAN JORDANI** – Boa tarde a todos. Meu nome é Allan Jordani. Eu estou,
2835 atualmente, como coordenador geral de gestão e monitoramento do uso da flora, pela
2836 Diretoria de Biodiversidade e Floresta do IBAMA. Vou falar aqui um pouco sobre a
2837 publicização dos dados, basicamente dados de autorização de desmatamento,
2838 autorização de supressão da vegetação, em atendimento a essa DPF 743, a decisão do
2839 STF. Aqui, só para trazer uma contextualização, a gente tem a previsão no artigo 35 do
2840 novo Código Florestal, a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, do uso do sistema
2841 nacional e de controle da origem do produto florestal. Quem é competente para fazer
2842 essa gestão é o IBAMA e, pelo artigo 35 do novo Código Florestal, todos os estados
2843 precisam ou utilizar o sistema nacional ou que o sistema próprio esteja diretamente
2844 integrado e que a gente tenha os dados no sistema federal de todos os tipos autorizativos
2845 que forem emitidos por esses estados. Então, a gente tem aqui, em azul escuro, os
2846 estados que utilizam o SINAFLORE e a exceção são os estados que possuem sistemas
2847 integrados, em azul claro, que é o Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato
2848 Grosso, Pará, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Um outro ponto que tem
2849 bastante a ver com o tipo autorizativo são... se relaciona ao produto florestal. A origem
2850 desse desmatamento é uma das origens desse produto da madeira nativa, que é o DOF,
2851 o Documento de Origem Florestal. Ele atua na etapa subsequente da cadeia produtiva,
2852 que garante a rastreabilidade do produto florestal, e é um outro dado que apesar de não
2853 estar explícito na decisão do STF, também é contemplado pela publicização e pela
2854 política nacional de dados abertos. Com relação ao DOF, a gente tem quase a totalidade
2855 dos estados da federação que se utilizam do sistema federal e apenas Mato Grosso e
2856 Pará que se utilizam do sistema próprio, que é o SISFLORA. Aqui, eu dividi... a ideia é

2857 contextualizar todo esse processo, onde que inicia a competência do IBAMA e onde que
2858 entra a competência dos estados e até dos municípios dentro desse processo de
2859 publicização dos tipos autorizativos. Como eu falei, o Sistema Nacional de Controle da
2860 Origem dos Produtos Florestais, ele é gerido pelo IBAMA, é a nossa competência, e a
2861 obrigação de todos os órgãos ambientais, estaduais e até municipais, de ou utilizarem o
2862 Sistema Nacional ou terem o sistema que, obrigatoriamente, se integre com o sistema
2863 com o SINAFLOR. E aí a gente tem alguns... passou aqui, só um momento. Então como
2864 eu estava falando, esse sistema ele é utilizado para tipos autorizativos que só propiciam
2865 o desmatamento, mas também para aqueles que geram o produto lenhoso. É outro ponto
2866 que a gente tem cobrado dentro das excursões do processo de construção dos sistemas
2867 e da integração por meio da API. A gente cobra que os estados façam a integração de
2868 todos esses dados e que utilizem o sistema também para tipos autorizativos que não
2869 geram o produto lenhoso. Uma das grandes vantagens do sistema é que a gente tem
2870 informações padronizadas. Hoje, a gente pensa em um universo de 27 unidades da
2871 federação, cada uma tem a sua particularidade dentro do processo autorizativo. A gente
2872 precisa ter padrões mínimos, apesar de a gente saber da diversidade do nosso território
2873 e da especificidade de cada região, a gente precisa ter padrões mínimos até para
2874 entender esses dados e poder trabalhar eles da melhor forma possível, para definição de
2875 políticas públicas. Então, a ideia de padronizar essas informações é um ponto que traz
2876 muita vantagem ao uso do SINAFLOR. De maneira complementar, o que a gente tem
2877 observado é que muitas dessas informações que tanto do sistema, quem utiliza o
2878 SINAFLOR, quanto de quem utiliza os sistemas integrados, é que esses dados muitas
2879 vezes precisam eles ser saneados. Às vezes, uma vírgula colocada num local errado
2880 muda a casa da ordem de mil, de milhares para milhões de metros cúbicos e isso acaba
2881 trazendo uma série de problemas para tratar esses dados. Se você olhar um painel de
2882 informações e não ter certeza do número de hectares de um determinado Estado, isso
2883 dificulta muito o processo de avaliação da política pública a ser melhor implementada no
2884 local. Então, dentro desse processo, o IBAMA construiu... está em fase de instituição de
2885 uma sala de situação, que o objetivo é justamente auditar esses dados e fazer o
2886 saneamento quando identificado. Então, em várias ocasiões, a gente tem observado que
2887 estados ou que utilizam o sistema integrado ou que utilizam o próprio SINAFLOR, erraram

2888 em algum tipo autorizativo, e aí você vê lá 5 milhões de metros cúbicos ou mais tantos
2889 milhões de hectares. É uma situação atípica e a gente tem feito esse trabalho de
2890 interlocução com os Estados e pedir que esse dado seja retificado. Não adianta eu ter
2891 esse dado público se eu não posso confiar no dado que está no sistema. Então, a nossa
2892 ideia é que, além de a gente disponibilizar os dados, que é o que a gente vai mostrar
2893 mais à frente, é que a gente tenha confiança que esses dados, eles representam a
2894 realidade do que a gente tem nos nossos sistemas de controle. E aí, uma outra vantagem
2895 de utilização do nosso sistema, que a gente é possível, pelo SINAFLOR, eu avaliar o
2896 processo autorizativo na íntegra. Diferentemente dos estados que têm dados integrados,
2897 que só a autorização é recepcionada dentro do sistema, quem utiliza o SINAFLOR, eu
2898 posso avaliar todos os pareceres, dados que foram apresentados, estudos de impacto
2899 ambiental e outras informações que são relevantes dentro desse processo de auditoria.
2900 Às vezes, se eu quiser identificar uma situação que ela é atípica, dentro do SINAFLOR
2901 eu tenho muito mais possibilidade de avaliar esses dados com uma melhor qualidade. E
2902 aí, vou falar um pouco sobre os estados com sistemas integrados, que é um outro desafio
2903 que a gente tem. Como eu falei, cada estado tem a sua sistemática e nem sempre esses
2904 dados são recepcionados da forma adequada, seja por limitação de tecnologia do próprio
2905 estado, seja por uma diferença da interpretação de um tipo autorizativo. Isso tem trazido
2906 uma série de dificuldades para a gente entender e tratar melhor essas informações no
2907 sistema federal. Então, é importante a integração de todas as autorizações emitidas.
2908 Como eu falei, independente da geração de aproveitamento do produto lenhoso. E aí, um
2909 dos pontos que tem gerado dificuldade é a ausência de... está indo sozinho, a ausência
2910 de conceituações padronizadas de tipos autorizativos. Só para um exemplo, a gente tem
2911 ASV e os alternativos de solo. Quando eu vou utilizar um tipo, quando eu vou utilizar
2912 outro? Então, essas situações geram muitas dificuldades de tratar esses dados da melhor
2913 forma. Dentro do IBAMA, e aí pela competência que o IBAMA tem de gerir o SINAFLOR,
2914 a gente está em um processo de alteração de uma instituição normativa, que a ideia é
2915 delimitar exatamente onde cada tipo autorizativo deve ser utilizado, e aí pela lógica do
2916 artigo 35 do Código Florestal, o Estado vai ser obrigado a se enquadrar naquele conceito
2917 definido pelo IBAMA. Em que pese a gente saber da competência de gestão ambiental
2918 do Estado, o artigo 35 do Código Florestal dá essa prerrogativa para a gente trabalhar

2919 esses dados e que tudo esteja organizado de uma melhor forma para a gente entender
2920 a informação do sistema. E aí uma outra dificuldade é a ausência de mecanismos para
2921 garantir a integralidade da recepção desses dados. Hoje, por exemplo, se eu pegar o
2922 estado do Mato Grosso, eu tenho as informações que eu recebi do sistema estadual, mas
2923 eu não sei falar se tudo aquilo que está autorizado no sistema estadual chegou no nosso
2924 sistema. E aí, dentro da... aí um ponto que a gente colocou como medida de atendimento
2925 à decisão do STF, dentro da nossa limitação também como órgão federal, é cobrar que...
2926 e a gente encaminhou aos estados, via ofício, os dados que o IBAMA tem dentro do
2927 SINAFLOR, que foram recepcionados e caberia... e cabe ao Estado fazer esse trabalho
2928 de checar, de auditoria dos dados daquilo que foi emitido por ele, até para... além de
2929 ser uma obrigação prevista no Código Florestal, para o cumprimento da decisão do STF.
2930 Então, esse é um ponto que a gente levou aos Estados. A gente só teve retorno de dois
2931 Estados, de Goiás e São Paulo. Então, é uma limitação dentro da nossa competência
2932 fazer esse cheque. É importante até o instrumento aqui do CONAMA que a gente possa
2933 trazer essa discussão e que os Estados respondam pelo menos dentro do processo
2934 judicial e a gente tenha um retorno dessa informação, porque, nesse momento, não está
2935 claro. Bom, vou tentar ser mais breve. Basicamente, um outro ponto que... E aí, como eu
2936 falei, a ausência de informação do processo autorizativo nos sistemas estaduais é uma
2937 outra dificuldade que a gente tem quando a gente fala de dados integrados. Eu vou trazer
2938 aqui um outro fator que não está... que não foi abordado na decisão do STF, mas que
2939 impacta muito a gente entender o cenário do desmatamento no país, que é a delegação
2940 de competência para municípios emitirem autorização. Esse ponto não foi abordado na
2941 decisão do STF, mas é importante a gente trazer essa discussão aqui, considerando que
2942 a gente tem representantes dos municípios, para a gente entender como que esse
2943 cenário está...

2944 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2945 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Marçal, eu estava falando justamente de
2946 municípios agora em.

2947 **O SR. ALLAN JORDANI** – Não, secretário, exatamente. É importante a gente trazer aqui
2948 para vocês entenderem a dimensão do problema que a gente tem observado. Hoje, a

2949 gente tem em média 5 mil municípios. Se eu já tenho uma situação bastante diversa
2950 quando eu trato de 27 unidades da federação, quiçá quando eu falo de 5 mil municípios.
2951 Imagina que se cada um tiver um entendimento, qual o tipo autorizativo que vai ser
2952 utilizado, e a gente percebe que é o que a gente tem visto. Eu vou trazer um *slide* mais
2953 na frente, que faz uma relação dos municípios que têm utilizado o SINAFLOR para emitir
2954 autorizações. E aí a gente precisa entender se esse município ele está competente para
2955 emitir autorização específica, porque dentro da L640, que delega a competência
2956 ambiental, a gente tem competências originárias do município que deveriam... que
2957 ensejam ele a utilizar o sistema nacional, mas a gente tem muita delegação feita de
2958 maneira inadequada do Estado para o município para autorizar desmatamento em áreas
2959 rurais, que é um ponto que ele está previsto na L640, mas tem vários critérios ali que
2960 precisam ser observados, e outras situações mais graves, ainda que o município está
2961 emitindo autorização sem sequer o Estado estar sabendo dessa autorização. O Estado
2962 não autorizou, ele está emitindo autorização, e nem utilizando o SINAFLOR... Está, ele
2963 vai lá e emite um documento no PDF, em um papel de pão praticamente, e isso, em tese,
2964 gera toda uma expectativa de facilitação do desmatamento, apesar de ele ter uma
2965 pretensa legalidade, a gente sabe o que a expectativa gera dentro do contexto, como que
2966 isso impulsiona o desmatamento, que em tese é ilegal, se não tem uma competência
2967 delegada que não está prevista na L640, ele não pode ser considerado legal. Então,
2968 como eu falei, a gente tem aí Estados que não utilizam, que o Estado sequer sabe do
2969 tipo autorizativo, e aí quando a gente fala, o artigo 5º da L640, ele estabelece condições
2970 para que o Estado delegue essa competência para o município, desde que ele tenha um
2971 ato de delegação formal, capacidade técnica e operacional, além de conselho de meio
2972 ambiente no município. E aí a gente tem situações, dentro desse processo de
2973 interlocução com os municípios, que o órgão ambiental do município sequer sabe o que
2974 é um inventário florestal, e está lá emitindo a autorização de desmatamento. Então, é um
2975 fator muito preocupante, a gente precisa trazer essa discussão atual, apesar do STF não
2976 ter abordado isso na DPF. E eu acho que é um ponto que a gente precisa avaliar, até
2977 porque o IBAMA, ele tem uma... Pensa-se, dentro de 27 unidades de federação, já é
2978 difícil entender o que está sendo, o que está chegando no sistema. Como a gente pode
2979 fazer isso com 5 mil municípios? Imagina a capilaridade para a gente fazer esse processo

2980 de avaliar se o município está emitindo autorização. Se está no SINAFLOR, eu consigo
2981 até avaliar, mas o que não está, eu não consigo nem ver. Então, é importante a gente
2982 entender a complexidade desse cenário e avaliar quais atores podem trabalhar dentro
2983 desse contexto. O Ministério Público dos Estados, eu imagino que seja um ator
2984 fundamental para trabalhar em parceria, dadas as limitações, tanto que o OEMAS tem e,
2985 mais ainda, o órgão federal fazer esse controle. Fora, como eu falei, a grande quantidade
2986 de erros nas autorizações que a gente observa. Aqui, só um exemplo para vocês. Esse
2987 é o painel de dados do IBAMA. Eu tenho hoje 528 municípios emitindo autorizações do
2988 SINAFLOR. Esses dados significam que eles estão emitindo autorização, mas também
2989 não quer dizer que eles tenham delegação formal do Estado, e também não quer dizer
2990 que, ainda que tenham delegação, se eles têm um órgão técnico capacitado e se tem
2991 conselho de meio ambiente. Então, a gente percebe como que a gente não tem hoje
2992 mecanismos eficientes para fazer esse controle. E aqui, o outro *slide* que mostra os
2993 municípios. A gente percebe aí a quantidade de autorizações que foram emitidas em todo
2994 o sistema. É um número crescente. A ideia é que a gente tenha o máximo de informações
2995 do sistema que possa a gente avaliar isso. Então, a gente percebe que esse número tem
2996 aumentado consideravelmente desde a instituição do SINAFLOR em 2018. E aqui é um
2997 exemplo de como... Deixa eu voltar o *slide* para vocês entenderem. Olha lá, volume
2998 autorizado, 391 milhões de metros cúbicos. Para quem não entende dessa dimensão,
2999 dessa métrica, é um volume absurdo. E aí, quando eu olho as autorizações, no Rio
3000 Grande do Sul, por um erro de informação, uma autorização gerou 386 milhões de metros
3001 cúbicos. Então, a gente percebe como que um erro, ele pode contaminar todo o sistema.
3002 E como que a gente precisa trabalhar na auditoria desses dados e como que a gente
3003 tem um órgão capacitado para tratar essa informação e utilizar sistemas é importante,
3004 sob pena de comprometer todo o processo de gestão pública. E aí, só para entender o
3005 cenário ideal, a [ininteligível] de normas e procedimentos para a emissão dessa
3006 autorização, é nisso que a gente tem trabalhado. Além do uso do sistema, mas quais
3007 critérios a gente vai observar para que essa autorização seja emitida, esse é outro ponto
3008 importante. O uso do SINAFLOR por todos os estados e municípios, independente de
3009 haver aproveitamento lenhoso. O incremento de informações pelos estados integrados,
3010 hoje a gente cobra um número de informações mínimas, apesar de o SINAFLOR, eu ter

3011 muito mais dados e isso poder ser trabalhado estatisticamente. Então, é fundamental que
3012 os estados apresentem um mínimo as informações que a gente já tem no sistema
3013 nacional. Gestão territorial por parte dos estados, e aí é um desafio como acompanhar
3014 os municípios nesse processo autorizativo, talvez integrar o Ministério Público dentro
3015 desse processo de acompanhamento seja um fator importante, como eu sugeri. E aqui,
3016 a disponibilização dos dados propriamente dito. Lembrando que esses dados são
3017 aqueles que estão no SINAFLOR, o que a gente recepcionou. Então, a gente tem hoje
3018 os dados abertos do IBAMA, os dados transnacionais, eles estão no *link* de dados
3019 abertos, são três conjuntos de dados. Hoje, ele está em correção de alguns ajustes dentro
3020 desses dados, de planilhas. Quando a gente fala de transnacional, a gente fala de
3021 planilhas. Mas, apesar disso, eu tenho todos esses dados geoespacializados no meu
3022 PAMGIA, que é o sistema do IBAMA. Eu vou mostrar logo à frente para vocês
3023 entenderem. Além dos dados de autorização, a gente tem dados de exploração e
3024 comércio do produto madeireiro. Outros *links* aqui, eu até... não é possível a gente abrir
3025 aqui, senão eu poderia apresentar para vocês como que é a interface do sistema. Mas,
3026 basicamente, eu tenho um *link* que gera os painéis públicos de autorização, tanto do
3027 SINAFLOR, quanto dos sistemas integrados. Como eu falei, eles estão divididos em dois
3028 *links* porque os sistemas integrados não possuem o mesmo conjunto de dados do
3029 SINAFLOR. Então, eu não consigo unificar essa base para algumas ferramentas que eu
3030 consigo utilizar nos dados do SINAFLOR, eu não consigo utilizar na base de dados dos
3031 sistemas integrados. E aqui, só para vocês visualizarem como esses dados são
3032 disponibilizados hoje. Como eu falei, eles estão todos no *link* público. A gente tem uma
3033 série de fatores ali que a gente pode estratificar e entender melhor os painéis BI por
3034 município, por tipo autorizativo. Eu posso selecionar um estado e avaliar dentro das
3035 autorizações do sistema a área dele, a geolocalização. Então, a ideia é que, assim como
3036 a decisão do STF, mas a prerrogativa é de tornar público todos os dados do IBAMA, eles
3037 estão disponíveis aí e podem ser... estão aptos para consulta e a gente também fica à
3038 disposição para qualquer tipo de inconsistência que possa acontecer. Quem trabalha com
3039 TI sabe que isso aí pode acontecer e a gente está com uma equipe acompanhando e
3040 apta para fazer os ajustes quando for necessário. Bom, pessoal, espero que eu não tenha
3041 me alongado. Obrigado pela atenção.

3042 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3043 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Essa questão é fundamental. O uso do
3044 SINAFLOR será vital para a gente cumprir essa determinação do STF e amanhã nós
3045 vamos ter esse seminário para tratar disso. Mas, essa questão, e eu até peço desculpa,
3046 Marçal, por ter pedido [ininteligível], mas eu queria muito que você ouvisse, porque essa
3047 questão envolvendo os municípios é extremamente grave. Nós temos visto municípios
3048 recebendo “autorização”, entre aspas, para emitir licença sem que seja observado as
3049 obrigações legais, porque a legislação prevê que os Estados são os titulares para a
3050 autorização do desmatamento e os municípios só são no caso de transferência de
3051 competência que deve obedecer, observar um conjunto de pré-requisitos. Isso não tem
3052 sido observado. Então, muitos municípios, sem nenhuma capacidade de emitir licenças,
3053 estavam emitindo. Inclusive, no Cerrado, esse foi um grande problema que nós
3054 encontramos nesse processo. Por isso eu acho que a ANAMMA poderia desempenhar
3055 um papel muito importante no sentido de orientar, ajudar os municípios, inclusive aqueles
3056 que pretendem entrar, ter a possibilidade de autorizar, licenciar e autorizar
3057 desmatamento, que eles possam se capacitar para isso e cobrar dos Estados que façam
3058 essa transferência de competência de forma com base na legislação. Aquele gráfico, eu
3059 não sei como é que está isso naquele gráfico que você mostrou, não sei se isso tem
3060 relação ou não, mas desde que nós reeditamos o PP Cerrado, o Plano de Ação para
3061 Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma do Cerrado, nós
3062 fizemos várias discussões com vários Estados que estavam, onde havia municípios, que
3063 estavam autorizando desmatamento e os Estados suspenderam essas delegações que
3064 não estavam seguindo a normativa legal. E isso diminuiu muito os municípios que
3065 estavam com essa possibilidade de autorizar desmatamento e refletiu na redução do
3066 desmatamento em alguns Estados do Cerrado, como o secretário André Lima mostrou
3067 agora há pouco. Essa é uma questão muito importante e a integração de dados, eu queria
3068 chamar a atenção disso, ela é vital para separar o desmatamento autorizado do
3069 desmatamento não autorizado. No caso do Cerrado, o estudo feito pela Secretaria
3070 Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental e Territorial
3071 mostrou que nos Estados de Bahia, Tocantins, Maranhão e Piauí, o MATOPIBA, 50%
3072 das autorizações... do desmatamento não estava autorizado. Isso provocou uma reunião

3073 muito importante convocada pelo ministro Rui Costa, que o André Lima se referiu aqui na
3074 apresentação dele, com os governadores dos Estados do Cerrado, para mostrar esses
3075 números. E isso gerou um conjunto de iniciativas de parceria, governo federal, governo
3076 estadual, para ajustar e fazer esse trabalho, porque separar ilegal do legal é vital para o
3077 setor do agronegócio, para o setor que produz no campo. Porque hoje, muitos produtores
3078 que estão totalmente legais, que seguem corretamente a legislação, estão sofrendo uma
3079 série de restrições, porque há um conjunto de produtores que estão agindo de forma
3080 totalmente ilegal, e acaba prejudicando todo o setor. Então, fazer essa separação é vital.
3081 Por isso, que essa sentença do Supremo Tribunal Federal, vem em boa hora. E também
3082 vem em boa hora essa apresentação que nós pedimos para que o IBAMA fizesse, para
3083 mostrar que nós temos um sistema operacional, que precisa ser utilizado. Esse sistema
3084 que já existe, está operacional e que tem esta possibilidade de fazer a verificação, tanto
3085 do ponto de vista de verificar se as autorizações estão seguindo o rito adequado, como
3086 também de verificar inconsistências de dados e fazer os ajustes necessários, sempre em
3087 parceria com os estados. Isso é o que responde a essa ADPF e, ao mesmo tempo, é o
3088 que responde a necessidade de separar o ilegal do ilegal. Então, é muito importante isso.
3089 Eu queria chamar a atenção, principalmente do setor produtivo, que está lá no fundo,
3090 porque nós precisamos garantir que o que é ilegal seja exemplarmente punido, para evitar
3091 que isso prejudique o setor como um todo, como tem ocorrido nos dias de hoje. Portanto,
3092 pedimos o apoio do setor produtivo para essa agenda que já conta com o apoio dos
3093 governadores, das secretarias de Estado, e eu acho que nós temos que nos unir para
3094 eliminar, de vez, essa falta de informação que prejudica a todos nós. Por favor, Marçal e
3095 Rubens Born. Rodrigo, não sei se você pediu a palavra ou se só apenas... pediu? Ah,
3096 então, por favor.

3097 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
3098 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal Cavalcanti, presidente da
3099 ANAMMA. Secretário, é muito importante isso, eu estava dizendo agora ao nosso
3100 companheiro do IBAMA que apresentou, vários municípios tiveram muita dificuldade para
3101 acessar o novo cadastramento do SINAFLOR que o IBAMA fez aos municípios. O que é
3102 que eu estou sugerindo? Que nós possamos fazer um curso de capacitação com os
3103 secretários municipais de meio ambiente, pré-estabelecendo que o IBAMA possa fazer

3104 nas unidades, nos Estados, essa preparação dos secretários municipais de meio
3105 ambiente. Então, esse é um pedido, nós estamos à disposição, eu sei do que você falou,
3106 que nós fomos ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul no Cerrado, para aquela questão
3107 que quatro ou cinco secretarias estavam emitindo, nós fomos em cima, fomos contra,
3108 porque tem que ter. Para você ter ideia, Alagoas, são 102 municípios, está aqui o Gino
3109 César, secretário, só 12 municípios licenciam plenamente. E só o meu município tem lei
3110 que licencia tudo, que é o Pilar Leide e a RIMA. Então, assim, é uma parceria que precisa
3111 trazer as secretarias estaduais para que essa capacitação possa ser e nós coirmos o
3112 desmatamento ilegal.

3113 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3114 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, perfeito. Quem for pedir a
3115 palavra, já pode ficar na sequência aqui, por favor.

3116 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Boa
3117 tarde, mais uma vez, Rubens Born, da Fundação Esquel, representando o FBOMS. Eu
3118 queria agradecer, se não me engano, o Allan, não é? Do IBAMA, pela apresentação muito
3119 clara feita, que irá reiterar o secretário Capobianco os seus comentários e dizer da
3120 importância, eu não diria só para o setor produtivo, se há algo que devia nos unir aqui no
3121 CONAMA é exatamente a demanda por transparência. Nós falamos, nossos colegas hoje
3122 na Tribuna Livre falaram que a boa governança ambiental depende de informações com
3123 base na ciência, da transparência e da participação. Então, temos conversado com a
3124 Marcela Moraes, eu lembro de uma reunião que a coordenação do FBOMS teve com o
3125 secretário Capobianco, em março do ano passado, a partir de uma carta que nós
3126 encaminhamos aos, então, eleitos presidente e vice-presidente da República, ainda em
3127 2022, colocando que uma das prioridades seria olhar todas as leis e normas específicas
3128 que tratam de sistemas de informação, para superar o que a ministra Marina fala, déficit
3129 de implementação, quer dizer esse do SINAFLO era um caso, mas nós temos o Sistema
3130 Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, Sistema de Resíduos Sólidos, uma série de
3131 sistemas de informação que estão previstos em normas específicas. Então, talvez a boa
3132 apresentação de hoje possa nos permitir em outras reuniões do CONAMA, trazer alguns
3133 outros sistemas de informação para que a gente possa acompanhar o progresso que o

3134 Ministério do Ambiente, o IBAMA, o ICMBIO estão lidando com o assunto. Para que,
3135 digamos, no final desse período de quatro anos, a gente possa realmente ter dado passos
3136 adiante na implementação do sistema de informação, até porque, digamos, na
3137 expectativa que o Brasil se torne parte do Acordo Escazú, o Acordo Escazú fala do
3138 acesso à informação como fundamental, um direito fundamental. Então, eu queria
3139 parabenizar por esse esforço e dizer da nossa expectativa da bancada da Sociedade
3140 Civil e do FBOMS que já vem desde o governo de transição pleiteando esse tipo de
3141 avanço. Muito obrigado.

3142 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3143 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente, Rubens. Eu vou propor aqui à
3144 Marcela, que é responsável pelo SISNIMA também, porque a Marcela não é apenas a
3145 nossa embaixadora do SISNAMA, ela também é a nossa embaixadora do SISNIMA. Vou
3146 pedir a ela, aproveitando a recomendação do Rubens, Marcela, que a gente faça uma
3147 lista de todos os sistemas de informação previstos na legislação ambiental, para que a
3148 gente possa, de fato, apresentar isso e mostrar o que está funcionando, o que está
3149 defasado, inclusive para poder fazer um pouco de marketing, porque nós lançamos
3150 recentemente dois sistemas fundamentais sobre poluição do ar e monitoramento
3151 ambiental de ar, qualidade do ar, e nós não apresentamos para o CONAMA. Então,
3152 vamos fazer isso e apresentar na sugestão do Rubinho para a gente ver o que está
3153 faltando fazer e possa implementar uma agenda. Excelente. Rodrigo, por favor.

3154 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA**
3155 **AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA)** – Senhor presidente, senhores
3156 conselheiros, em nome da CNA, Rodrigo Justus, acabou bem o que eu queria dizer, que
3157 o setor agropecuário, ele é o maior interessado na transparência. Hoje nós temos
3158 questões, em breve, agora, já chegaremos na implementação da Lei Europeia
3159 Antidesmatamento, onde a transparência ela é da maior importância. Vemos casos que
3160 produtores rurais, de boa-fé, tiraram a autorização no município e, depois, autuados pelo
3161 IBAMA, a autorização não dizia nem aonde era esse local dentro da propriedade, mas
3162 que apenas era um percentual que ele deveria escolher, vamos dizer assim, e nem
3163 sempre escolheu da melhor forma. Então, nós entendemos que a transparência de dados

3164 na questão de supressão de vegetação, da mesma forma que temos reunido com a
3165 ABEMA e com o MGI, com o próprio Ministério do Ambiente, queremos a regularização,
3166 análise dos cadastros, que é um problema seríssimo, que os estados precisam enfrentar.
3167 Temos lutado, inclusive para levantar recursos para que isso seja possível. Veja, nós
3168 vamos ter restrições de exportação daqui a seis, oito meses, e temos 1% só dos
3169 cadastros efetivamente validados. E temos a questão de quem tem o direito de fazer e
3170 quer fazer dentro da lei e também não consegue, pelas burocracias aí que uma acaba
3171 emperrando a outra. Então, nós somos os maiores interessados na legalidade, que se
3172 separe o joio do trigo, que não se prejudique todo um país, todo um setor, porque alguns
3173 ousam se aproveitar da falta da integração de dados, etc., e tal, e oportunismos também
3174 acontecem. Então, nós somos favoráveis e estamos à disposição para contribuir,
3175 inclusive, nesse debate. Agradeço aí. Muito obrigado.

3176 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3177 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Obrigado, Rodrigo. João De Deus,
3178 por favor.

3179 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
3180 **Biosfera da Mata Atlântica)** – João De Deus Medeiros, Instituto Amigos da Reserva da
3181 Biosfera da Mata Atlântica. Secretário, eu queria chamar a atenção para um ponto inicial,
3182 que é específico da Mata Atlântica, mas que nos tem causado bastante apreensão, que
3183 é a previsão que existe na lei da Mata Atlântica, que autorizações superiores a 3 hectares
3184 em área urbana ou 50 hectares em área rural precisariam da anuência do IBAMA ou da
3185 oitiva do IBAMA. Num período recente, a gente teve uma omissão deliberada do IBAMA
3186 com relação a essa manifestação, mas ainda continua o problema e, em boa parte,
3187 principalmente com relação a solicitações de supressão em espaço urbano, por conta de
3188 uma tentativa de fragmentação desses espaços, de forma artificial, para fugir desse limite
3189 dos 3 hectares. Então, isso a gente precisa ter um cuidado redobrado, principalmente
3190 porque a gente está falando de um bioma que já está extremamente deficitário em termos
3191 de remanescentes e, principalmente, em termos de espaços urbanos e essa relação com
3192 o próprio agravamento da crise climática. Então, é fundamental que essas autorizações
3193 de supressão, principalmente em espaço urbano, Mata Atlântica, minimamente respeitem

3194 esses preceitos legais básicos. E o segundo ponto é mais um informe que nos preocupou
3195 bastante, mas que tem relação muito direta aqui com a questão de autorização de
3196 supressão, que foi a notícia de uma decisão do Tribunal de Justiça do Piauí, que
3197 determinou que o órgão estadual devesse fazer autorização de supressão de uma área
3198 de 74 mil hectares no interior da estação ecológica de Uraici-una. Dentro de uma área
3199 protegida. Nós já conversamos hoje com o Mauro Pires, ele já nos comunicou que está
3200 havendo uma movimentação para solicitar remessa disso para a esfera judiciária federal,
3201 enfim. Mas eu queria só trazer aqui a informação para os senhores membros do
3202 CONAMA, porque realmente é uma decisão bastante preocupante, é uma decisão
3203 judicial, mas que tem espaço ainda para ser questionada e deve ser questionada para
3204 evitar que se crie um precedente extremamente perigoso nesse sentido. Obrigado.

3205 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3206 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, João. Só para informar, de fato,
3207 nesse caso específico, já estamos recorrendo e é uma atribuição, é uma área federal,
3208 então, estamos trabalhando já isso, mas só para dizer para você que o número de ações
3209 desse tipo é um negócio assim impressionante. Então, são dezenas e dezenas de ações
3210 desse tipo, que evidentemente são enfrentadas, porque não tem nenhuma possibilidade
3211 de uma decisão dessa sobre a Unidade de Conservação Federal criada, que só pode ser
3212 alterada por lei, como todos sabemos.

3213 **O SR. HELDER QUEIROZ** – Boa tarde. Helder Queiroz, do Mamirauá, representando a
3214 bancada da Sociedade Civil Organizada. Eu quero primeiro agradecer a apresentação,
3215 foi muito importante, são dados de grande relevância, como foi a apresentação do final
3216 da manhã também, dados de grande relevância. Eu estou percebendo que a questão
3217 municipal está sendo encaminhada, e eu queria fazer uma pergunta, reportando a
3218 questão da integração dos entes federados, dos estados. Por aquelas duas figuras que
3219 você apresentou mais cedo, do mapa das unidades da federação, que a gente percebe
3220 quais são as unidades que ainda não estão integradas. Eu gostaria de perguntar se, nas
3221 negociações e conversações que têm sido feitas ultimamente, se já existe algum tipo de
3222 projeção, ou expectativa, ou meta, para que essas unidades da federação finalmente se
3223 integrem ao sistema. Obrigado.

3224 **O SR. ALLAN JORDANI** – Só para esclarecer esse ponto, na verdade, a distinção são...
3225 dos sistemas das unidades da federação que utilizam o SINAFLOR, e daquelas que
3226 possuem sistemas integrados. Todos eles estão integrados. A grande dificuldade é para
3227 o IBAMA avaliar se todas as autorizações que estão sendo emitidas estão sendo
3228 recepcionadas no sistema federal. Então, em tese, hoje está tudo integrado. A gente não
3229 tem problema de integração com os estados, mas na qualidade dos dados que estão
3230 sendo recepcionados.

3231 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3232 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas eu acho que o Queiroz se referia àquela
3233 figura que você mostrava que o Pará não estaria... Talvez esclarecer aquela figura, não
3234 é isso?

3235 **O SR. ALLAN JORDANI** – Na verdade, aquela figura é do DOF, que é o sistema
3236 subsequente dentro da cadeia autorizativa. O SINAFLOR trata das autorizações, e o DOF
3237 trata das transações de produto florestal. Então, são dois sistemas distintos. No segundo,
3238 é só o Mato Grosso Pará que não utiliza o DOF, e utiliza o SISFLORA.

3239 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3240 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito, perfeito.

3241 **O SR. JOSÉ BENTO** – Muito boa tarde a todos e todas. Sou José Bento, da Secretaria
3242 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás. Bom, primeiro,
3243 parabenizar e agradecer o Allan e a equipe. A gente, talvez, seja o último sistema próprio
3244 a ser integrado. O nosso é o mais novo. Está funcionando muito bem. Optamos por não
3245 criar um sistema novo de DOF. Então, a gente usa o sistema próprio integrado ao
3246 SINAFLOR, mas usa o DOF do sistema federal. Só um lembrete, Allan, não é uma
3247 cobrança. A gente está com dificuldade no PAMGIA. Então, os nossos dados estão
3248 integrados no SINAFLOR, mas não estão aparecendo no PAMGIA. A gente já está
3249 conversando sobre isso, mas é só um ponto. Mas, por outro lado, os nossos dados estão
3250 integrados. Mostram o nosso próprio sistema, o SIGA Goiás e o próprio sistema IP, que
3251 é o nosso, ele tem um sistema de transparência. Mas eu queria propor para você, Allan,
3252 nós temos um perfil de atendimento, consulta, que eu posso dar para você e para a sua

3253 equipe, a Fernanda conversa bastante com a gente, para que se você quiser, que vocês
3254 tenham acesso integral ao processo. Então, é um perfil consulta, você tem acesso integral
3255 a qualquer processo que você queira conferir. Dentro do nosso sistema, no transparência,
3256 você tem acesso aos documentos que são tornados públicos, todos os pareceres e tal.
3257 Mas, se você quiser a íntegra do processo, a gente... você pode pedir para a gente e a
3258 gente manda para você dar para vocês esse perfil, para vocês acessarem integralmente
3259 os processos. É assim que a gente resolveu essa questão com PAMGIA, a gente vai
3260 estar 100% resolvido. Em relação aos municípios, um pouquinho antes até das
3261 discussões, ali no início de 2023, a gente percebeu, a gente conseguiu finalmente fazer
3262 um concurso, montar uma equipe, fiscalizar todos os alertas, e aí a gente começou a ver
3263 que tinha alguns problemas nos municípios. A gente suspendeu todos os convênios, hoje
3264 não tem nenhum convênio. Agora, mês passado, a gente publicou uma nova IM de
3265 convênios, e a gente colocou lá a obrigatoriedade, além da obrigatoriedade do
3266 SINAFLOR, que já era exigida, a gente colocou obrigatoriedade de capacitação para os
3267 municípios. Então, se o município quiser se integrar, se quiser autorizar a supressão em
3268 zona rural, ele precisa estar integrado ao SINAFLOR e fazer a capacitação antes para a
3269 gente evitar esse tipo de problemas. Então, talvez aí seja uma boa prática que tenha nas
3270 IMs que preveem a delegação para o município, além daquelas que já estão lá na
3271 complementar 140, essas exigências complementares que vai garantir que só autorize
3272 quem realmente esteja pronto para autorizar.

3273 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3274 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado.**

3275 **O SR. PEDRO BRUZZI -** Boa tarde. Obrigado, secretário. Agradecer ao Ministério do
3276 Meio Ambiente... ah, Pedro, desculpa, Pedro Bruzzi, da Funatura Fundação Pró-
3277 Natureza. A gente é da representação Centro-Oeste. Agradecer ao Ministério por ter
3278 recepcionado essa ideia. A gente está conseguindo avançar com a ideia do seminário
3279 amanhã. É um tema dos mais importantes na agenda, principalmente no Cerrado, que
3280 preocupa a todos nós. Foi muito bom ver a apresentação do secretário André pelo final
3281 da manhã, com já um movimento de redução em vários estados. No entanto, enfim, é
3282 fundamental a gente manter. Eu quero reforçar aqui o convite ao seminário de amanhã.

3283 O seminário está com uma programação muito bacana, com muita qualidade, com
3284 academia, com *MapBiomass*, com MCTI, com dois painéis pela manhã, trazendo
3285 subsídios para a gente aprofundar nessa discussão da autorização de supressão vegetal.
3286 Um painel à tarde, em seguida uma oficina, em que todos os participantes terão a
3287 oportunidade de contribuir com soluções, então o seminário também é propositivo para
3288 que a gente possa, de fato, avançar com essa agenda. Acho que tudo indica que existem
3289 alguns vazios legislativos, e que é fundamental que um órgão como o CONAMA, e acho
3290 que essa é uma questão não só do CONAMA, é uma questão interfederativa, republicana,
3291 e que a gente precisa, de fato, avançar. E acho que amanhã vai ser uma grande
3292 oportunidade para que a gente possa aprofundar nesse debate. Muito obrigado,
3293 secretário.

3294 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3295 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Maravilha. Muito obrigado. Helder, você queria
3296 fazer algum comentário sobre a apresentação do André, não é isso? Que você havia
3297 pedido?

3298 **O SR. HELDER QUEIROZ** – Isso. Obrigado, presidente. Helder Queiroz, Mamirauá.
3299 Como aquela apresentação foi bastante importante, bastante estratégica, me recordou,
3300 durante a apresentação, dos primeiros anos do plano de combate ao desmatamento na
3301 Amazônia, em que nós tivemos alguns instrumentos que foram muito bem-sucedidos,
3302 que foram as moratórias, a moratória da soja, a moratória do boi, que funcionou bastante
3303 nos primeiros anos. Nos últimos anos a gente tem ouvido que ela está um pouco
3304 relaxada. Essa é uma primeira pergunta, se isso realmente está acontecendo. E a
3305 segunda pergunta, que está ligada a essa, é se esses instrumentos, que são mais além
3306 do que a mera aplicação da “legislação criminal”, entre aspas, se eles também podem
3307 ser adotados nesses planos de combate a queimadas.

3308 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3309 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Bom, com relação à moratória
3310 Helder, e demais integrantes do Conselho, ele é uma relação entre partes que não
3311 envolvem o poder público. É uma relação entre compradores e produtores. Portanto, não
3312 é uma iniciativa que conta... de responsabilidade do poder público. Portanto, é o que a

3313 gente chama de uma iniciativa bem-vinda, mas fora do sistema de ação do governo, fora
3314 do PPCDAM, do PPCerrado, porque, repito, é uma relação entre partes do setor privado.
3315 Então, realmente, nós não temos atuação aí. Com relação às ações de desmatamento e
3316 queimadas, foi um assunto que inclusive eu estava discutindo hoje com o secretário
3317 André. Nós estamos trabalhando na busca de identificar que tipo de instrumento nós
3318 podemos, aproveitando a experiência do PPCDAM, exatamente na linha que você
3319 colocou, como é que nós poderíamos incluir queimadas nesse processo. O problema é
3320 que a legislação é bem diferente em relação a desmatamento e queimadas. Há uma
3321 questão que torna mais complexo o processo, que você sabe que a legislação ambiental,
3322 ela possui o princípio que a gente chama de poluidor-pagador, ou seja, você é obrigado
3323 a agir, a recuperar independentemente de culpa. Se você teve um desmatamento na sua
3324 propriedade, você é responsável por ele e você tem que fazer, prestar contas em relação
3325 a isso. No caso de incêndios, introduziu-se um requisito da comprovação donexo causal.
3326 Então, você teria que, em tese, comprovar que ou teria que ser provado em tese, que ali
3327 haveria uma relação entre o incêndio e o causador dele, no caso da propriedade Rural
3328 11 AC. Então, há dificuldades que não se aplicam diretamente. Porém, nós estamos
3329 estudando várias iniciativas na sala de situação. Nós estamos estudando possibilidades
3330 de introduzir requisitos para as atividades rurais no que diz respeito a observar as práticas
3331 necessárias à prevenção de incêndios, que são observadas em qualquer outra atividade
3332 econômica. Hoje, se você constrói uma fábrica, você tem que ter brigadas, tem que ter
3333 equipamentos, você tem que ter treinamentos, tem que ter uma série de previsões. Se
3334 você tem um bar, uma boate, você é obrigado a responder, apresentar e comprovar que
3335 você está preparado para agir no caso de um incêndio que possa causar dano às
3336 pessoas, à propriedade ou aos vizinhos. Então, esse é um ponto a ser discutido, de que
3337 forma a gente poderia, de uma forma positiva, discutindo com o setor, garantir que o setor
3338 agropecuário esteja preparado para prevenir e combater esses incêndios, para evitar o
3339 que acontece muito hoje. Começa numa propriedade, extrapola, percorre, vira uma
3340 frente. O André Lima falou aqui das frentes de incêndios. É um processo impressionante
3341 para quem está na linha de frente monitorando isso, como nós. É muito impressionante,
3342 porque não se trata de um, dois ou três focos. Nós tivemos uma frente no Pantanal de
3343 incêndio que tinha 25 quilômetros de extensão contínua, uma língua de 25 quilômetros

3344 com milhares de focos. Então, realmente, o setor rural precisa incorporar práticas
3345 técnicas preventivas e nós temos que criar um instrumento mais eficiente de punição,
3346 porque acontece muito isso. Um proprietário rural, de repente, tem a sua propriedade
3347 invadida por um incêndio causado no vizinho por ação, ou criminosa ou por ação de...
3348 sem os devidos cuidados, utiliza por negligência, exatamente. Então, nós estamos
3349 estudando isso para ver como é que nós podemos avançar para realmente ter uma ação
3350 mais efetiva. Mas se o nosso companheiro do Goiás aqui pediu a palavra, por favor, fique
3351 à vontade.

3352 **O SR. JOSÉ BENTO** – Boa tarde novamente, José Bento da SEMAD de Goiás. O
3353 pessoal nosso da equipe técnica vai estar aqui amanhã no seminário e, se houver
3354 oportunidade, eles podem falar um pouco. Nós, na versão em que a gente está
3355 recepcionando o PPCerrado, a gente fez o PPCDquif, queimadas incêndios florestais,
3356 está inserido junto no mesmo plano. Teremos um seminário no dia 10 de setembro, lá
3357 em Goiânia, no Palácio Pedro Ludovico, na parte da manhã. Quem quiser participar já
3358 está convidado. Então, a gente talvez esteja indo neste caminho, de pegar o PPCerrado
3359 e fazer o PPCDquif. No ano passado assinamos, o governador assinou com mais 63
3360 organizações públicas e privadas, o agro, o setor industrial, todos os setores econômicos,
3361 um plano de desmatamento ilegal zero até 2030. Então, no final do primeiro ano, a gente
3362 já tem resultados bastante positivos. E essas e outras, como a estratégia carbono neutro
3363 2050, todas elas estão sendo trazidas para dentro desse PPCDquif, como um
3364 instrumento geral de controle, tanto do desmatamento, como das queimadas e incêndios
3365 florestais. Então, pode ser amanhã no seminário, conversar com o nosso pessoal da
3366 equipe técnica, que vai estar aqui, eles podem trazer um pouco mais para vocês. E no
3367 dia 10 de setembro, teremos um seminário específico sobre esse instrumento lá no
3368 Palácio em Goiânia.

3369 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
3370 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Muito bom. Muito bem. E não
3371 havendo mais nenhuma sobrelha levantada... pois não. Pois não, pode fazer um
3372 informe sim, temos agora um período para informes. A própria Marcela tem um informe,

3373 vejam bem. Impressionante, não é isso? Mas vamos começar com a Juliana. Muito ativa
3374 hoje aqui, por sinal.

3375 **A SR^a. JULIANA** – É, hoje eu estou...

3376 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
3377 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Parabéns pela sua militância aguerrida.

3378 **A SR^a. JULIANA** – E venho aqui falar de novo pelos adolescentes.

3379 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
3380 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só não sei quem está mais militante, você ou
3381 Gustavo Malacco.

3382 **A SR^a. JULIANA** – Então, tem que...

3383 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio
3384 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas que se retirou, então é você.

3385 **A SR^a. JULIANA** – Poxa, ganhei. Então, hoje eu estou aqui, na verdade, para falar mais
3386 uma vez em nome dos adolescentes, para divulgar para vocês um material que eu deixei
3387 disponível lá na mesa, de entrada. Tem algumas folhas disponíveis, mas também na
3388 internet. Foi um trabalho realizado por mais de 18 horas, com mais de 150 participações
3389 únicas, 230 participações ao todo de todos os encontros, com seis turmas de
3390 adolescentes atendidos pelo Programa de Saúde do Adolescente da Secretaria de Saúde
3391 do Estado de São Paulo. É um programa específico para atendimentos aos adolescentes.
3392 E a gente realizou oficinas de aprendizagem sobre as questões de impactos climáticos e
3393 os impactos na saúde e na vida deles. Foram três encontros, com cada grupo, mais de
3394 18 horas de oficina. Esse encontro bem curtinho, de uma hora, uma hora e meia, a gente
3395 conseguiu construir com eles propostas dentro das questões de impactos climáticos.
3396 Então esse documento ele resume essas propostas. Foram mais de 102 propostas. E a
3397 gente organizou elas, sendo as principais nas áreas de água e saneamento, arborização
3398 e infraestrutura. E, dentro dos aspectos que eles mais percebem de impacto na vida
3399 deles, é a questão do aumento das temperaturas, os alagamentos e enchentes e riscos

3400 múltiplos. Então, esse material está disponível para consulta. A metodologia desse
3401 processo foi toda consolidada. Nós estamos agora com a intenção de ampliar e levar
3402 esse processo metodológico para vários outros biomas brasileiros, para conseguir ter
3403 uma amostragem de resultados e propostas dos adolescentes em todo o território
3404 nacional e, também, conseguir olhar as diferenças entre as nossas paisagens e situações
3405 de impacto climático. Então, deixo à disposição para vocês. Entrego oficialmente aqui
3406 para a mesa. Estou à disposição para a construção também desse processo, com apoio
3407 e alinhamento com a Secretaria, enfim, com o Ministério como um todo, está bom? Muito
3408 obrigada.

3409 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3410 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Excelente. Marcela, por favor,
3411 para o seu informe.

3412 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
3413 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Primeiro, informar a admissibilidade pelo CIPAN da
3414 proposta de resolução de alteração da Resolução 420 de 2009 e da proposta de
3415 resolução que dispõe sobre as medidas técnicas e científicas a serem tomadas para o
3416 resgate de colmeias de abelhas sem ferrão em áreas autorizadas pela supressão da
3417 vegetação nativa. Depois, a publicação da cartilha com orientações para elaboração de
3418 análise de impacto regulatório que está prevista no nosso Regimento Interno. Ela foi
3419 enviada com o boletim do CONAMA. A gente tem mantido a edição mensal do nosso
3420 boletim com os informes das câmaras técnicas e do CIPAM. Eu vou pedir para a equipe
3421 incluir também entre os documentos dessa reunião, essa cartilha. Então o nosso
3422 Regimento prevê uma orientação para a produção das análises de impacto regulatório e
3423 a gente fez lá uma explicação e criou alguns formulários para o caso de inexigibilidade
3424 da análise, para o caso de dispensa e o que deveria conter num relatório conforme a
3425 legislação vigente. Então é isso. Obrigada.

3426 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3427 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, não havendo mais nenhum informe.
3428 Ops! Está encerrando. Por favor. Fique à vontade. A palavra é dos membros deste
3429 egrégio Conselho.

3430 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** - Na verdade, é só mais um registro, aproveitar
3431 o espaço aqui do CONAMA para a gente trazer aqui para a pauta de debate, pelo menos.
3432 Algumas questões que a gente já tratou outras vezes, mas só para deixar o registro. Esse
3433 tempo aí de queimadas, desse cenário extremamente terrível e difícil que nós estamos
3434 passando, junto com essa emergência climática também que a gente vive ou sobrevive.
3435 E como foi falado aqui sobre a importância dos colegiados ambientais municipais, e eu
3436 também acrescento os estaduais e o próprio CONAMA, dizer que lá no Rio Grande do
3437 Sul a gente está muito preocupado com a forma que vem sendo conduzido a democracia
3438 ambiental dentro dos colegiados ambientais. A gente vê aqui no CONAMA uma
3439 retomada, um esforço para retomar o CONAMA como um espaço de excelência, de
3440 debate, técnico, político, mas isso a gente não vê acontecer da mesma forma lá no Rio
3441 Grande do Sul, por exemplo. Porto Alegre, seu Conselho Municipal de Meio Ambiente,
3442 ele deixou de fazer a eleição para representação das entidades ambientalistas, ele
3443 adotou o modelo que foi adotado no CONAMA de sorteio, e hoje não houve nenhuma
3444 entidade ambientalista escolhida para participar do Conselho Municipal de Meio
3445 Ambiente de Porto Alegre porque elas se negaram a participar de um sorteio para definir
3446 quem vai compor o conselho. Então, isso que a gente conseguiu já fazer aqui no
3447 CONAMA, parar de fazer passar a boiada, lá no Rio Grande do Sul a boiada segue
3448 passando, pelo menos em alguns municípios. No próprio Conselho Estadual de Meio
3449 Ambiente, nas formas como o governo do Estado também vem tentando tratar essa
3450 questão da emergência climática, o governador criou um conselho para tratar da
3451 emergência climática ou da reconstrução do estado, o Plano Rio Grande do Sul, e não
3452 convidou, não possibilitou a participação de nenhuma entidade ambientalista nesse
3453 processo. Chamou toda a sociedade, chamou governos, chamou municípios, mas não
3454 chamou nenhuma entidade ambientalista para participar desse colegiado. Então, como
3455 que nós vamos enfrentar as mudanças climáticas sem a... como é que nós vamos
3456 enfrentar a emergência climática sem a participação da sociedade civil e sem a
3457 participação daquela parte da sociedade civil que há anos vem tentando prevenir essas
3458 tragédias, esse cenário que ninguém queria que acontecesse. Mas não é só isso, os
3459 conselhos ambientais e municipais, eles... Rio Grande, Pelotas, eles não têm
3460 transparência, vários municípios não conseguem manter um conselho com eleições, com

3461 transparência, com acesso a informação, com uma democracia ambiental material,
3462 efetiva e não somente formal, de aparência. Então, tudo isso é para dizer que a gente
3463 pensa que é importante o CONAMA, em algum momento, discutir essa questão de como
3464 funcionam os conselhos ambientais pelo Brasil afora. Não basta exigir que tenha
3465 conselho ambiental, por exemplo, para fazer licenciamento de supressão de vegetação.
3466 É preciso que esse conselho ele seja paritário, democrático, transparente, como o
3467 Supremo decidiu recentemente. E, para encerrar, Senhor presidente e plenária, dizer da
3468 importância, foi trazido aqui hoje pela manhã, a importância da relação com os
3469 vereadores. Isso é verdade, na área ambiental, isso é muito importante. Muitas coisas
3470 que a gente não consegue fazer via executivo, a gente consegue fazer através dos
3471 vereadores, através de projetos de leis autônomos separados da política ambiental
3472 municipal ou da ausência da política ambiental municipal. E, agora, recentemente, lá em
3473 Pelotas, no Rio Grande do Sul, nós aprovamos um projeto de lei municipal bem
3474 interessante, inclusive já conversei com o Sorrentino sobre isso, que é um projeto de lei
3475 para fomentar a educação ambiental voltada para o Pampa, voltada para as questões do
3476 Pampa. A gente chama do PL de Educação Ambiental do Pampa. Então, é importante
3477 fazer esse registro, importante articular com os vereadores. Eu só discordaria daquele
3478 representante do Ministério que falou que os vereadores são os políticos mais
3479 importantes do Brasil. Não, são muito importantes, mas eu acho que os políticos mais
3480 importantes do Brasil somos nós, a sociedade civil. Nós, eleitores, nós que construímos
3481 a política ambiental. Nós somos a base, não os vereadores. Os vereadores são um
3482 pouquinho acima da base e depois a gente vai construindo. E reforçar, que foi dito aqui
3483 também [ininteligível] para provar que é uma emenda constitucional para o Pampa e da
3484 Caatinga para transformar os biomas em patrimônios nacionais, como são os demais
3485 biomas. Muito obrigado a todos e até a próxima.

3486 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3487 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, excelente lembrança e
3488 preocupantes informações aqui trazidas. Em não havendo mais nenhuma manifestação.
3489 Eu dou por encerrada essa 143ª Reunião Ordinária do CONAMA e Convido a todos para
3490 se prepararem para mais uma [ininteligível] reunião do CONAMA no dia 27 do 11, 27 de

3491 novembro, quando nós teremos a 144^o deste animado plenário. Até lá. [Ininteligível]
3492 Obrigado pela participação [ininteligível]. Muito obrigado.